

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	14
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	28
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	29
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	30
Demonstração de Valor Adicionado	31

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
Notas Explicativas	73
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	156
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	160

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	163
--	-----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	167
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	168
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	169

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	98.897.500
Preferenciais	0
Total	98.897.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.866.778
Preferenciais	0
Total	2.866.778
#Error	
#Error	

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	26/04/2017	Dividendo	10/05/2017	Ordinária		0,14647
Reunião do Conselho de Administração	15/09/2017	Dividendo	10/10/2017	Ordinária		2,06984

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	4.718.347	4.771.143	4.549.482
1.01	Ativo Circulante	1.832.401	2.057.675	1.766.729
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	484.616	767.009	518.284
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	484.616	767.009	518.284
1.01.02	Aplicações Financeiras	123.968	129.204	32.092
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	123.968	129.204	32.092
1.01.03	Contas a Receber	220.307	185.603	209.521
1.01.03.01	Clientes	158.678	71.529	158.743
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	61.629	114.074	50.778
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Fornecedores	7.330	1.406	3.562
1.01.03.02.02	Operações com Derivativos	45.522	95.563	25.415
1.01.03.02.03	Títulos e créditos a Receber	0	7.948	4.444
1.01.03.02.04	Créditos com Partes Relacionadas	7.100	8.142	2.815
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	1.677	1.015	14.542
1.01.04	Estoques	494.343	448.031	600.270
1.01.05	Ativos Biológicos	468.252	470.213	336.884
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.542	51.224	63.944
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.542	51.224	63.944
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	31.542	51.224	63.944
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.003	6.314	5.057
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.370	77	677
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	2.370	77	677
1.02	Ativo Não Circulante	2.885.946	2.713.468	2.782.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	113.981	148.036	252.870
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	0	9.007
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	9.007
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.567	3.777	2.830
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	16.061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	0	0	16.061
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	111.414	144.259	224.972
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	38.623	34.807	38.591
1.02.01.09.04	Operações com Derivativos	23.751	48.327	101.852
1.02.01.09.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	18.915
1.02.01.09.06	Títulos a Receber	0	0	7.464
1.02.01.09.07	Adiantamentos a Fornecedores	32.815	46.593	51.602
1.02.01.09.08	Outras Contas a Receber	16.225	14.532	6.548
1.02.02	Investimentos	2.169.480	1.998.838	1.977.551
1.02.02.01	Participações Societárias	2.169.480	1.998.838	1.977.551
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.169.480	1.998.838	1.977.551
1.02.03	Imobilizado	592.166	563.490	549.589
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	543.084	526.530	523.753
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	49.082	36.960	25.836
1.02.04	Intangível	10.319	3.104	2.743
1.02.04.01	Intangíveis	10.319	3.104	2.743
1.02.04.01.02	Outros (sistema)	10.319	3.104	2.743

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	4.718.347	4.771.143	4.549.482
2.01	Passivo Circulante	1.415.075	1.515.635	1.461.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.674	13.245	10.730
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.317	12.938	10.392
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	357	307	338
2.01.02	Fornecedores	361.236	369.887	310.585
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	361.236	369.887	310.585
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.866	3.812	1.705
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	20.701	2.418	929
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.607	1.605	0
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	1.094	813	929
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	946	1.276	625
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	219	118	151
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	703.723	978.891	831.822
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	703.723	978.891	831.822
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	561.152	782.166	607.770
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	142.571	196.725	224.052
2.01.05	Outras Obrigações	277.527	136.222	289.534
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.140	30.517	22.059
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	23.140	30.517	22.059
2.01.05.02	Outros	254.387	105.705	267.475
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	83.598	7.112	29.100
2.01.05.02.06	Adiantamentos de Clientes	92.436	17.764	94.201
2.01.05.02.07	40568	40.568	44.280	109.103
2.01.05.02.08	Arrendamentos a pagar	34.191	34.724	31.533
2.01.05.02.09	Outros Debitos	3.594	1.825	3.538
2.01.06	Provisões	37.049	13.578	17.292
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.719	13.578	17.292

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.955	9.161	8.395
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	23.874	2.443	7.354
2.01.06.01.05	Provisões para Contingências Trabalhistas	1.890	1.974	1.543
2.01.06.02	Outras Provisões	330	0	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	330	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	790.073	804.473	882.106
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	671.597	702.228	852.498
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	671.597	702.228	852.498
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	531.007	425.204	293.070
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	140.590	277.024	559.428
2.02.02	Outras Obrigações	14.389	24.427	29.608
2.02.02.02	Outros	14.389	24.427	29.608
2.02.02.02.04	Operações com Derivativos	14.307	24.346	29.005
2.02.02.02.05	Outros Debitos	82	81	603
2.02.03	Tributos Diferidos	104.087	77.818	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	104.087	77.818	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.513.199	2.451.035	2.205.708
2.03.01	Capital Social Realizado	947.522	947.522	947.522
2.03.02	Reservas de Capital	49.970	80.984	75.056
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	66.245	72.102	72.282
2.03.02.04	Opções Outorgadas	44.321	39.534	35.121
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-60.596	-30.652	-32.347
2.03.04	Reservas de Lucros	404.975	292.744	291.798
2.03.04.01	Reserva Legal	28.074	10.474	8.977
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.628	5.628	5.628
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	116.405	7.112	29.100
2.03.04.10	Reserva de Investimento Incentivada	4.367	0	0
2.03.04.11	Reserva para Expansão	250.501	269.530	248.093

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.110.732	1.129.785	891.332

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.970.694	1.411.478	1.070.660
3.01.01	Receita Operacional dos Produtos	1.641.246	1.347.274	951.810
3.01.02	Ativos Biológicos	329.448	64.204	118.850
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.437.233	-1.260.125	-889.088
3.02.01	Custo dos Produtos	-1.130.784	-1.170.321	-753.947
3.02.02	Ativos Biológicos Apropriados ao Custo	-306.449	-89.804	-135.141
3.03	Resultado Bruto	533.461	151.353	181.572
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	5.828	-40.540	53.170
3.04.01	Despesas com Vendas	-80.033	-75.548	-58.740
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.998	-51.642	-47.559
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-65.304	-39.839	-38.327
3.04.02.02	Honorários da Administração	-11.694	-11.803	-9.232
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.046	3.929	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.316	-4.196	4.230
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	161.129	86.917	155.239
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	539.289	110.813	234.742
3.06	Resultado Financeiro	-81.784	-104.514	-121.023
3.06.01	Receitas Financeiras	150.784	330.487	332.098
3.06.02	Despesas Financeiras	-232.568	-435.001	-453.121
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	457.505	6.299	113.719
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-101.164	23.646	8.809
3.08.01	Corrente	-59.648	-3.912	0
3.08.02	Diferido	-41.516	27.558	8.809
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	356.341	29.945	122.528
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	356.341	29.945	122.528
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,71424	0,30842	1,26

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,71424	0,3079	1,27

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	356.341	29.945	122.528
4.02	Outros Resultados Abrangentes	27.542	245.666	-85.836
4.02.01	Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa	-46.444	291.452	-170.625
4.02.02	Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa Reflexo de Controladas	-2.149	6.653	1.889
4.02.03	Imposto de renda e Contribuição Social	15.788	-99.094	58.012
4.02.04	Outras	1.765	-59	1.016
4.02.05	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento	0	0	19.037
4.02.06	Custo atribuído Ativo Imobilizado	2.981	5.928	11.206
4.02.07	Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada	0	40.786	-7.200
4.02.08	Tributos s/ajustes avaliação patrimonial controladas	55.601	0	0
4.02.09	Ganho (perda) de capital em participação	0	0	829
4.03	Resultado Abrangente do Período	383.883	275.611	36.692

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	373.770	310.279	146.334
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	538.703	104.867	259.116
6.01.01.01	Lucro Líquido (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	457.505	6.299	113.719
6.01.01.02	Depreciação e amortização - no resultado	69.150	77.313	68.613
6.01.01.04	Resultado nas baixas do ativo imobilizado	4.015	3.348	5.196
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-161.129	-86.917	-155.239
6.01.01.07	Juros, Variação Cambial e Atualização Monetária	161.495	72.018	198.835
6.01.01.08	Remuneração baseada em ações	4.294	4.906	4.898
6.01.01.09	Variação dos ativos Biológicos	-22.999	25.600	16.292
6.01.01.10	Provisão (reversão) para ajuste de estoque a valor de mercado	-496	-649	767
6.01.01.11	Provisão (reversão) trabalhistas	25.324	2.949	6.035
6.01.01.12	Outros	1.544	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-164.933	205.412	-112.782
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-87.149	94.826	-68.654
6.01.02.02	Estoques e ativos biológicos	-19.501	84.764	-84.992
6.01.02.03	Tributos a recuperar	15.866	16.945	-2.100
6.01.02.04	Títulos a receber	0	4.837	3.961
6.01.02.05	Aplicações Financeiras	5.236	-97.112	6.748
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	6.179	0	0
6.01.02.07	Outras Contas a Receber	-1.761	8.736	-24.737
6.01.02.08	Fornecedores	2.607	44.241	104.699
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	-42.877	-11.644	384
6.01.02.10	Obrigações com Partes Relacionadas	-6.336	19.191	-2.001
6.01.02.11	Operações com Derivativos	-16.971	169.762	-78.115
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	74.673	-80.558	41.583
6.01.02.13	Arrendamentos a Pagar	-533	3.190	9.289
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	2.312	4.347	2.658
6.01.02.15	Juros sobre Empréstimos Pagos	-159.603	-117.669	-58.328

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.16	Dividendos Recebidos	63.066	61.556	36.823
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-141	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-137.850	-43.245	36.275
6.02.01	Em investimento	-14.381	-8.578	-16.009
6.02.02	Em Imobilizado	-117.335	-39.210	-30.071
6.02.03	Em Intangível	-6.699	-1.965	-834
6.02.04	Recebimento pela venda de Terras (Nota 10)	565	0	0
6.02.05	Incorporação Líquida Caixa	0	6.508	83.189
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-518.313	-18.309	214.594
6.03.01	Empréstimos e financiamentos tomados	954.427	867.601	804.561
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-1.223.211	-828.731	-562.843
6.03.03	Venda ou recompra de Ações	-35.308	1.022	35
6.03.04	Dividendos pagos	-214.221	-58.201	-27.159
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-282.393	248.725	397.203
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	767.009	518.284	121.081
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	484.616	767.009	518.284

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	947.522	80.984	292.744	0	1.129.785	2.451.035
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	947.522	80.984	292.744	0	1.129.785	2.451.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-31.014	0	0	0	-31.014
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.294	0	0	0	4.294
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-65.818	0	0	0	-65.818
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	34.775	0	0	0	34.775
5.04.08	Ágio/Deságio na Venda de Ações	0	-4.265	0	0	0	-4.265
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	402.938	-19.053	383.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	356.341	0	356.341
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	46.597	-19.053	27.544
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-46.444	-46.444
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	15.790	15.790
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-2.149	-2.149
5.05.02.06	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Depreciação	0	0	0	4.287	-4.287	0
5.05.02.07	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	0	0	0	583	-583	0
5.05.02.08	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Controladas	0	0	0	41.229	-41.229	0
5.05.02.13	Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada	0	0	0	0	2.981	2.981
5.05.02.14	Outros	0	0	0	498	1.267	1.765
5.05.02.16	Tributos s/ajustes avaliação patrimonial controladas	0	0	0	0	55.601	55.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	112.231	-402.938	0	-290.707
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	202.938	-202.938	0	0
5.06.04	Dividendos pagos sobre saldo reservas	0	0	-200.000	0	0	-200.000
5.06.05	Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2016	0	0	-7.112	0	0	-7.112
5.06.06	Dividendo Mínimo Obrigatório	0	0	0	-83.595	0	-83.595
5.06.07	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	116.405	-116.405	0	0
5.07	Saldos Finais	947.522	49.970	404.975	0	1.110.732	2.513.199

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	947.522	75.056	291.798	0	891.332	2.205.708
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	947.522	75.056	291.798	0	891.332	2.205.708
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.928	0	0	0	5.928
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.413	0	0	0	4.906
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.695	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	1.308
5.04.08	Ágio na Venda de Ações em Tesouraria	0	-180	0	0	0	-286
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.158	238.453	275.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.945	0	29.945
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	7.213	238.453	245.666
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	291.452	291.452
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-99.094	-99.094
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	6.653	6.653
5.05.02.06	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Depreciação	0	0	0	4.659	-4.659	0
5.05.02.07	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	0	0	0	1.849	-1.849	0
5.05.02.08	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Controlada	0	0	0	704	-704	0
5.05.02.09	Ganho na Redução de Participação em Controlada	0	0	0	1	-60	-59
5.05.02.11	Ajuste Valor Justo Propriedade para Investimento	0	0	0	0	46.714	46.714
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	946	-37.158	0	-36.212
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	30.046	-22.934	0	7.112
5.06.04	Dividendos	0	0	-29.100	-14.224	0	-43.324
5.07	Saldos Finais	947.522	80.984	292.744	0	1.129.785	2.451.035

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	557.434	175.360	484.936	0	985.640	2.203.370
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	557.434	175.360	484.936	0	985.640	2.203.370
5.04	Transações de Capital com os Sócios	390.088	-100.304	-284.850	0	0	4.934
5.04.01	Aumentos de Capital	0	-105.238	-284.850	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.900	0	0	0	4.900
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-9.037	0	0	0	-9.037
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	9.537	0	0	0	9.537
5.04.08	Ágio na Venda de Ações em Tesouraria	0	-466	0	0	0	-466
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.000	-94.308	36.692
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	122.528	0	122.528
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8.472	-94.308	-85.836
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-170.625	-170.625
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	58.012	58.012
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	1.889	1.889
5.05.02.06	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Depreciação	0	0	0	5.048	-5.048	0
5.05.02.07	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	0	0	0	802	-802	0
5.05.02.08	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Controladas	0	0	0	2.562	16.475	19.037
5.05.02.09	Ganho na Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	1.971	1.971
5.05.02.10	Custo Atribuído Ativo Imobilizado	0	0	0	0	11.206	11.206
5.05.02.11	Ajuste Custo Atribuído Imobilizado em Controlada	0	0	0	0	-7.200	-7.200
5.05.02.12	Outros	0	0	0	60	956	1.016
5.05.02.13	Ganho na Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	-1.142	-1.142
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	91.712	-131.000	0	-39.288
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	101.899	-72.799	0	29.100
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	-10.187	-58.201	0	-68.388
5.07	SalDOS Finais	947.522	75.056	291.798	0	891.332	2.205.708

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.005.607	1.536.607	1.321.963
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.599.210	1.445.604	1.153.011
7.01.02	Outras Receitas	341.734	72.238	143.066
7.01.02.01	Outras Receitas	12.286	8.034	24.216
7.01.02.02	Variação do valor justo dos Ativos Biológicos	329.448	64.204	118.850
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	64.663	18.765	25.886
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.191.662	-980.502	-708.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.109	-14.082	-21.478
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-307.212	-282.675	-206.834
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	496	585	-1.034
7.02.04	Outros	-874.837	-684.330	-478.957
7.02.04.01	Materias primas consumidas	-568.388	-594.526	-343.815
7.02.04.02	Ajuste a valor justo dos ativos Biológicos	-306.449	-89.804	-135.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	813.945	556.105	613.660
7.04	Retenções	-69.150	-77.313	-68.612
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-69.150	-77.313	-68.612
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	744.795	478.792	545.048
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	413.873	418.236	487.875
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	161.129	86.917	155.239
7.06.02	Receitas Financeiras	251.970	330.487	332.099
7.06.03	Outros	774	832	537
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.158.668	897.028	1.032.923
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.158.668	897.028	1.032.923
7.08.01	Pessoal	205.579	177.898	127.825
7.08.01.01	Remuneração Direta	119.077	115.283	78.423
7.08.01.02	Benefícios	75.960	52.287	42.582
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.542	10.328	6.820
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	235.079	101.471	92.131

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.02.01	Federais	190.090	62.961	50.841
7.08.02.02	Estaduais	44.597	38.151	40.974
7.08.02.03	Municipais	392	359	316
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	361.669	587.714	690.439
7.08.03.01	Juros	231.052	453.185	608.868
7.08.03.02	Aluguéis	130.617	134.529	81.571
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	356.341	29.945	122.528
7.08.04.02	Dividendos	83.595	7.112	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	272.746	22.833	122.528

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	5.293.685	5.453.376	5.309.633
1.01	Ativo Circulante	2.250.339	2.332.168	2.176.848
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	611.539	888.740	701.460
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	611.539	888.740	623.608
1.01.01.02	Aplicações Financeiras de curto prazo	0	0	77.852
1.01.02	Aplicações Financeiras	137.789	175.766	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.789	175.766	0
1.01.03	Contas a Receber	351.858	185.538	228.024
1.01.03.01	Clientes	168.128	73.392	176.691
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	183.730	112.146	51.333
1.01.03.02.01	Adiantamentos a Fornecedores	9.017	1.728	4.438
1.01.03.02.02	Operações com Derivativos	47.140	99.963	26.639
1.01.03.02.03	Titulos e credits a Receber	123.657	7.948	4.444
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	3.916	2.507	15.812
1.01.04	Estoques	569.524	486.425	728.192
1.01.05	Ativos Biológicos	522.997	521.174	423.705
1.01.06	Tributos a Recuperar	45.908	66.727	89.321
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45.908	66.727	89.321
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	45.908	66.727	89.321
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.354	7.721	5.469
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.370	77	677
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	2.370	77	677
1.02	Ativo Não Circulante	3.043.346	3.121.208	3.132.785
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	182.726	221.255	271.791
1.02.01.06	Tributos Diferidos	18.760	26.265	23.509
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	18.760	26.265	23.509
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	2.567	3.777	2.830
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	161.399	191.213	245.452

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	62.841	55.834	51.954
1.02.01.09.04	Operações com Derivativos	23.766	48.648	101.852
1.02.01.09.06	Títulos a Receber	0	0	7.464
1.02.01.09.07	Adiantamentos a Fornecedores	57.763	71.542	76.430
1.02.01.09.08	Outras Contas a Receber	17.029	15.189	7.752
1.02.02	Investimentos	202.243	210.644	93.350
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	202.243	210.644	93.350
1.02.03	Imobilizado	2.647.977	2.686.064	2.764.677
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.587.912	2.638.106	2.708.061
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	60.065	47.958	56.616
1.02.04	Intangível	10.400	3.245	2.967
1.02.04.01	Intangíveis	10.400	3.245	2.967
1.02.04.01.02	Outros (sistema)	10.400	3.245	2.967

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	5.293.685	5.453.376	5.309.633
2.01	Passivo Circulante	1.662.232	1.838.376	1.747.970
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.315	15.308	13.763
2.01.01.01	Obrigações Sociais	22.869	14.947	13.351
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	446	361	412
2.01.02	Fornecedores	424.041	439.735	398.860
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	424.041	439.735	398.860
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.414	7.995	6.702
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.133	6.480	5.655
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	25.737	4.626	4.155
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	1.396	1.854	1.500
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.035	1.370	828
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	246	145	219
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	860.976	1.155.641	931.732
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	860.976	1.155.641	931.732
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	718.405	913.499	691.775
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	142.571	242.142	239.957
2.01.05	Outras Obrigações	283.654	204.675	376.498
2.01.05.02	Outros	283.654	204.675	376.498
2.01.05.02.05	Dividendos a Pagar	83.598	7.112	29.100
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	98.652	19.285	110.401
2.01.05.02.07	Operações com Derivativos	42.583	56.604	120.544
2.01.05.02.08	Arrendamentos a pagar	37.486	37.467	34.196
2.01.05.02.09	Titulos a Pagar	17.543	81.813	75.564
2.01.05.02.10	Outros Debitos	3.792	2.394	6.693
2.01.06	Provisões	41.832	15.022	20.415
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	41.502	15.022	20.415
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	12.445	10.232	10.132

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	26.941	2.704	8.659
2.01.06.01.05	Provisões para Contingências Trabalhistas	2.116	2.086	1.624
2.01.06.02	Outras Provisões	330	0	0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	330	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	929.626	986.114	1.169.400
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	728.198	745.604	947.145
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	728.198	745.604	947.145
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	587.608	468.580	346.883
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	140.590	277.024	600.262
2.02.02	Outras Obrigações	14.453	24.425	68.946
2.02.02.02	Outros	14.453	24.425	68.946
2.02.02.02.03	Títulos a Pagar	0	0	36.700
2.02.02.02.04	Operações com Derivativos	14.372	24.346	31.624
2.02.02.02.05	Outros Debitos	81	79	622
2.02.03	Tributos Diferidos	186.975	216.085	153.309
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	186.975	216.085	153.309
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.701.827	2.628.886	2.392.263
2.03.01	Capital Social Realizado	947.522	947.522	947.522
2.03.02	Reservas de Capital	49.970	80.984	75.056
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	67.573	72.102	72.282
2.03.02.04	Opções Outorgadas	42.993	39.534	35.121
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-60.596	-30.652	-32.347
2.03.04	Reservas de Lucros	404.975	292.744	291.798
2.03.04.01	Reserva Legal	28.074	10.474	8.977
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	5.628	5.628	5.628
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	116.405	7.112	29.100
2.03.04.10	Reserva de Investimento Incentivada	4.367	0	0
2.03.04.11	Reserva para Expansão	250.501	269.530	248.093

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	1.110.732	1.129.785	891.332
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	188.628	177.851	186.555

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.219.901	1.659.649	1.761.581
3.01.01	Receita Operacional dos Produtos	1.858.054	1.601.945	1.481.751
3.01.02	Ativos Biológicos	361.847	57.704	279.830
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.542.605	-1.413.181	-1.328.460
3.02.01	Custo dos Produtos	-1.215.305	-1.328.248	-328.971
3.02.02	Ativos Biológicos Apropriados ao Custo	-327.300	-84.933	-999.489
3.03	Resultado Bruto	677.296	246.468	433.121
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-83.843	-136.153	-147.623
3.04.01	Despesas com Vendas	-90.206	-97.589	-92.070
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-86.036	-59.087	-58.437
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-73.050	-45.733	-47.709
3.04.02.02	Honorários da Administração	-12.986	-13.354	-10.728
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.091	4.139	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	89.308	16.384	2.884
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	593.453	110.315	285.498
3.06	Resultado Financeiro	-92.463	-114.476	-118.844
3.06.01	Receitas Financeiras	183.685	399.656	447.366
3.06.02	Despesas Financeiras	-276.148	-514.132	-566.210
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	500.990	-4.161	166.654
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-131.728	19.802	-45.483
3.08.01	Corrente	-77.161	-27.061	-33.038
3.08.02	Diferido	-54.567	46.863	-12.445
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	369.262	15.641	121.171
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	369.262	15.641	121.171
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	356.341	29.945	122.529
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12.921	-14.304	-1.358
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.01.01	ON	3,71424	0,30842	1,26
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,69213	0,3079	1,26

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	369.262	15.641	121.171
4.02	Outros Resultados Abrangentes	25.398	251.266	-87.562
4.02.01	Derivativos de Hedge de Fluxo de Caixa	-52.950	310.018	-170.378
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	18.001	-105.407	57.929
4.02.04	Outras	1.765	-59	1.016
4.02.05	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento	0	0	19.036
4.02.06	Custo Atribuído Ativo Imobilizado	2.981	5.928	11.206
4.02.07	Ajuste Custo Atribuído Ativo Imobilizado em Controlada	0	40.786	-7.200
4.02.08	Tributos s/ ajustes avaliação patrimonial controladas	55.601	0	0
4.02.09	Ganho (perda) de capital em participação	0	0	829
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	394.660	266.907	33.609
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	383.883	275.611	36.692
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	10.777	-8.704	-3.083

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	371.612	305.652	274.832
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	683.978	204.469	482.199
6.01.01.01	Lucro Líquido (prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	500.990	-4.161	166.654
6.01.01.02	Depreciação e amortização - no resultado	91.506	104.242	106.803
6.01.01.03	Resultado nas Baixas do Ativo Imobilizado	-87.114	2.938	6.230
6.01.01.04	Juros, Variação Cambial e Atualização Monetária	184.453	87.174	241.705
6.01.01.05	Remuneração Baseada em Ações	4.294	4.906	4.898
6.01.01.06	Variação dos Ativos Biológicos	-34.547	27.229	-52.560
6.01.01.07	Provisão (reversão) para ajuste de estoque a valor de mercado	-496	-649	736
6.01.01.08	Provisão (reversão) trabalhistas	28.582	3.269	7.733
6.01.01.09	Outros	1.544	0	0
6.01.01.13	Valor justo propriedades para investimento	-5.234	-20.479	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-312.366	101.183	-207.367
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-94.736	103.299	-56.029
6.01.02.02	Estoques e ativos biológicos	-47.181	110.573	-106.010
6.01.02.03	Tributos a recuperar	13.812	18.712	-11.133
6.01.02.04	Títulos a receber	-20	4.837	3.961
6.01.02.05	Aplicações Financeiras	37.977	-97.914	54.969
6.01.02.06	Outras contas a receber	-2.517	8.008	-23.721
6.01.02.07	Adiantamento a Fornecedores	4.815	0	0
6.01.02.08	Fornecedores	30.499	70.567	86.101
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	-37.616	-5.736	-18.367
6.01.02.11	Operações com Derivativos	-30.633	183.097	-72.313
6.01.02.12	Títulos a Pagar	-67.384	-39.574	-17.809
6.01.02.13	Adiantamento de Clientes	79.367	-91.116	57.200
6.01.02.14	Arrendamentos a Pagar	19	3.271	5.744
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar	503	-13.744	4.618
6.01.02.17	Juros pagos	-186.380	-131.339	-88.370

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01.02.18	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-12.891	-21.758	-26.208
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-131.182	-96.922	-142.348
6.02.01	Em imobilizado	-177.735	-95.007	-141.437
6.02.02	Em Intangível	-6.754	-1.915	-911
6.02.04	Recebimento pela venda de terras (Nota 10)	53.561	0	0
6.02.05	Adição de propriedade para investimento	-254	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-517.631	56.402	251.983
6.03.01	Empréstimos e financiamentos tomados	1.264.255	1.135.244	1.321.100
6.03.02	Empréstimos e financiamentos pagos	-1.532.357	-1.021.663	-1.041.268
6.03.03	Venda ou recompra de Ações	-35.308	1.022	35
6.03.04	Dividendos pagos	-214.221	-58.201	-27.884
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-277.201	265.132	384.467
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	888.740	623.608	239.141
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	611.539	888.740	623.608

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	947.522	80.984	292.744	0	1.129.785	2.451.035	177.851	2.628.886
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	947.522	80.984	292.744	0	1.129.785	2.451.035	177.851	2.628.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-31.014	0	0	0	-31.014	0	-31.014
5.04.08	Ágio/Deságio na Venda de Ações	0	-4.265	0	0	0	-4.265	0	-4.265
5.04.09	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.294	0	0	0	4.294	0	4.294
5.04.10	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-65.818	0	0	0	-65.818	0	-65.818
5.04.11	Ações em Tesouraria Vendidas	0	34.775	0	0	0	34.775	0	34.775
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	402.938	-19.053	383.885	10.777	394.662
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	356.341	0	356.341	12.921	369.262
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	46.597	-19.053	27.544	-2.144	25.400
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-49.700	-49.700	-3.248	-52.948
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	16.897	16.897	1.104	18.001
5.05.02.06	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Depreciação	0	0	0	4.246	-4.246	0	0	0
5.05.02.07	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	0	0	0	41.853	-41.853	0	0	0
5.05.02.13	Ajuste custo atribuído ativo imobilizado em controlada	0	0	0	0	2.981	2.981	0	2.981
5.05.02.14	Outros	0	0	0	498	1.267	1.765	0	1.765
5.05.02.16	Alteração de critério de tributação sobre ativo imobilizados (impostos diferidos)	0	0	0	0	55.601	55.601	0	55.601
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	112.231	-402.938	0	-290.707	0	-290.707
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	202.938	-202.938	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo pago sobre saldo de reservas	0	0	-200.000	0	0	-200.000	0	-200.000
5.06.05	Dividendos adicionais aprovados sobre o exercício de 2016	0	0	-7.112	0	0	-7.112	0	-7.112
5.06.06	Dividendos Mínimo Obrigatório	0	0	0	-83.595	0	-83.595	0	-83.595
5.06.07	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	116.405	-116.405	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	947.522	49.970	404.975	0	1.110.732	2.513.199	188.628	2.701.827

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	947.522	75.056	291.798	0	891.332	2.205.708	186.555	2.392.263
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	947.522	75.056	291.798	0	891.332	2.205.708	186.555	2.392.263
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	5.928	0	0	0	5.928	0	5.928
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.413	0	0	0	4.413	0	4.413
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.695	0	0	0	1.695	0	1.695
5.04.08	Ágio na Venda de Ações	0	-180	0	0	0	-180	0	-180
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.158	238.453	275.611	-8.704	266.907
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.945	0	29.945	-14.304	15.641
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	7.213	238.453	245.666	5.600	251.266
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	301.532	301.532	8.486	310.018
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-102.521	-102.521	-2.886	-105.407
5.05.02.06	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Depreciação	0	0	0	4.966	-4.966	0	0	0
5.05.02.07	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	0	0	0	2.246	-2.246	0	0	0
5.05.02.08	Ganho na Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	-60	-60	0	-60
5.05.02.09	Custo Atribuído Ativo Imobilizado	0	0	0	0	5.928	5.928	0	5.928
5.05.02.10	Ajuste Custo Atribuído Ativo Imobilizado em Controlada	0	0	0	0	40.786	40.786	0	40.786
5.05.02.11	Outros	0	0	0	1	0	1	0	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	946	-37.158	0	-36.212	0	-36.212
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	30.046	-22.934	0	7.112	0	7.112
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	-29.100	-14.224	0	-43.324	0	-43.324
5.07	Saldos Finais	947.522	80.984	292.744	0	1.129.785	2.451.035	177.851	2.628.886

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	557.434	175.360	484.936	0	985.640	2.203.370	189.638	2.393.008
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	557.434	175.360	484.936	0	985.640	2.203.370	189.638	2.393.008
5.04	Transações de Capital com os Sócios	390.088	-100.304	-284.850	0	0	4.934	0	4.934
5.04.01	Aumentos de Capital	390.088	-105.238	-284.850	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.900	0	0	0	4.900	0	4.900
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-9.037	0	0	0	-9.037	0	-9.037
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	9.537	0	0	0	9.537	0	9.537
5.04.08	Ágio na Venda de Ações	0	-466	0	0	0	-466	0	-466
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.000	-94.308	36.692	-3.083	33.609
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	122.528	0	122.528	-1.358	121.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	8.472	-94.308	-85.836	-1.725	-87.561
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-167.764	-167.764	-2.614	-170.378
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	57.040	57.040	889	57.929
5.05.02.06	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Depreciação	0	0	0	6.642	-6.642	0	0	0
5.05.02.07	Realização Custo Atribuído Ativo Imobilizado - Vendas	0	0	0	1.770	-1.770	0	0	0
5.05.02.08	Ganho na Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	1.971	1.971	0	1.971
5.05.02.09	Custo Atribuído Ativo Imobilizado	0	0	0	0	11.206	11.206	0	11.206
5.05.02.10	Ajuste Custo Atribuído Ativo Imobilizado em Controlada	0	0	0	0	-7.200	-7.200	0	-7.200
5.05.02.11	Outros	0	0	0	60	956	1.016	0	1.016
5.05.02.12	Ajuste Valor Justo Propriedade para Investimentos	0	0	0	0	19.037	19.037	0	19.037
5.05.02.13	Ganho na Redução de Participação em Controlada	0	0	0	0	-1.142	-1.142	0	-1.142
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	91.712	-131.000	0	-39.288	0	-39.288
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	101.899	-72.799	0	29.100	0	29.100
5.06.04	Dividendos Propostos	0	0	-10.187	-58.201	0	-68.388	0	-68.388
5.07	Saldos Finais	947.522	75.056	291.798	0	891.332	2.205.708	186.555	2.392.263

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	2.441.566	1.836.715	2.146.679
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.981.455	1.719.453	1.776.804
7.01.02	Outras Receitas	382.846	89.400	308.392
7.01.02.01	Outras Receitas	20.999	31.696	28.562
7.01.02.02	Variação do valor justo dos Ativos Biológicos	361.847	57.704	279.830
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	77.265	27.862	61.483
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.439.543	-1.183.909	-1.156.158
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.673	-11.115	-24.452
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-393.054	-352.263	-341.337
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	496	585	-1.003
7.02.04	Outros	-974.312	-821.116	-789.366
7.02.04.01	Materias primas consumidas	-647.012	-736.183	-562.096
7.02.04.02	Ajuste a valor justo dos Ativos Biológicos	-327.300	-84.933	-227.270
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.002.023	652.806	990.521
7.04	Retenções	-91.506	-104.242	-106.803
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.506	-104.242	-106.803
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	910.517	548.564	883.718
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	307.264	409.406	434.645
7.06.02	Receitas Financeiras	294.335	403.359	434.002
7.06.03	Outros	12.929	6.047	643
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.217.781	957.970	1.318.363
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.217.781	957.970	1.318.363
7.08.01	Pessoal	233.916	213.028	188.094
7.08.01.01	Remuneração Direta	136.911	139.727	119.292
7.08.01.02	Benefícios	85.172	61.258	59.081
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.833	12.043	9.721
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	293.939	138.581	188.068
7.08.02.01	Federais	248.316	91.962	138.639

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.02.02	Estaduais	45.231	46.256	49.093
7.08.02.03	Municipais	392	363	336
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	320.664	590.720	821.031
7.08.03.01	Juros	273.859	537.676	780.085
7.08.03.02	Aluguéis	46.805	53.044	40.946
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	369.262	15.641	121.170
7.08.04.02	Dividendos	83.595	7.112	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	272.746	22.833	122.528
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12.921	-14.304	-1.358

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

NOSSO SONHO GRANDE

Impactar Positivamente Gerações Futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta.

PERFIL CORPORATIVO

Quem somos

A SLC Agrícola foi fundada em 1977 pelo Grupo SLC, é uma empresa produtora de commodities agrícolas, focada na produção de algodão, soja e milho. Foi uma das primeiras empresas do setor a ter ações negociadas em Bolsa de Valores no mundo, tornando-se uma referência no seu segmento. São 14 unidades de produção estrategicamente localizadas em 6 estados brasileiros que totalizaram 392.921 hectares no ano-safra 2016/17 – sendo 230.16 de soja, 87.440 de algodão, 71.789 de milho e 3.564 de outras culturas, tais como trigo, milho 1ª safra, milho semente e cana-de-açúcar.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, com alta escala, padronização das unidades de produção, tecnologia de ponta, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental.

Ao longo de sua história, a SLC Agrícola desenvolveu uma sólida expertise na prospecção e aquisição de terras em novas fronteiras agrícolas. O processo de aquisição de terras com alto potencial produtivo também visa capturar a valorização imobiliária que as terras agricultáveis no Brasil proporcionam em função das vantagens comparativas em relação aos principais produtores agrícolas do mundo, tais como Estados Unidos, China, Índia e Argentina.

Sonho Grande e Valores

Sonho Grande

“Impactar positivamente gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta.”

Valores

Acreditamos que quem tem **PAIXÃO PELO QUE FAZ** é comprometido e o faz com a máxima qualidade, preservando a sua **INTEGRIDADE** por meio de uma conduta ética, coerente e inquestionável. Estas atitudes somadas geram **RELAÇÕES DURADOURAS** e de respeito entre todas as partes interessadas, produzindo **RESULTADOS SUSTENTÁVEIS** que sejam economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente responsáveis.



Nosso Modelo de Negócio

A Empresa optou por um modelo de negócio híbrido, que pode ser subdividido em três abordagens básicas, listadas abaixo. Pretendemos continuar ampliando o negócio nessas três frentes, de forma a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

aproveitar as sinergias existentes entre elas, orientados por uma cultura de melhoria contínua da nossa operação.

Operação agrícola em terras desenvolvidas próprias

Esse modelo representa a maior parte das terras em operação da companhia. Foi o modelo original de negócios, obtido através de décadas de aquisições de terras na região do Cerrado. A maioria das terras foi adquirida em estado bruto ou parcialmente desenvolvido, e, através dos anos, com a melhoria do solo e da produção agrícola sustentável, podemos agregar grande valor a esses ativos. Nesse modelo de negócios obtemos o retorno da Agricultura e da Apreciação de terras. Atualmente representa 54% da área plantada na safra 2017/18

Operação agrícola em terras arrendadas (e Joint Ventures)

Ao longo do tempo, a SLC Agrícola visualizou a oportunidade de maximizar a utilização de sua capacidade instalada através de contratos de arrendamento com proprietários vizinhos ou próximos às Fazendas da empresa. São feitos contratos com período médio de 7-8 anos, pagos de forma indexada ao preço do saco de soja em reais. A companhia possui 2 parceiras (joint ventures), com o Grupo Roncador (SLC – Roncador) e com a Mitsui&Co (SLC- Mit).

SLC - Roncador

Operação conjunta voltada apenas para a produção agrícola (sem investimento em terras), o que trouxe à SLC Agrícola uma alternativa de crescimento com baixo investimento e atrativas taxas de retorno.

Linhas Gerais do Negócio:

- *O grupo Roncador disponibiliza 20.000 hectares em Querência (MT);*
- *A Joint Venture opera as terras e paga arrendamento para o Grupo Roncador;*
- *Os lucros e o investimento são divididos na proporção de 50% para cada parte;*
- *Período de 15 anos;*
- *SLC Agrícola recebe uma remuneração pela gestão desta operação;*
- *Área Plantada 2015/16: 25.000 ha (5.000 / 2ª safra);*
- *Área Plantada 2016/17: 30.000 ha (10.000 / 2ª safra).*

SLC - Mit

Trata-se de uma parceria de alto valor estratégico, por ter como sócio um dos maiores grupos empresariais do Japão, a Mitsui&Co.

Linhas gerais do negócio:

- *A SLC-MIT arrenda 21.898 hectares em São Desidério (BA) pertencentes à Mitsui & CO Ltda e 16.213 hectares em Porto dos Gaúchos (MT) pertencentes à SLC Agrícola S.A;*
- *A Joint Venture opera as terras e paga arrendamentos para a proprietária da terra;*
- *Os lucros e o investimento são divididos proporcionalmente;*
- *Período de 99 anos;*
- *A SLC Agrícola recebe uma remuneração pela gestão desta operação.*

Esse modelo de negócios de operação agrícola em terras arrendadas e em parceria com joint ventures, proporciona o retorno da Agricultura com baixo investimento, atualmente representa 46% da nossa área plantada.

Aquisição de terras brutas para transformação e venda

A terceira abordagem de negócio da SLC Agrícola está materializada atualmente na subsidiária SLC LandCo, que foi criada em 2012 em parceria com o fundo de private equity inglês Valiance. Trata-se do “braço imobiliário” da empresa, cujo objetivo é ser mais ativo no processo de aquisição e venda de terras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

NOSSO JEITO DE SER E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O desenvolvimento de pessoas faz parte do jeito de ser da SLC Agrícola. Com mais de 2.800 colaboradores, a comunicação e a confiança são alicerces para a construção de um bom trabalho. A valorização dos nossos colaboradores acontece por meio de um amplo plano de benefícios, participação nos lucros, plano de cargos e salários, academia de líderes, gestão de performance, plano de sucessão, educação continuada, segurança do trabalho, homenagens pelo tempo de empresa, comunicação interna e pela promoção da qualidade de vida.

São desenvolvidas campanhas internas incentivando a Segurança, a Inovação e a Qualidade de Vida no Trabalho. Além disso, realizamos práticas que buscam cumprir os nossos compromissos com a prevenção de acidentes, com a preservação do meio ambiente, com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável. Com este objetivo, incentivamos o trabalho voluntário de nossos colaboradores por meio do GAS (Grupo de Ação Socioambiental) implantado em todas nossas Unidades, onde são realizados projetos de cidadania ligados aos temas ambientais e sociais, voltados à melhoria das condições de vida das comunidades locais. Também nas Unidades, a SLC Agrícola trabalha para promover a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho através do Programa Semear.

O reconhecimento das práticas de Gestão de Pessoas pelos seus colaboradores, fizeram a SLC Agrícola em 2017 conquistar o sétimo entre as 10 Melhores Empresas para se trabalhar no Rio Grande do Sul (Great Place to Work).

Programa Semear

Programa desenvolvido pela área de Recursos Humanos que realiza ações voltadas à sensibilização dos colaboradores e lideranças com objetivo para promover em suas unidades a inclusão de pessoas com deficiência. São exemplos de ações a elaboração de vídeo e cartilha do Programa Semear, palestras, workshops, capacitação das equipes em LIBRAS e contratação de interprete para reuniões e treinamentos.

GAS

Criado em 2003, o GAS (Grupo de Ação Socioambiental), por meio dos colaboradores voluntários, realiza diversas atividades com crianças e jovens de comunidades menos favorecidas no entorno das unidades. Dentre essas, estão doações de brinquedos, agasalhos, entrega de lanches, visitas às creches e doações para vítimas de enchentes. O grupo de voluntários do GAS se reúne mensalmente e planeja as ações para o período. Os colaboradores podem sair no horário do expediente para realizar seus trabalhos, desde que alinhados com seus gestores.

Projeto Mobilando Vidas

Os colaboradores voluntários do GAS (Grupo de Ação Socioambiental) mantém com o incentivo da empresa, a realização de oficinas para confecção de cadeiras de banho em PVC e adaptadas para crianças com deficiências múltiplas que são atendidas pela Kinder, entidade filantrópica localizada em Porto Alegre. Nesse link você pode conhecer um pouco desse projeto: <https://www.youtube.com/watch?v=vV0ZgfRR654>.

Indicadores

A seguir demonstramos a quantidade de funcionários nos últimos três anos, a nossa mão-de-obra por localização geográfica e o perfil educacional dos nossos colaboradores:

Tabela 1 Quantidade de funcionários últimos 3 anos

2015			2016			2017		
Fixos	Safristas	Total	Fixos	Safristas	Total	Fixos	Safristas	Total
2.343	673	3.016	2.255	475	2.730	2.270	543	2.813

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 2 Segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica

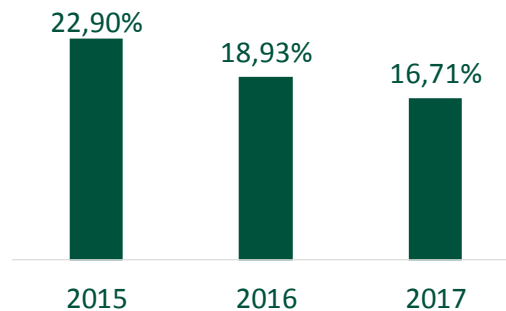
Localização Geográfica	2015		2016		2017	
	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
Rio Grande do Sul	7%	199	9%	244	9	256
Goiás	6%	191	7%	179	6	177
Bahia	29%	889	25%	671	25	693
Maranhão	26%	781	24%	652	24	689
Mato Grosso do Sul	5%	142	6%	156	5	145
Mato Grosso	24%	721	28%	757	29	803
Piauí	3%	93	3%	71	2	50
TOTAL	100%	3.016	100%	2.730	100	2.813

Tabela 3 Nível Educacional

Escolaridade	2017	
	%	Quantidade
Ensino Fundamental Incompleto	14,4	405
Ensino Fundamental Completo	18,6	523
Ensino Médio Incompleto	8,9	251
Ensino Médio Completo	33,7	949
Técnico Incompleto	0,3	8
Técnico Completo	10,7	301
Educação Superior Incompleto	2,2	63
Educação Superior	8,1	228
Pós-Graduação	2,7	76
Mestrado	0,2	6
Doutorado	0,1	3
Total	100,0	2.813

Reduzimos a taxa de turnover 27% em relação a 2015, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Figura 1 Turnover últimos 3 anos



Fundos de seguridade e outros planos sociais:

A companhia oferece seguro de vida em grupo, assistência à saúde, plano odontológico através da Fundação SLC.

Investimentos em Treinamento e Desenvolvimento - Educação Continuada

A área de treinamento visa oportunizar a capacitação e desenvolvimento para as lideranças e equipes, visando o aprimoramento de competências técnicas e comportamentais, que contribuam para realização do indivíduo e o atendimento da estratégia da companhia.

Figura 2 Desenvolvimento de Gestores

119h/f



Figura 3 Capacitação Operacional

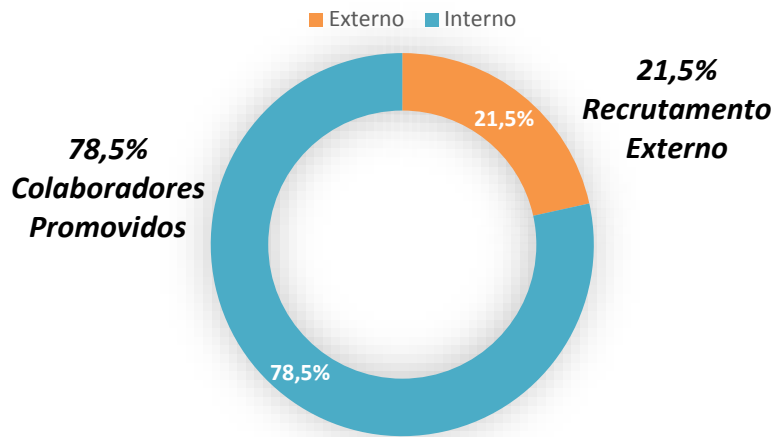
67h/f



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mais de 78% dos cargos de liderança da SLC Agrícola são ocupados por colaboradores promovidos internamente.

Figura 4 Perfil dos Cargos de Liderança



SUSTENTABILIDADE

A SLC Agrícola acredita que a excelência na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental tem como fruto a redução dos impactos ambientais das suas operações, melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e garantia de resultado satisfatório para seus investidores e acionistas. A sustentabilidade na SLC Agrícola está fundamentada nesses preceitos e no Sonho Grande da Empresa: impactar positivamente gerações futuras, sendo líder mundial em eficiência no negócio agrícola e respeito ao planeta.

Os programas e ações adotados na Empresa têm como componentes a gestão econômica, políticas de responsabilidade social consistentes, programas de proteção individual e coletivos bem-estruturados, promoção da educação e informação ambiental, bem como adoção das melhores práticas e tecnologias agrícolas. Tudo isso visando impactar minimamente o meio ambiente.

Com essas ações, acredita-se que é possível produzir alimento, combustível e vestimenta para a população mundial de forma sustentável.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Política de Sustentabilidade

A SLC Agrícola está comprometida com a prevenção de acidentes, com a promoção da ética e do desenvolvimento sustentável e com a preservação do meio ambiente em todos os seus aspectos, melhorando continuamente seus processos e seus produtos por meio da conscientização e adoção de programas eficazes. Para este fim, assume os seguintes compromissos junto a seus *stakeholders*:

- Melhorar continuamente nossos processos e sistemas.
- Assegurar, como padrão mínimo, o enquadramento das atividades da **SLC AGRÍCOLA S.A.** aos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos que estejam relacionados à segurança e saúde dos colaboradores e aos aspectos ambientais e sociais da empresa.
- Minimizar os riscos e prevenir a poluição, acidentes e incidentes através da adoção de práticas apropriadas de:
 - utilização eficiente dos recursos naturais;
 - redução de efluentes líquidos e gasosos;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- redução, reaproveitamento e correta destinação dos resíduos gerados;
 - eliminação de condições fora do padrão de trabalho e busca do “zero acidente”;
- Promover a ética e o desenvolvimento sustentável através:
 - do envolvimento de partes interessadas ;
 - da tolerância em relação a posições divergentes;
 - da atuação não discriminatória e respeito aos direitos humanos;
 - do pagamento de uma remuneração justa;
 - do combate ao trabalho forçado e infantil;
 - da responsabilização, transparência, comportamento ético.
- Assumir sua posição de liderança na construção de um local de trabalho seguro, ambientalmente adequado e socialmente responsável.
- Investigar rigorosamente todos os acidentes ambientais e ocupacionais nas fazendas pertencentes à **SLC AGRÍCOLA S.A.**.
- Comunicar às empresas prestadoras de serviço, que executam qualquer tipo de atividade nas suas dependências, a necessidade de se cumprir as normas internas e as relativas à Responsabilidade Social, ao Meio Ambiente e à Segurança e Saúde no Trabalho.
- Manter e desenvolver projetos de conscientização para os temas ambientais, ocupacionais e de responsabilidade social em todos os níveis da organização, incluindo profissionais e demais pessoas atuando em nome da **SLC AGRÍCOLA SA**.

Sistemas de Gestão e Certificações

Contamos a mais de 10 anos com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que engloba o cumprimento das normas internacionais ISO 14.001, OHSAS 18.001 e a norma brasileira NBR 16.001. O SGI, dentro de suas atividades, aborda questões que vão além do cumprimento legal, com foco nos aspectos relacionados ao Meio Ambiente, Segurança, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social. O sistema está implantado e certificado nas Fazendas Planalto (MS), Paiaguás e Planorte (MT), Panorama (BA), Pamplona (GO), Parnaíba e Planeste (MA) e em fase final de implantação na Fazenda Perdizes (MT). Práticas ligadas a este sistema de gestão estão sendo cumpridas pelos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços que atuam nestas unidades. O projeto é estender a implantação deste sistema para as demais unidades produtivas da empresa, concluindo o processo de implantação em 10 unidades até o final de 2020. Em 2012, a Fazenda Planalto tornou-se a primeira empresa do ramo agrícola a obter simultaneamente certificação nas normas ISO 14.001, OHSAS 18.001 e na norma brasileira NBR 16.001. A produção sustentável da SLC Agrícola pode também ser evidenciada pelas certificações existentes para a produção agrícola, dentre as quais podemos citar a certificação da soja (RTRS) e do algodão (BCI e ABR)

Programa 5 S

A conscientização com foco na educação ambiental é realizada com todos os funcionários da empresa, juntamente com seus familiares através de palestras ou seminários e aulas de educação ambiental nas escolas, incentivando-os na prática dos 5’S juntamente com os 3 R’s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar os resíduos), a fim de mostrar a importância da preservação do meio ambiente, bem como a simplicidade dos métodos adotados e os retornos gerados com este projeto. O termo 5S’s é um método de organização do local de trabalho. A letra “S” presente no termo 5S’s tem origem na língua japonesa e diz respeito às seguintes palavras: SEIRI – Descarte: Descartar objetos sem uso, obsoletos; SEITON – Organização: Arrumar as coisas em locais apropriados visando aumento de eficiência; SEISO – Limpeza: Manter o ambiente limpo, cuidar da manutenção; SEIKETSU – Higiene e Segurança do Trabalho: praticar atos seguros e as boas relações no ambiente de trabalho; SHITSUKE – Disciplina: Manter a rotina dos outros “s”.

Sustentabilidade: Uma Competência Organizacional

A Sustentabilidade é uma das competências exigidas e desenvolvidas em todas as lideranças da Companhia. Tamaña importância é dada, pois entende-se que este é um dos pilares fundamentais para o crescimento e perenidade da Companhia. Estimula-se que as lideranças busquem cada vez mais considerar o desenvolvimento sustentável no planejamento, implantação e operação de seus empreendimentos ou sua área de atuação, buscando, a partir do conhecimento das questões legais, normativas e técnicas, a minimização dos impactos sócio-econômico-ambientais, a utilização racional

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

dos recursos e a interação de seus projetos com a sociedade, promovendo a sustentabilidade de forma a garantir no mínimo a rentabilidade desejada, a segurança jurídica, a gestão dos riscos e a redução de não conformidades e perdas futuras.

A Sustentabilidade na Pesquisa de Clima Organizacional

Realizada a cada dois anos com todos os colaboradores da Companhia, a Pesquisa de Clima é uma excelente ferramenta para avaliar a percepção e satisfação dos colaboradores em relação a diversos aspectos da Companhia, dentre eles a Sustentabilidade. As oportunidades de melhoria identificadas para os temas ligados a Sustentabilidade são trabalhados através de planos de ações construídos em cooperação com todas as áreas da Companhia

Global Reporting Initiative (GRI)

Em seu primeiro relatório de sustentabilidade com base na norma Standards da Global Reporting Initiative (GRI), elaborado de acordo com a opção Essencial, a SLC Agrícola apresentou em 2017 o seu desempenho para o ano civil de 2016. Os principais temas abordados no Relatório foram definidos por meio de consultas às partes interessadas da empresa. O relatório apresentou as ações e indicadores relevantes dentro de cada um dos 10 temas materiais identificados como prioritários durante a consulta. Os dados sociais e ambientais foram referenciados por padrões legais e normas trabalhistas brasileiras, assim como pelo Sistema de Gestão Integrado (SGI), com as certificações OHSAS 18001, NBR 16001 e ISO 14001. Os indicadores financeiros foram obtidos a partir das demonstrações consolidadas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A elaboração seguiu as normas internacionais para relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (Iasb) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGaap), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). O relatório está disponível no site da CVM, BM&FBOVESPA, também como no site da companhia e no de Relações com Investidores http://ri.slccagricola.com.br/fck_temp/35_13/file/Relatorio-Sustentabilidade-2016.pdf.

Doações com fins de Responsabilidade Social

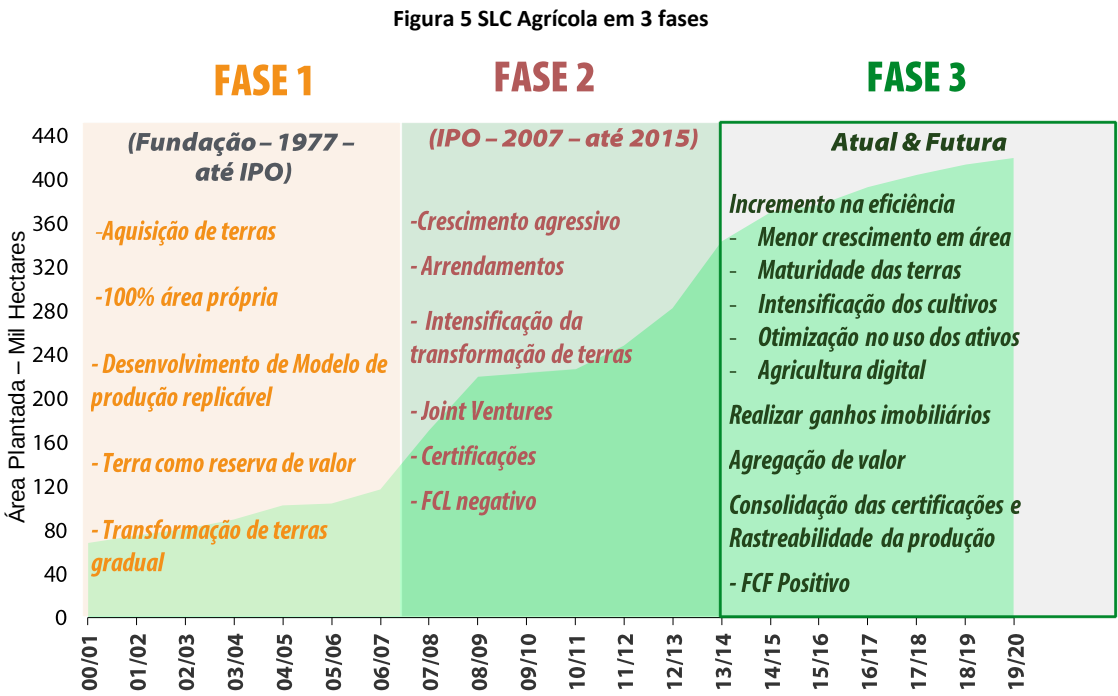
Em consonância com a nosso sonho grande que tem como um dos objetivos impactar gerações futuras, a SLC Agrícola contribui com as comunidades onde está inserida através de projetos sociais, contribuições e doações para agentes sem fins lucrativos. Visamos contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, para tanto tais contribuições não podem ter finalidade de obtenção de vantagens inadequadas ou poder de influência a qualquer tipo de benefício. Além disso, temos como princípio não ter qualquer tipo de relacionamento com entidades que tenham tido qualquer histórico de corrupção ou fraude. Empresas que sejam partes relacionadas a companhia, também são vedadas a qualquer tipo de contribuição ou doação. No ano de 2017, registramos o montante de R\$1.781 mil relativos a contribuições e doações a seguir elencamos as principais doações realizadas:

- \$300 mil doação para o projeto de Segurança – Associação Cultural Floresta;
- R\$300 mil doação para Associação dos Produtores da Rodovia MT 480;
- R\$200 mil; Doação para o projeto Muda o Mundo - projeto com incentivo fiscal da Lei Roaunet;
- R\$113 mil doação para Associação Maranhense dos Produtores de Algodão AMAPA;
- R\$87,5 mil, Doação para Associação Cristã de Moços do Rio Grande do Sul;
- R\$50 mil doação para Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre;
- R\$40 mil doação para a Bienal de Artes Visuais do Mercosul;
- R\$22,5 mil doação para a associação de pais e amigos dos excepcionais de Guaíba
- R\$20,0 mil doação para a sociedade porto alegreense de auxílio aos necessitados;
- R\$20,0 mil doação para Associação Junior Achievement do Rio Grande do Sul
- R\$18 mil doação para Lar de Santo Antônio dos Excepcionais
- R\$18 mil doação para Associação beneficente Santa Zita de Luca
- R\$18 mil doação para Casa do Menino Jesus de Praga
- R\$14 mil doação a fundação Iberê Camargo

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2017 foi um ano a ser comemorado na SLC Agrícola. Batemos uma série de recordes – ligados a produtividade, eficiência operacional e resultado financeiro – uma vez que o negócio passa a demonstrar a sua efetiva capacidade de geração de valor, validando a assertividade de nossa estratégia atual, e cristalizando o trabalho de base que foi efetuado ao longo dos anos anteriores. Conforme temos mencionado em nossos materiais de divulgação, e em conversas com o mercado, a SLC Agrícola optou por algumas alterações estratégicas recentemente, ligadas principalmente à redução do ritmo de crescimento em área – priorizando o aperfeiçoamento da operação atual – à geração de caixa livre, e à realização de ganhos imobiliários. Hoje, temos solos mais maduros e mais férteis, e um dimensionamento mais adequando das máquinas e da operação em geral. Além disso, tivemos a materialização da iniciativa de realização de ganhos imobiliários através da venda de 11,6 mil hectares anunciada em dezembro de 2017. A **Figura 5**, abaixo, ilustra de forma mais didática essa nova fase de nossa estratégia:



Na safra 2016/17, colhemos um total de 393 mil hectares, e atingimos produtividade recorde histórica na cultura do algodão (o principal produto da Companhia, em receita de vendas), com 1.807 kg/ha de algodão em pluma (média entre 1ª e 2ª safras), 12,7% acima do projeto inicial e quase 11% acima da média brasileira naquela safra (com base em dados da CONAB). A produtividade de soja também superou o projeto, em 7%, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 Produtividade Safra 2016/17

Produtividade (kg/ha)	Previsão Inicial 2016/17	Realizado 2016/17	Δ%
Algodão (Média Ponderada)	1.603	1.807	12,7%
Algodão em pluma 1ª safra	1.619	1.859	14,8%
Algodão em pluma 2ª safra	1.570	1.705	8,6%
Caroço de algodão	2.055	2.305	12,2%
Soja	3.077	3.291	7,0%
Milho 2ª safra	6.877	6.680	-2,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com esse nível de produtividade, os resultados financeiros também foram excelentes. Conforme a Tabela 5, o EBITDA da operação agrícola em 2017 atingiu a marca de R\$568 milhões, o que, somado ao EBITDA da venda de terras efetuada em dezembro (de R\$170,2 milhões), levou a um EBITDA total para o ano de R\$738,6 milhões. Com isso, a relação Dívida Líquida/EBITDA alcançou o patamar bastante confortável de 1,12 vezes. O Lucro Líquido operacional, por sua vez, foi de R\$289 milhões. Ao adicionarmos o resultado líquido da venda de terras (R\$80,2 milhões), chegamos ao resultado líquido total de R\$369 milhões.

Tabela 5 Resumo dos Resultados Financeiros

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Receita líquida	1.601.945	1.858.054	16,0%	575.211	705.728	22,7%
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	57.704	361.847	527,1%	(54.428)	(21.094)	-61,2%
Lucro bruto	246.468	677.296	174,8%	204.806	167.312	-18,3%
Margem bruta	15,4%	36,5%	21,1 p.p	35,6%	23,7%	-11,9 p.p
Resultado operacional	110.315	593.453	438,0%	183.899	194.139	5,6%
Margem operacional	6,9%	31,9%	25,0 p.p	32,0%	27,5%	-4,5 p.p
Lucro líquido (Op. Agrícola + Venda de terras) ⁽¹⁾	15.641	369.262	n.m	114.048	136.628	19,8%
Margem líquida	1,0%	19,9%	18,9 p.p	19,8%	19,4%	-0,4 p.p
Lucro Líquido (Operação Agrícola) ⁽¹⁾	15.641	289.034	n.m.	114.048	56.400	-50,5%
Margem Líquida	1,0%	15,6%	14,6 p.p	19,8%	8,0%	-11,8%
Lucro Líquido (Venda de terras) ⁽²⁾	-	80.228	100,0%	-	80.228	100,0%
EBITDA Ajustado (Op. Agrícola + Venda de terras) ⁽¹⁾	249.109	738.585	196,5%	159.948	424.498	165,4%
Margem EBITDA Ajustado (Op. Agrícola + Venda de Terras)	15,6%	39,8%	24,2 p.p	27,8%	60,2%	32,4 p.p
EBITDA Ajustado (Operação Agrícola) ⁽¹⁾	249.109	568.380	128,2%	159.948	254.293	59,0%
Margem EBITDA Ajustado (Op. Agrícola)	15,6%	30,6%	15,0 p.p	27,8%	36,0%	8,2 p.p
EBITDA Ajustado (Venda de terras) ⁽²⁾	-	170.205	100,0%	-	170.205	100,0%
Dívida líquida	852.854	828.789	-2,8%	852.854	828.789	-2,8%

⁽¹⁾ Excluindo os efeitos dos Ativos Biológicos, pois não representam efeito caixa.

⁽²⁾ Excluído a Baixa do Ativo Imobilizado

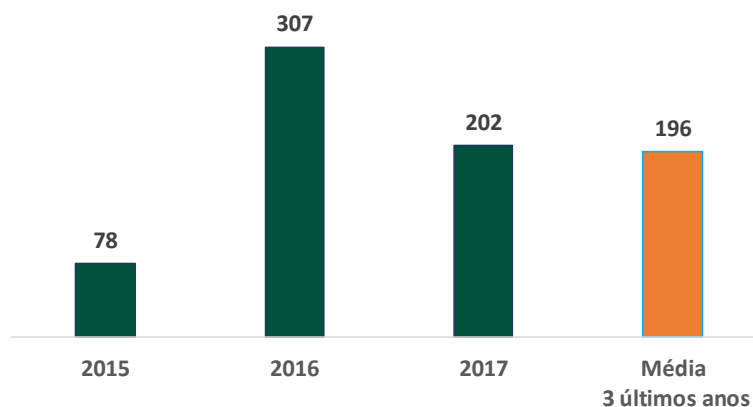
Outro fato que merece destaque é a geração de caixa livre, positiva pelo terceiro ano consecutivo, e que foi de R\$202 milhões em 2017, atingindo uma média de R\$196 milhões nos últimos 3 anos.

Tabela 6 Resumo do Demonstrativo de Fluxo de Caixa

Ano civil (R\$ mil)	2015	2016	2017	Média 3 últimos anos
Caixa Líquido Antes das Atividades de Financiamento	132.484	208.729	240.430	193.881
Aplicações Financeiras	(54.969)	97.914	(37.977)	-
Fluxo de Caixa Livre Ajustado	77.515	306.643	202.450	195.537

Nota: Ajuste do Caixa Líquido antes das Atividades de Financiamento, excluindo a movimentação da conta de Aplicações Financeiras, pois entendemos que a variação nessa conta não impacta a geração de caixa efetiva. As aplicações objeto de ajuste estão classificadas nas Atividades Operacionais, pois possuem objetivo de capital de giro e não de investimento.

Figura 6 Geração de Caixa Livre últimos 3 anos – R\$ milhões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dividendos Intercalares e Dividendos Propostos

Esse nível de geração de caixa - e consequente redução significativa na alavancagem – possibilitou o pagamento dos Dividendos Intercalares (Extraordinários) ocorrido no dia 10 de outubro, no montante de R\$200 milhões (ou R\$2,07 por ação), oportunizando um “dividend yield” de 9%, se tomarmos como base o preço da ação na data do pagamento, e complementando os dividendos ordinários que haviam sido pagos no mês maio.

A Administração vai propor para a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que será realizada em 25/04/2018 o pagamento de R\$200 milhões de dividendos, relativos a distribuição de resultados do exercício social encerrado em 31/12/2017. Esse montante representa 59,8% do Lucro Ajustado da Controladora. Reiterando junto aos nossos acionistas a nossa preocupação com o retorno e a geração de valor.

Programas de Recompra de Ações

Visando a contínua maximização de valor ao acionista e alocação eficiente de capital, já concluímos dois programas de recompra aprovados pelo Conselho de Administração, que totalizaram 3,6 milhões de ações, e estamos na fase final de recompra de um terceiro programa, aprovado pelo Conselho em novembro de 2017, de mais 2,5 milhões de ações.

Essas ações foram tomadas principalmente considerando o excessivo desconto no valor da ação quando comparado com o Valor Líquido dos Ativos da Companhia. Na data de hoje foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento de 3,6 milhões de ações.

Avaliação de Terras

Em outubro, foi concluída nova avaliação independente do portfólio de terras da Companhia pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., cujo resultado apontou para um valor total de R\$3.774.570 mil, praticamente estável no comparativo com o resultado de 2016. O valor médio do hectare de propriedade da Companhia atualmente é de R\$11.678,00.

Venda de Terras

Conforme Fato Relevante divulgado em 20 de dezembro, vendemos um total de 11.604 hectares (parte das Fazendas Paiaguás e Parceiro) por um valor de R\$177 milhões. A Companhia calcula que a operação gerou uma taxa interna de retorno de 8% em dólar, ou 16% em Reais, superior em aproximadamente 4% ao CDI do período. As áreas vendidas continuarão a ser operadas pela Companhia, mediante pagamento de arrendamento a valor de mercado, não implicando, portanto, em redução de área plantada.

Perspectivas Safra 2017/18

A safra 2017/18 encontra-se em plena fase de colheita de soja. Até o momento (data-base de 27/02), já havíamos colhido 40% da área prevista, com produtividade de 61,8 sc/ha. Com isso, já efetuamos 100% do plantio do algodão 2ª safra e estamos em fase de conclusão do plantio do milho 2ª safra. Adicionalmente, conforme comentado no Release do 3T17, estimamos leve queda nos custos de produção por hectare para a nova safra, com variação negativa de 0,6% no custo médio em Reais na comparação com a safra anterior, fruto de uma boa estratégia de negociação de insumos.

Tabela 7 Custo de Produção por Hectare

Total (R\$/ha) ⁽²⁾	Orçado 2016/17	Orçado 2017/18 ⁽¹⁾	Var.
Algodão 1ª safra	7.155	6.811	-4,8%
Algodão 2ª safra	6.164	6.023	-2,3%
Soja	2.251	2.311	2,7%
Milho 2ª safra	1.781	1.814	1,9%
Custo médio total ⁽¹⁾	3.203	3.184	-0,6%

⁽¹⁾Conforme posição em 30 de setembro de 2017 (valores do orçamento). Os valores podem sofrer alteração até o final do beneficiamento do algodão e da comercialização dos grãos.⁽²⁾ Custo total médio ponderado pela área.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por fim, apresentamos a seguir a situação de travas de preços para 2018, onde demonstramos o avanço nos percentuais de hedge, garantindo até o momento preços levemente superiores aos praticados no ano de 2017.

Tabela 8 Posição de Hedge Cambial e de Commodities

Ano Civil	2017		2018	
Taxa de Câmbio ⁽¹⁾	Hedge (%)	R\$ / US\$	Hedge (%)	R\$ / US\$
Hedge de Câmbio	95,4	3,5194	79,5	3,3924
Compromissos ⁽¹⁾	4,6	1,8790	2,3	1,9418
Total	100,0	3,4446	81,8	3,3513
Algodão	Hedge (%)	US\$ / libra ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / libra ⁽²⁾
Hedge Comercial	100,0	76,36	93,9	77,94
Hedge Financeiro ⁽⁴⁾	-	-	4	77,93
Algodão - Hedge Total	100,0	76,36	97,9	77,94
Soja	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾
Hedge Comercial	100,0	10,51	63,9	10,49
Hedge Financeiro ⁽⁴⁾	-	-	-	-
Compromissos ⁽³⁾	-	-	4,9	-
Soja - Hedge Total	100,0	10,51	68,9	10,49
Milho	Hedge (%)	R\$/Saca ⁽⁵⁾	Hedge (%)	R\$/Saca ⁽⁵⁾
Hedge Comercial	100,0	19,91	49,6%	19,39
Milho – Hedge Total	100,0	19,91	49,6%	19,39

⁽¹⁾Compromissos com pagamentos de dívida em dólar. ⁽²⁾Base FOB Porto (os preços nas nossas unidades de produção são influenciados ainda por despesas de transporte e possíveis desconto de qualidade). ⁽³⁾Hedge natural com pagamentos de terras e arrendamentos em sacas de soja⁽⁴⁾Inclui operação de futuros, swaps e acumuladores. ⁽⁵⁾ Preço fazenda.

Considerando todos esses fatores, validamos a perspectiva de manutenção de um alto nível de rentabilidade para 2018.

Relatório de Sustentabilidade

Em setembro, concluímos nosso primeiro Relatório de Sustentabilidade, que foi produzido dentro dos padrões internacionais do GRI (Global Reporting Initiative), em atendimento aos princípios de transparência e boas práticas, e que tem como propósito principal demonstrar, de forma clara e mensurável, todas as iniciativas existentes na Companhia no que tange aos pilares Ambiental, Econômico e Social. O relatório teve como base os números e indicadores do ano de 2016, e está disponível em nosso website.

Premiações eventos

- **Troféu Transparência** - Prêmio ANEFAC-FIPECAFI-SERASA EXPERIAN 2017: A SLC Agrícola foi uma das agraciadas dentro da categoria de Companhias com Receita Líquida de até R\$5 bilhões. Criado em 1997, o Prêmio incentiva a transparência corporativa no mercado. Com a avaliação técnica da FIPECAFI e o incentivo da Serasa Experian, a comissão julgadora avalia rigorosamente as práticas de transparência nas informações contábeis publicadas ao mercado por meio das demonstrações financeiras.
- **Melhores do Agronegócio**, pela Revista Globo Rural, tendo obtido o 1º Lugar na categoria de Produção Agropecuária.
- **Great Place to Work 2017**, pela Great Place to Work, tendo obtido o 7º lugar dentre as empresas do Estado do Rio Grande do Sul
- **Destaque A Granja do Ano**, pela Revista A Granja, nas categorias de Soja e Milho.
- **Prêmio LIDE Agronegócios 2017**, destaca o desempenho de empresas ligadas direta ou indiretamente ao setor. O prêmio é organizado pelo LIDE - Grupo de Líderes Empresariais e está dividido em cinco categorias: Comércio Agrícola, Comunicação, Ensino, Inovação e Insumos Agrícolas. A premiação ainda reserva um espaço para homenagens solenes a personalidades que contribuíram para o fortalecimento do setor de agronegócio nacional durante o ano de 2017.
- **10 anos de listagem no Novo Mercado** – No dia 21 de novembro comemoramos esse importante marco, na sede da B3 em São Paulo, evento que envolveu também a realização da Reunião Pública Anual.

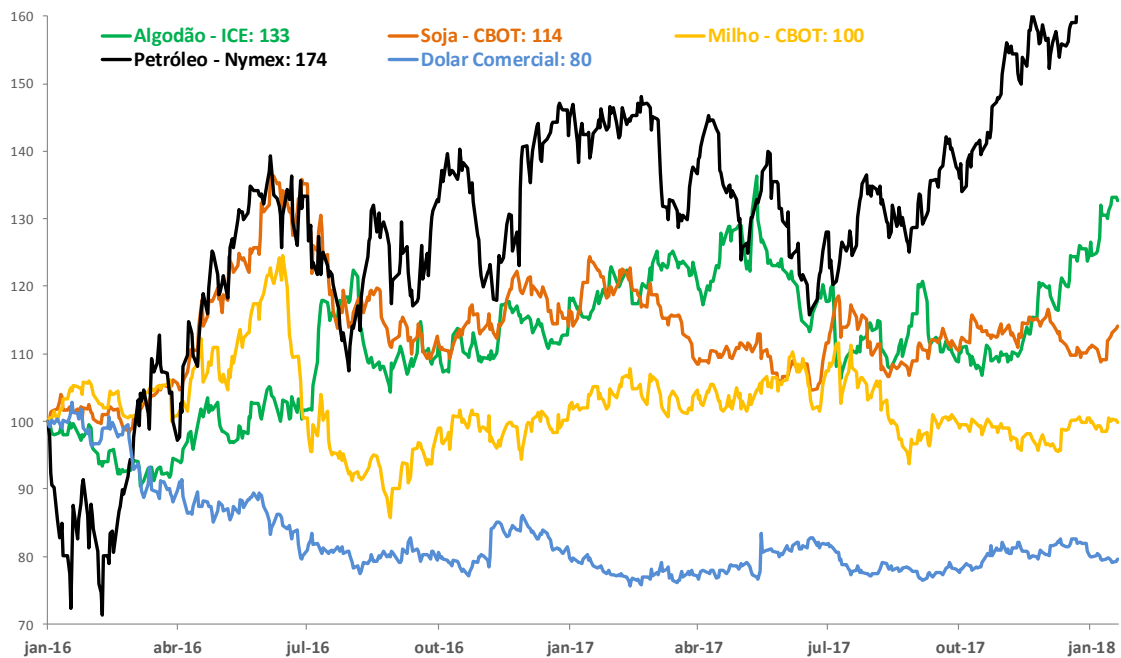
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Companhia agradece a seus colaboradores, acionistas, clientes e fornecedores, e reforça sua profunda confiança no negócio e nas excelentes oportunidades que se desenharam para a agricultura brasileira, e continuará direcionando seus esforços de forma disciplinada na construção de uma empresa cada vez mais eficiente e focada na geração de valor.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PANORAMA DE MERCADO

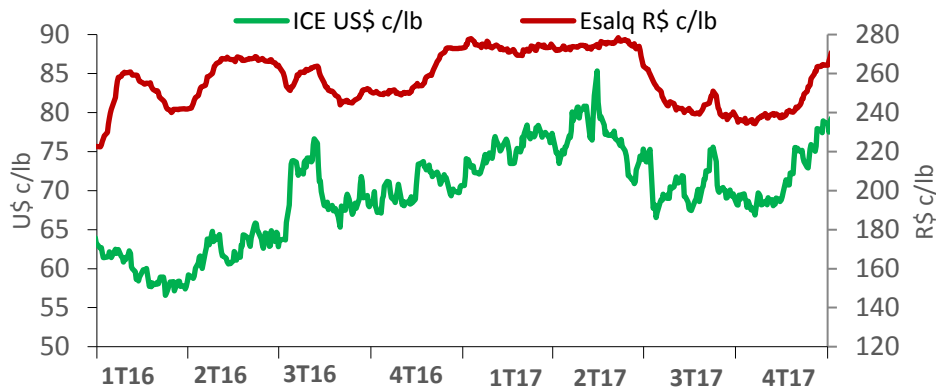
Figura 7 Variação dos Preços das Commodities, de janeiro de 2015 a fevereiro de 2017 (base 100)



Algodão

As cotações de algodão no mercado internacional ao longo do último trimestre de 2017 se mantiveram firmes após atingirem patamares próximos a 68 cents/lb ao longo do mês de novembro.

Figura 8 Preços do Algodão no Mercado Internacional x Brasil



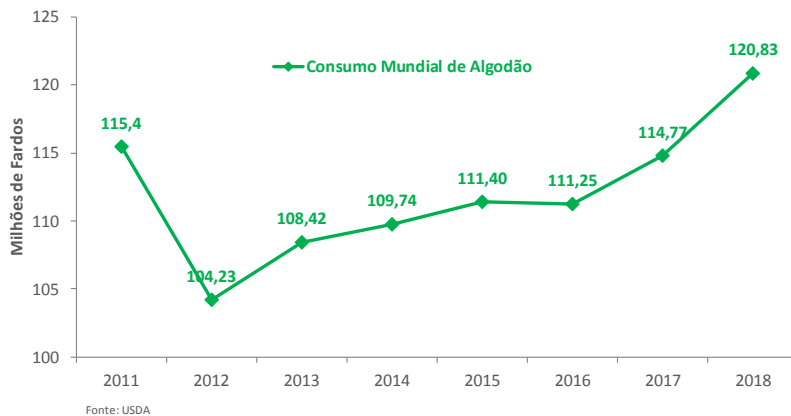
Fonte: Bloomberg

Problemas relacionados à produção de algodão na Ásia, através de Índia e Paquistão, somados a um aumento na expectativa de consumo a nível mundial da fibra, são fatores que mantiveram as cotações do algodão em patamares superiores a 75 cents/lb no contrato spot da ICE Futures US ao longo do mês de novembro e dezembro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

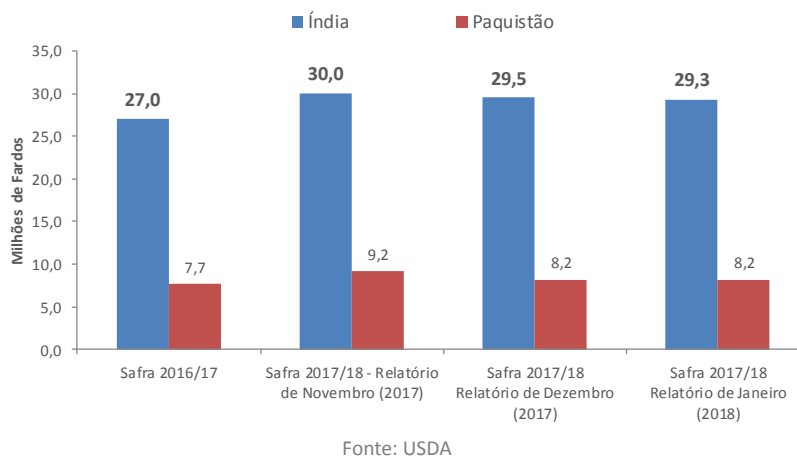
Segundo dados do USDA, o consumo mundial de algodão na safra 2017/18 está estimado acima de 120 milhões de fardos, volume 5,3% superior ao ano passado e o mais alto dos últimos oito anos.

Figura 9 Consumo mundial do algodão



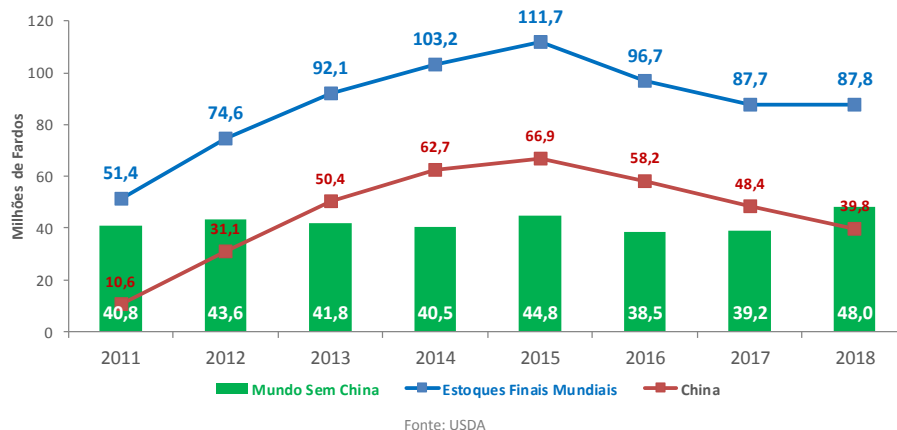
Com relação a Índia, maior produtor mundial, desde meados de novembro de 2017 e início de 2018, o USDA revisou negativamente as estimativas de produção no país através do seu relatório mensal de oferta e demanda em função de quebra de safra, tendo sido este um dos pontos de maior atenção do mercado mundial para suporte e manutenção dos preços no contexto atual.

Figura 10 Produção de Algodão - Índia e Paquistão



Após um ciclo de acúmulo de estoques entre 2011 e 2014, com consequente estagnação em 2015, a partir de 2016 o governo chinês vem reduzindo seus estoques, e segundo a visão de alguns analistas, a estimativa para o país é de finalizar a safra 2018 com estoques aproximadamente 17,9% inferiores em comparação ao ano anterior.

Figura 11 Estoques Finais de Algodão

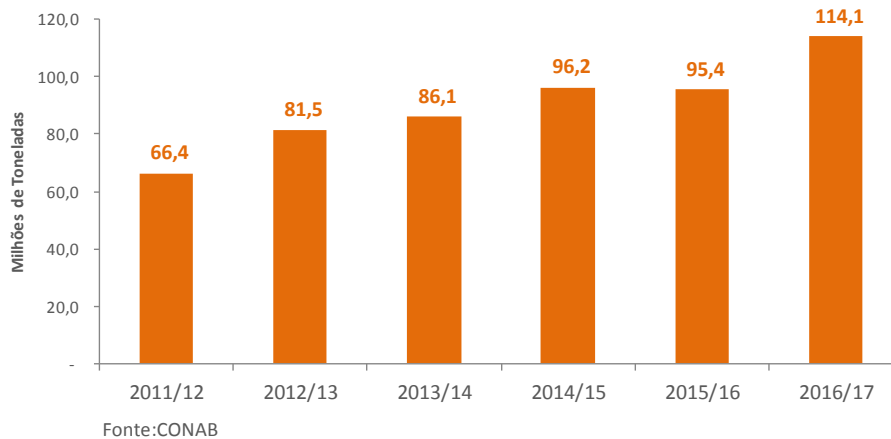


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Soja

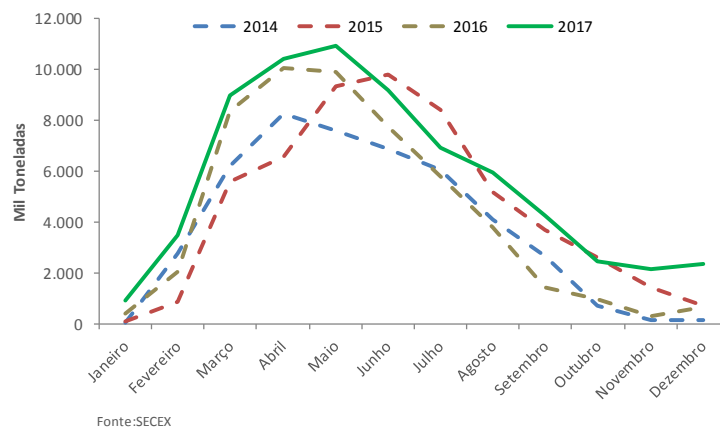
Os preços da soja na CBOT (*Chicago Board of Trade*) mostraram também boa recuperação durante o ano de 2016, e continuam com boa sustentação nesse início de 2017. Mesmo com uma safra recorde no ano de 2017, que foi marcado pela consolidação das expectativas de aumento mundial de produção de soja, onde países como Brasil, Estados Unidos e Argentina foram bem-sucedidos em suas respectivas safras, atendendo à crescente e constante demanda mundial pela oleaginosa. Segundo dados apurados pela CONAB, a produção de soja no Brasil atingiu a marca de 114 milhões de toneladas ao longo do ciclo 2016/17.

Figura 12 Evolução da Produção de Soja - Brasil



A safra 2016/17 também foi marcada pela competitividade da soja brasileira a nível mundial, uma vez que através de um ritmo forte de embarques ao longo de praticamente todo o ano de 2017, o Brasil foi bastante competitivo em relação às demais origens na sua capacidade de atender à demanda mundial pela oleaginosa sob o ponto de vista da produção e escoamento.

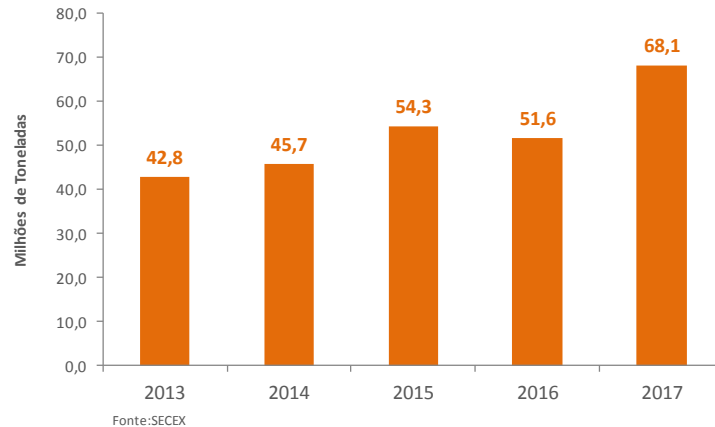
Figura 13 Exportações Mensais de Soja - Brasil



Com relação aos números de exportação, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, o Brasil exportou um volume superior a 68 milhões de toneladas em 2017, o que corresponde a um aumento de 15% em relação ao ano passado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 14 Exportações Anuais de Soja - Brasil

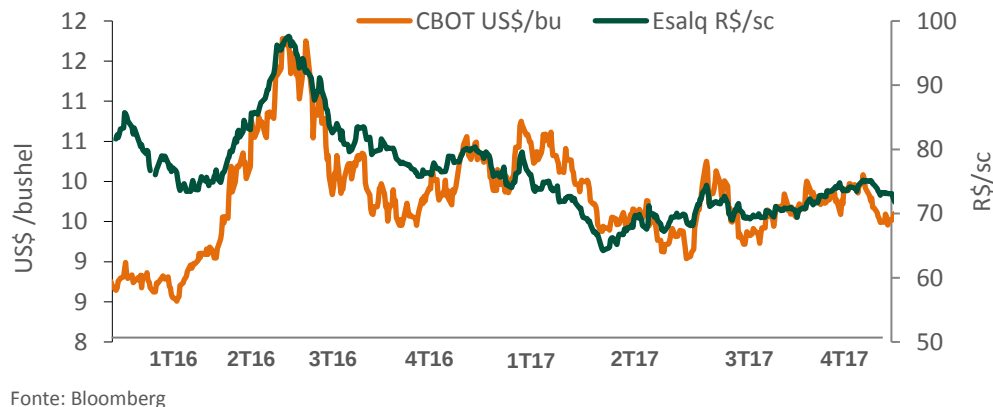


O risco climático em função da atuação do fenômeno climático La Niña, normalmente associado à quebra de safra na Argentina e Sul do Brasil, fator a oferecer suporte aos preços na safra 2017/18 dada a consolidação do fenômeno. Na Argentina, de acordo com a Bolsa de Cereales, a área de soja cultivada no país deverá cair pelo segundo ano consecutivo.

O plantio no ciclo 2017/18, inicialmente estimado em 18,1 milhões de hectares (área 5,7% menor em relação aos 19,2 milhões de 2016/17), sofreu uma revisão negativa em janeiro de 2018 em decorrência dos impactos de dois meses de precipitações abaixo da média, novembro e dezembro, respectivamente.

O órgão justificou a redução de área em função dos atrasos com relação ao plantio observados nas províncias ao Sul de Buenos Aires, onde o encerramento da janela de plantio em decorrência do persistente cenário de chuvas abaixo da média não permitiu com que estas regiões concluíssem o plantio da área inicialmente projetada e tivessem uma redução na área plantada equivalente a 100 mil hectares. Sendo assim, o papel-chave do clima na América do Sul e uma crescente demanda pelo grão surgem como possíveis oportunidades ao produtor brasileiro.

Figura 15 Preço da Soja no Mercado Internacional X Brasil

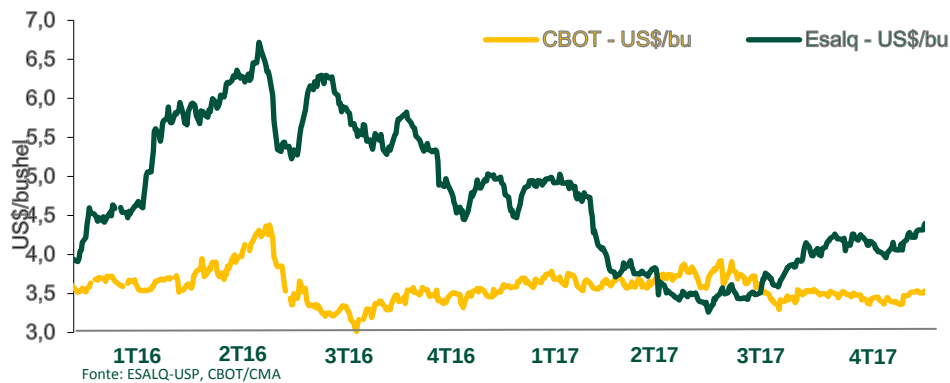


MILHO

Apesar de quedas no preço internacional em função da ampla oferta do cereal ao longo do ano de 2017, o preço no mercado interno brasileiro vem se sustentando em patamares mais elevados devido ao corte na área de milho primeira safra, impulsionada principalmente por fatores relacionados ao diferencial de preço entre as culturas de soja e milho, que pode levar a cortes de área ainda maiores na safra de 2018/19 nos Estados Unidos.

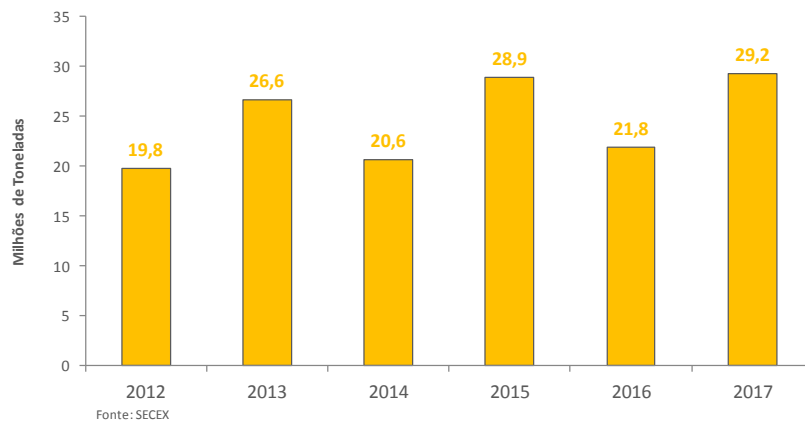
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 16 Preços do Milho no Mercado Internacional X Brasil



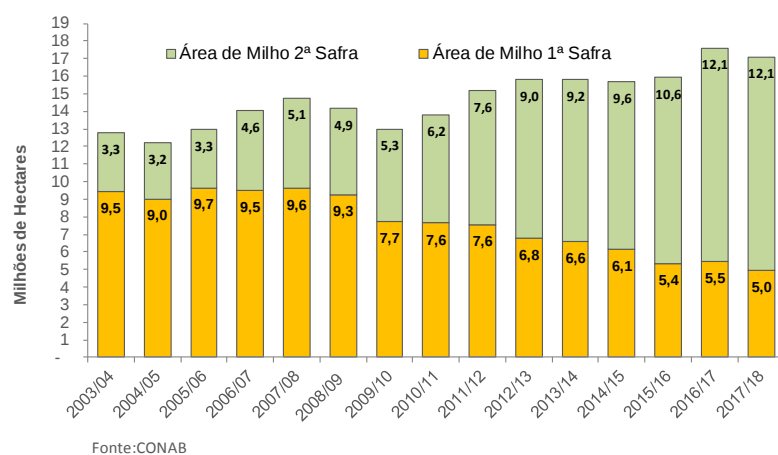
Segundo estimativas da CONAB, na safra 2016/17, o Brasil produziu um volume superior a 97 milhões de toneladas, e segundo dados apurados pela SECEX, exportou 29,2 milhões de toneladas ao longo do ano, vindo a consolidar 2017 como ano recorde de volumes exportados em relação aos últimos anos.

Figura 17 Exportações de Milho – Brasil



Segundo a CONAB, o volume de milho produzido na 1ª Safra no ciclo 2016/17 foi de 30,46 milhões de toneladas e em 2017/18 o volume estimado de produção é de 25,17 milhões de toneladas, uma variação negativa de 17% no comparativo anual. Fatores ainda importantes a serem observados dizem respeito a dinâmica de desenvolvimento do milho de segunda safra e dos embarques a serem realizados ao longo do primeiro trimestre de 2018 com destino a exportação, podendo reduzir a oferta do produto no mercado interno e trazer uma consequente valorização dos preços em função de uma possível redução na oferta. Com relação ao milho primeira safra no Brasil, segundo dados da CONAB, a área está estimada em 5,0 milhões de hectares, com redução de área plantada próxima a 9,2% em relação ao ciclo 2016/17.

Figura 18 Histórico área plantada de milho 1ª e 2ª safra



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ainda com relação à produção de milho na América do Sul, na Argentina a Bolsa de Cereales estima que as regiões concentradas ao Norte e Nordeste do país têm os maiores atrasos com relação ao ritmo de plantio.

No que tange à produção de milho no país, grandes extensões da área plantada ao longo de dezembro e janeiro passaram por condições de precipitações abaixo da média e temperaturas acima do normal, podendo tal combinação resultar em déficit e/ou baixa disponibilidade hídrica para o desenvolvimento da cultura, e segundo a visão de alguns analistas, tais pontos afetarem negativamente o potencial produtivo da cultura.

DESEMPENHO OPERACIONAL

SAFRA 2017/18

O 4T17 foi marcado pelo encerramento do plantio das culturas da soja e do algodão 1ª safra. Na primeira quinzena de janeiro se deu início a colheita das cultivares precoces de soja e do plantio do algodão de 2ª safra, finalizado no início de fevereiro, seguido pelo plantio do milho de 2º safra.

Soja

A área total cultivada com soja, que compreende aproximadamente 230 mil hectares na safra atual, apresenta muito boas condições. O total colhido na empresa até a data-base de 26/02, era de 91 mil hectares (40% do total), compreendendo a maior parte da colheita do Centro-Oeste, e parte da colheita do Maranhão. Em todas as fazendas, o potencial produtivo atual é de superação do projeto.

Figura 19 Soja de alto potencial, pronta para colheita na Fazenda Planeste/MA

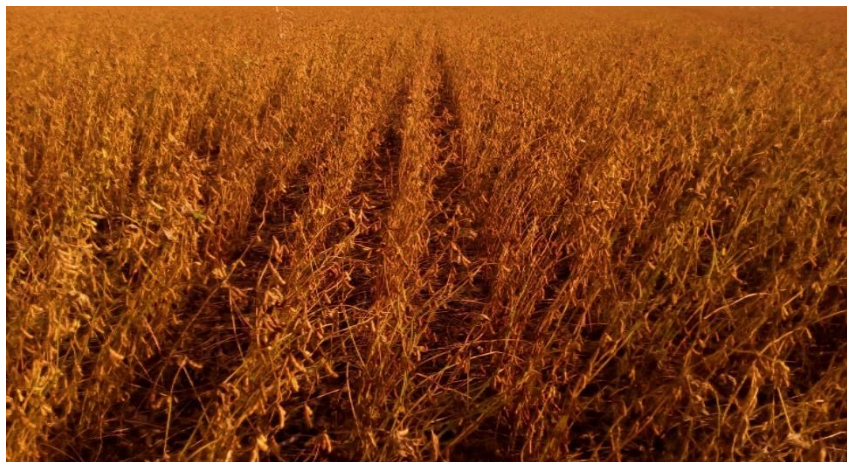


Figura 20 Plantas de soja convencional com boa carga de vagens na fazenda Planalto/MS



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 21 Lavoura uniforme e com bom estado de plantas na fazenda Parceiro/BA



Algodão 1ª safra

A área plantada ficou dentro da janela ideal de plantio para cada uma das unidades, ou seja, até o final do mês de dezembro para as unidades de MS, GO e BA, e início de janeiro para as fazendas do Maranhão. Atualmente, as áreas do GO e BA já se encontram em período de florescimento, enquanto a região do MS e MA encontra-se em período vegetativo. A cultura está apresentando excelente potencial produtivo.

Figura 22 Lavoura uniforme e bem implementada de algodão na Fazenda Panorama/BA



Figura 23 Lavoura de alto potencial produtivo na fazenda Palmares/BA



Algodão 2ª safra

O plantio do algodão 2ª safra teve início a partir da colheita da soja precoce na primeira quinzena de janeiro, e foi concluído no início de fevereiro. A cultura encontra-se em pleno desenvolvimento vegetativo, e com um ótimo potencial produtivo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Figura 24 Lavoura de algodão de 2ª safra na Fazenda Planalto/MS



Milho 2ª safra

O plantio do milho 2ª safra teve início na 2ª quinzena de janeiro de 2018, à medida que avançou a colheita da soja super-precoce e precoce. As áreas já plantadas ficaram com plantio bem estabelecido e apresentam bom desenvolvimento vegetativo.

Figura 25 Lavoura de milho 2ª safra na Fazenda Planalto/MS



PRODUTIVIDADE

Apesar das excelentes condições de desenvolvimento de nossas lavouras e expectativas de superarmos as produtividades orçadas, conforme mencionado na seção anterior, estamos mantendo a previsão inicial de produtividade.

Tabela 9 Produtividade

Produtividade (kg/ha)	Previsto 2016/17	Previsto 2017/18	Δ%
Algodão em pluma 1ª safra	1.619	1.699	4,9
Algodão em pluma 2ª safra	1.570	1.628	3,7
Caroço de algodão	2.055	2.142	4,2
Soja	3.077	3.360	9,2
Milho 2ª safra	6.877	6.912	0,5

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ÁREA PLANTADA

A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área plantada do ano-safra 2017/18 e o comparativo com a safra anterior.

Tabela 10 Área Plantada por Cultura

Mix de culturas	Área plantada 2016/17 ----- ha -----	Área Plantada 2017/18 ⁽¹⁾ -----	Participação 2017/18 %	Δ%
Algodão	87.440	95.173	23,6	8,8
Algodão 1ª safra	58.886	57.821	14,3	-1,8
Algodão 2ª safra	28.554	37.352	9,3	30,8
Soja (Comercial + Semente)	230.127	230.164	57,0	0,0
Milho 2ª safra	71.790	76.088	18,8	6,0
Outras culturas ⁽²⁾	3.564	2.342	0,6	-34,3
Área Total	392.921	403.767	100,0	2,8

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Trigo, milho 1ª safra, milho semente e cana-de-açúcar.

Tabela 11 Área Plantada por Propriedade da Terra

Mix de áreas	Área plantada 2016/17 ----- ha -----	Área Plantada 2017/18 ⁽¹⁾ -----	Participação 2017/18 %	Δ%
Área de 1ª Safra	291.114	288.617	71,5	-0,9
Área Própria	118.552	108.526	26,9	-8,5
Área Arrendada	97.929	106.559	26,4	+8,8
Área de Sociedades ⁽²⁾	39.523	38.879	9,6	-1,6
Área LandCo	35.110	34.653	8,6	-1,3
Área de 2ª Safra	101.807	115.150	28,5	+13,1
Área Própria	58.723	61.228	15,2	+4,3
Área Arrendada	24.130	35.134	8,7	+45,6
Área de Sociedades ⁽²⁾	8.511	6.983	1,7	-18,0
Área LandCo	10.443	11.805	2,9	+13,0
Área Total	392.921	403.767	100,0	+2,8

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Áreas pertencentes ao Grupo Roncador e Mitsui.

⁽³⁾ A SLC Agrícola detém participação de 81,23% na SLC LandCo.

TRANSFORMAÇÃO DE TERRAS

Ao longo da safra 2016/17, finalizamos a limpeza de 9.993 hectares e o processo de correção parcial de solo em 6.000 ha na Fazenda Piratini. Na Fazenda Palmares, está em andamento a ampliação da capacidade de irrigação, com a perfuração de quatro poços.

Ao longo da safra 2017/18, finalizaremos a limpeza e correção do solo de 2.766 hectares da Fazenda Parceiro, e realizamos o plantio de soja.

Tabela 12 Transformação de terras

Fazendas SLC Agrícola	Áreas em processo de transformação (ha)	Áreas em processo de licenciamento (ha)
Palmares	-	601
Parnaíba	-	1.464
Parnaguá	1.005	5.347
Parceiro	-	6.698
Sub Total	1.005	14.110
Fazendas SLC LandCo	Áreas em processo de transformação (ha)	Áreas em processo de licenciamento (ha)
Parnaíba ⁽¹⁾	-	4.749
Piratini	9.993	-
Parceiro ⁽¹⁾	1.115	1.530
Sub Total	11.108	6.279
Total	12.113	20.389

⁽¹⁾ Áreas adquiridas pela SLC LandCo que serão exploradas juntamente a essas fazendas. Obs: A estimativa de áreas em processo de licenciamento poderá sofrer alteração, devido ao georreferenciamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AVALIAÇÃO DO PORTIFÓLIO DE TERRAS

No release do 3T17, divulgamos a avaliação independente do nosso portfólio de terras, realizada pela Deloitte Touche Tohmatsu, que totalizou o montante de R\$3.774.570 mil, com valor médio do hectare de R\$ 11.678,00, praticamente estável em relação ao resultado de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, após a venda de 11.607 hectares (6.176 hectares na fazenda Paiaguás e 5.428 hectares na fazenda Parceiro), nosso portfólio de terras apresenta um montante de R\$3.602.261 mil.

PORTIFÓLIO DE TERRAS

Em 07 de março contávamos com o seguinte portfólio de terras sob controle:

Tabela 13 Portfólio de Terras

Áreas Safra 2017/18 (ha)		Própria ⁽¹⁾	SLC LandCo ⁽²⁾	Arrendada	Sociedades	Sob Controle	Total Plantada ⁽³⁾
Fazenda	Estado	----- ha -----					
Pamplona	GO	17.911		3.857		21.768	19.294
Planalto ⁽⁷⁾	MS	15.006		1.635		16.641	21.008
Planorte	MT	23.454				23.454	31.177
Paiaguás	MT	28.124		15.810		43.934	67.174
Perdizes ⁽⁵⁾	MT	28.846	13.276			42.122	23.828
Pioneira ⁽⁴⁾	MT				19.462	19.462	26.445
Panorama	BA		10.373	14.253		24.626	21.751
Paladino ⁽⁵⁾	BA				19.417	19.417	19.417
Piratini	BA		25.356			25.356	7.436
Palmares	BA	16.195	831	16.145		33.171	24.830
Parnaíba ⁽⁸⁾	MA	31.398	10.200	27.139		68.737	64.012
Planeste	MA		22.785	16.632		39.417	55.502
Parceiro	BA	27.556	3.680	11.088		42.324	13.585
Paineira ⁽⁶⁾	PI	12.892				12.892	-
Parnaguá	PI	23.736				23.736	8.308
Total	-	225.118	86.501	106.559	38.879	457.057	403.767

⁽¹⁾Área própria, inclui Reserva legal. ⁽²⁾Atualmente a SLC Agrícola possui 81,23% da LandCo, e o fundo Valiance 18,77% ⁽³⁾Incluindo segunda safra. Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada. ⁽⁴⁾Fazenda Pioneira faz parte da operação conjunta com o Grupo Roncador. ⁽⁵⁾Fazenda Perdizes e Fazenda Paladino fazem parte da operação conjunta com a Mitsui na SLC-Mit. ⁽⁶⁾Fazenda arrendada para terceiros. ⁽⁷⁾Doação de 2.431 hectares para o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari/Estado do Mato Grosso do Sul ⁽⁸⁾Rescisão de contrato de aquisição

MAQUINÁRIO E CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

A seguir apresentamos a posição de maquinário de propriedade da Companhia.

Tabela 14 Maquinário e Capacidade de Armazenagem

Maquinário		Quantidade	
Tratores		188	
Colheitadeiras de grãos		182	
Colheitadeiras de algodão		76	
Plantadeiras		196	
Pulverizadores auto propelidos		145	
Capacidade de armazenagem		Grãos	Algodão
Toneladas		613.700	115.981
% Produção ⁽¹⁾		50%	83%

⁽¹⁾Estimativa com base na área plantada e produtividades estimadas para o ano-safra 2017/18.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO FINANCEIRO****EBITDA****Tabela 15 Reconciliação do EBITDA**

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Receita Líquida	1.601.945	1.858.054	33,8%	575.211	705.728	22,7%
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	57.704	361.847	527,1%	54.428	21.094	-61,2%
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(1.413.181)	(1.542.605)	9,2%	(424.833)	(559.510)	31,7%
Custo dos Produtos	(1.328.248)	(1.215.305)	-8,5%	(422.139)	(420.153)	-0,5%
Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos	(84.933)	(327.300)	285,4%	(2.694)	(139.357)	n.m.
Resultado Bruto	246.468	677.296	174,8%	204.806	167.312	-18,3%
(-) Despesas com vendas	(97.589)	(90.206)	-7,6%	(35.036)	(41.314)	17,9%
(-) Gerais e administrativas	(45.733)	(73.050)	59,7%	(10.435)	(21.821)	109,1%
Gerais e administrativas	(42.894)	(44.832)	4,5%	(9.260)	(12.267)	32,5%
Participação nos resultados	(2.839)	(28.218)	893,9%	(1.175)	(9.554)	713,1%
(-) Honorários da administração	(13.354)	(12.986)	-2,8%	(2.686)	(2.338)	-13,0%
(-) outras (receitas) despesas operacionais	20.523	92.399	350,2%	27.250	92.300	238,7%
Receita de Venda de terras	-	176.653	100,0%	-	176.653	100,0%
Impostos sobre Venda da terra (Lucro Presumido)	-	(6.448)	100,0%	-	(6.448)	100,0%
Baixa do Ativo Imobilizado - (Venda de terras)	-	(84.536)	100,0%	-	(84.536)	100,0%
Outras receitas	20.523	6.730	-67,2%	27.250	6.631	-75,7%
(=) Resultado da Atividade	110.315	593.453	438,0%	183.899	194.139	5,6%
(+) Depreciação e amortização	104.242	91.506	-12,2%	27.158	26.403	-2,8%
EBITDA	214.557	684.959	219,2%	211.057	220.542	4,5%
(-) Variação do Valor Justo dos Ativos Biológico (*NE 29)	(57.704)	(361.847)	527,1%	(54.428)	(21.094)	-61,2%
(+) Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos (*NE 28)	84.933	327.300	285,4%	2.694	139.357	n.m.
(+) Baixas Ativo Imobilizado	7.323	3.637	-50,3%	625	1.157	85,1%
(+) Baixa Ativo Imobilizado (Venda de terra)	-	84.536	100,0%	-	84.536	100,0%
EBITDA Ajustado (Operação Agrícola + Venda de Terras) ⁽¹⁾	249.109	738.585	196,5%	159.948	424.498	165,4%
Margem EBITDA Ajustado (Op.Agrícola + Venda de terras)	15,6%	39,8%	24,2 p.p	27,8%	60,2%	32,4 p.p
EBITDA Ajustado (Operação Agrícola) ⁽¹⁾	249.109	568.380	128,2%	159.948	254.293	59,0%
Margem EBITDA Ajustado (Operação Agrícola)	15,6%	30,6%	15,0 p.p	27,8%	36,0%	8,2 p.p
EBITDA Ajustado (Venda de Terras) ⁽²⁾	-	170.205	100,0%	-	170.205	100,0%

⁽¹⁾ Excluindo os efeitos dos Ativos Biológicos, pois não representam efeito caixa.⁽²⁾ Excluindo a Baixa do Ativo Imobilizado

* Nota Explicativa na DF

Em função da venda de terras ocorrida em dezembro de 2017, para melhor entendimento dos fatores que impactaram o EBITDA, apresentaremos a seguir a discriminação do EBITDA Ajustado da Operação Agrícola e o EBITDA Ajustado da Venda de Terras.

EBITDA Ajustado da Operação Agrícola

Em 2017, a operação agrícola atingiu um EBITDA ajustado recorde de R\$568.380 mil, ou seja R\$319.271 mil superior a 2016, com margem EBITDA Ajustada de 30,6%. No quarto trimestre, o EBITDA ajustado também foi recorde, encerrando o período em R\$254.293 mil, com margem de 36,0%.

Em ambos os períodos, esse expressivo crescimento se refere ao aumento no Resultado Bruto, excluído o efeito dos Ativos Biológicos, compensado parcialmente pelo aumento das Despesas Gerais e Administrativas (essas impactadas pelo aumento na Participação dos Resultados, em função do maior lucro).

Esse excelente crescimento da geração de caixa operacional da operação agrícola é reflexo, principalmente, do incremento de produtividade, com destaque para a cultura do algodão, onde obtivemos recorde de produtividade, alcançando 1.807 kg/ha na pluma (ponderação entre safra e segunda-safra). A produtividade da soja também superou o projeto em aproximadamente 7%. Esses fatores reduziram consideravelmente o custo unitário no comparativo com 2016. Além disso, com destaque para o aumento do preço do algodão faturado e queda do custo unitário em todas as culturas, reflexo do ganho de produtividade associado à forte gestão de custos.

EBITDA da Venda de Terras

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em linha com a nossa estratégia, divulgamos em 20 de dezembro de 2017, a venda de 11.604 hectares, pelo valor base à vista de R\$176.653.387,50, confirmando dessa forma, nossos esforços para a realização de ganhos imobiliários. A seguir, demonstramos o cálculo do EBITDA do segmento de venda de terras:

Tabela 16 Reconciliação do EBITDA Ajustado da venda de terras

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Valor da Venda de terras	-	176.653	100,0%	-	176.653	100,0%
(-) Baixa do Ativo Imobilizado	-	(84.536)	100,0%	-	(84.536)	100,0%
(-) PIS e COFINS s/ valor da venda	-	(6.448)	100,0%	-	(6.448)	100,0%
EBITDA	-	85.670	100,0%	-	85.670	100,0%
(+) Baixa do Ativo Imobilizado ⁽¹⁾	-	84.536	100,0%	-	84.536	100,0%
EBITDA Ajustado da Venda de terras⁽¹⁾	-	170.205	100,0%	-	170.205	100,0%

⁽¹⁾ Excluindo os efeitos do Custo da Venda de Terras pois não representa efeito caixa.

FLUXO DE CAIXA

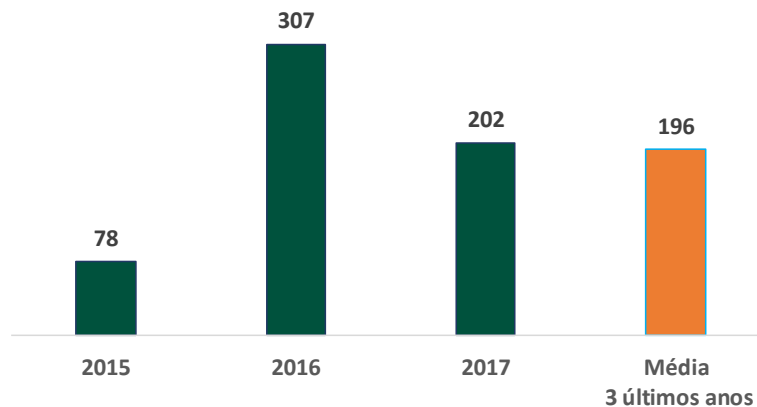
Encerramos o ano de 2017, com uma Geração de Caixa Livre de R\$202.453 mil, cabe destacar a realização de fluxo de caixa positivo pelo terceiro ano consecutivo, reflexo da nossa mudança de estratégia, com a diminuição no percentual de crescimento de área plantada e otimização de recursos. A seguir demonstramos o histórico da Geração de Caixa Livre:

Tabela 17 Fluxo de Caixa Livre - resumo

Ano civil (R\$ mil)	2015	2016	2017	Média 3 últimos anos
Caixa Líquido Antes das Atividades de Financiamento	132.484	208.729	240.430	193.881
Aplicações Financeiras	(54.969)	97.914	(37.977)	-
Fluxo de Caixa Livre Ajustado	77.515	306.643	202.453	195.537

Nota: Ajuste do Caixa Líquido antes das Atividades de Financiamento, excluindo a movimentação da conta de Aplicações Financeiras, pois entendemos que a variação nessa conta não impacta a geração de caixa efetiva. As aplicações objeto de ajuste estão classificadas nas Atividades Operacionais, pois possuem objetivo de capital de giro e não de investimento.

Figura 26 Geração de Caixa Livre (R\$ milhões)



RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida cresceu 22,7%, impactada principalmente pelo maior volume faturado em todas as culturas.

No ano de 2017 a Receita Líquida foi 16,0% superior a 2016.

Os principais motivos desse crescimento estão relacionados ao maior volume faturado de soja e milho adicionado ao aumento do preço unitário do algodão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 18 Receita Líquida**

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Receita Líquida	1.601.945	1.858.054	16,0%	575.211	705.728	22,7%
Algodão em pluma faturado	749.417	745.772	-0,5%	313.062	437.177	39,6%
Caroço de algodão faturado	98.902	104.375	5,5%	34.158	43.030	26,0%
Soja faturado	583.990	720.879	23,4%	102.474	101.427	-1,0%
Milho faturado	164.514	152.733	-7,2%	58.583	62.591	6,8%
Outras (faturado)	26.361	23.141	-12,2%	5.746	3.510	-38,9%
Resultado de hedge	(21.239)	111.154	n.m.	61.188	57.993	-5,2%

Tabela 19 Volume Faturado

(Toneladas)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Quantidade faturada	1.299.075	1.636.510	26,0%	322.418	461.370	43,1%
Algodão em pluma	148.429	141.126	-4,9%	61.756	82.888	34,2%
Caroço de algodão	173.202	179.425	3,6%	55.261	81.396	47,3%
Soja	539.570	746.049	38,3%	85.364	106.650	24,9%
Milho	345.691	484.912	40,3%	109.800	181.036	64,9%
Outras	92.183	84.998	-7,8%	10.237	9.400	-8,2%

Tabela 20 Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Variação do Valor Justo	57.704	361.847	527,1%	54.428	21.094	-61,2%
Algodão em pluma	(40.946)	216.535	n.m.	-	-	-
Caroço de algodão	(4.108)	32.296	n.m.	-	-	-
Soja	81.702	126.312	54,6%	51.880	21.119	-59,3%
Milho	21.056	(16.213)	n.m.	1	-	-100,0
Outras	-	2.917	100,0%	2.547	(25)	n.m.

O cálculo dos ativos biológicos é feito da seguinte forma: preço de mercado na fazenda, líquido de impostos, subtraído do custo incorrido.

O valor de apropriação da variação do valor justo dos Ativos Biológicos no 4T17 apresenta variação negativa de 61,2%, basicamente em função dos preços de mercado, utilizados para o cálculo, inferiores ao do ano passado, nesse mesmo período. Vale destacar que o preço utilizado para cálculo do Ativo Biológico não reflete os preços hedgeados pela companhia. Registramos no ano, aumento de 527,1% (R\$304.143 mil) na apropriação do valor dos ativos biológicos, em todas as culturas, com exceção do milho, refletindo a recuperação das margens da safra 2016/17 quando comparada à safra 2015/16.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

No trimestre e no ano houve redução no custo dos produtos vendidos, de 0,47% no trimestre e de 8,5% no ano, respectivamente.

A queda do custo unitário de todos os nossos produtos é o principal fator que contribuiu para essa redução no custo dos produtos vendidos. Tal queda se refere a melhor produtividade alcançada na safra 2016/17, (quando comparada à safra 2015/16) cujo o custo unitário foi superior, devido à queda de produção.

Tabela 21 Custo dos Produtos vendidos

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Custo dos produtos vendidos	(1.328.248)	(1.215.305)	8,5%	(422.139)	(420.153)	-0,5%
Algodão em pluma	(629.116)	(481.841)	-23,4%	(292.868)	(276.576)	-5,6%
Caroço de algodão	(97.913)	(75.483)	-22,9%	(31.735)	(31.131)	-1,9%
Soja	(463.229)	(506.506)	9,3%	(57.318)	(61.591)	7,5%
Milho	(106.401)	(128.920)	21,2%	(32.078)	(48.172)	50,2%
Outros	(31.589)	(22.555)	-28,6%	(8.140)	(2.683)	-67,0%

Tabela 22 Realização do Valor Justo dos Ativos Biológicos

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Realização do Ativos Biológicos	(84.933)	(327.300)	285,4%	(2.694)	(139.357)	n.m.
Algodão em pluma	(5.145)	(159.392)	n.m.	23.412	(103.539)	n.m.
Caroço de algodão	3.109	(26.364)	n.m.	(660)	(12.800)	n.m.
Soja	(62.206)	(154.822)	148,9%	(19.189)	(22.252)	16,0%
Milho	(20.691)	16.220	n.m.	(6.257)	(429)	-93,1%
Outros	-	(2.942)	100,0%	-	(337)	100,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADO BRUTO****Tabela 23 Resultado Bruto**

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Lucro Bruto	246.468	677.296	174,8%	204.806	167.312	-18,3%
Algodão em pluma	80.209	309.936	286,4%	76.943	217.738	183,0%
Caroço de algodão	989	28.892	n.m.	2.423	11.899	391,1%
Soja	130.443	274.713	110,6%	45.156	39.836	-11,8%
Milho	67.284	28.622	-57,5%	30.944	15.275	-50,6%
Outras	(5.228)	586	n.m.	(2.394)	827	n.m.
Ativos Biológicos	(27.229)	34.547	n.m.	51.734	(118.263)	n.m.

O Resultado Bruto no 4T17 foi de R\$167.312 mil, com margem de 23,7%, apresentando queda de 11,9 pontos percentuais quando comparado ao 4T16 (35,6%).

A queda no resultado bruto no 4T17 em relação ao 4T16 ocorreu em função da dinâmica de contabilização de ativos biológicos, combinada com a distribuição de faturamento por fazenda e de hedge cambial ao longo do ano, conforme exposto a seguir:

Ao longo do ano de 2016, a apropriação de ativos biológicos - que, cabe lembrar, ocorre na época da colheita e desconsidera os preços hedgeados pela Companhia - antecipou margens mais baixas do que aquelas que vieram a se efetivar quando do faturamento dos produtos, visto que os preços de hedge estavam acima dos preços de mercado quando da colheita. Além disso, ocorreu que a melhor “porção” da safra (produtos oriundos de fazendas com melhores produtividades), e também os melhores preços de venda (notadamente hedge cambial), ficaram majoritariamente concentrados no 4T16.

No ano de 2017, tal fenômeno não se repetiu: primeiramente, a apuração de ativos biológicos ao longo do ano ficou mais alinhada com os resultados efetivados, conduzindo a um resultado bruto, e líquido, mais baixo para o último trimestre, o que é esperado. Além disso, a distribuição de faturamento por fazenda, e de preços travados, foi mais uniforme ao longo do ano, evitando assim o “pico” de resultado ocorrido no 4T16.

Soma-se a isso o fato de que a variação do valor justo dos Ativos Biológicos (apurado em dezembro, antecipando as margens da nova safra) sofreu queda de R\$33.334 mil entre o 4T16 e o 4T17, notadamente em função da queda no preço de mercado da soja entre os períodos.

Sem o efeito dos Ativos Biológicos o Resultado Bruto apresenta crescimento de 86,6%, devido ao maior volume de algodão em pluma e de caroço de algodão faturado no período, que obtiveram produtividades recordes e consequentemente custo unitário inferior.

Analisando o período de doze meses o Resultado Bruto tem aumento de 174,8%, sem os Ativos Biológicos o incremento passa para 234,8% em relação a 2016. Com exceção do milho, por motivos de preço, todas as culturas apresentaram melhores margens, reflexo do melhor desempenho da safra 2016/17 frente à safra 2015/16, somado a preços faturados superiores no caso do algodão.

ANÁLISE DAS MARGENS POR CULTURA

Para contribuir com o melhor entendimento das margens, o resultado de hedge cambial é alocado entre algodão, soja e milho nessa seção.

Algodão em Pluma e Caroço de Algodão

Do algodão faturado no 4T17, 100% refere-se à safra 2016/17. A margem unitária do algodão no 4T17 apresentou aumento de 110,8% em relação ao 4T16. No trimestre o volume faturado foi 34,2% superior, com queda de 29,6% do custo unitário, parcialmente compensado pelo preço unitário que apresenta leve queda de 0,4%, ou seja, praticamente estável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A produtividade recorde do algodão e a forte recuperação de preços contribuíram, para o aumento de 305,9% da margem em 2017 quando comparada a 2016.

Mesmo com a queda de 4,9% do volume faturado, obtivemos aumento de 17,4% no preço unitário, adicionado a queda do custo unitário em 19,4%.

A queda do volume ano contra ano decorre da sazonalidade de venda do algodão, que foi prejudicada no primeiro semestre de 2017 pela queda de produtividade ocorrida na safra 2015/16.

Tabela 24 Margem Bruta do Algodão e Caroço de Algodão

Algodão Faturado		2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Algodão em Pluma faturado							
Quantidade faturada	Ton	148.429	141.126	-4,9%	61.756	82.888	34,2%
Receita Líquida	R\$ Mil	749.417	745.772	-0,5%	313.062	437.177	39,6%
Res.de hedge cambial	R\$ Mil	(40.092)	46.005	n.m.	56.749	57.137	0,7%
<i>Rec. Líquida aj. pelo res. hedge cambial</i>	R\$ Mil	709.325	791.777	11,6%	369.811	494.314	33,7%
Preço Unitário	R\$ / Ton	4.779	5.610	17,4%	5.988	5.964	-0,4%
Custo Total	R\$ Mil	(629.116)	(481.841)	-23,4%	(292.868)	(276.576)	-5,6%
Custo Unitário	R\$ / Ton	(4.238)	(3.414)	-19,4%	(4.742)	(3.337)	-29,6%
Margem Unitária	R\$ / Ton	541	2.196	305,9%	1.246	2.627	110,8%
Caroço de Algodão Faturado		2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Caroço de Algodão faturado							
Quantidade faturada	Ton	173.202	179.425	3,6%	55.261	81.396	47,3%
Receita Líquida	R\$ Mil	98.902	104.375	5,5%	34.158	43.030	26,0%
Preço Unitário	R\$ / Ton	571	582	1,9%	618	529	-14,4%
Custo Total	R\$ Mil	(97.913)	(75.483)	-22,9%	(31.735)	(31.131)	-1,9%
Custo Unitário	R\$ / Ton	(565)	(421)	-25,5%	(574)	(382)	-33,4%
Margem Unitária	R\$ / Ton	6	161	n.m.	44	147	234,1%

Soja

A margem unitária da soja no trimestre tem queda de 29,5% em relação ao 4T16, tendo como principal contribuição para esse declínio a queda do preço unitário, parcialmente compensado pela queda do custo unitário de 13,9%, devido a maior produtividade.

No acumulado do ano a margem apresenta variação positiva de 52,7%, em relação a 2016. Essa variação é reflexo do aumento de 38,3%, do volume faturado, queda do custo unitário de 21,0%, reflexo da maior produtividade.

Tabela 25 Margem Bruta da Soja

Soja Faturada		2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Quantidade faturada	Ton	539.570	746.049	38,3%	85.364	106.650	24,9%
Receita Líquida	R\$ Mil	583.990	720.879	23,4%	102.474	101.427	-1,0%
Resultado de hedge cambial	R\$ Mil	9.682	60.340	523,2%	-	-	-
<i>Rec. Líquida aj. pelo res. hedge cambial</i>	R\$ Mil	593.672	781.219	31,6%	102.474	101.427	-1,0%
Preço Unitário	R\$ / Ton	1.100	1.047	-4,8%	1.200	951	-20,8%
Custo Total	R\$ Mil	(463.229)	(506.506)	9,3%	(57.318)	(61.591)	7,5%
Custo Unitário	R\$ / Ton	(859)	(679)	-21,0%	(671)	(578)	-13,9%
Margem Unitária	R\$ / Ton	241	368	52,7%	529	373	-29,5%

Milho

O milho apresenta queda de margem unitária no trimestre e no ano, quando comparadas ao mesmo período do ano passado, devido principalmente ao declínio do preço unitário.

A queda do preço do milho está associada ao aumento da oferta interna. Além disso, comparativamente, em 2016 tivemos expressivo aumento de preço decorrente do desabastecimento de milho no mercado interno em função da quebra na segunda-safra de milho no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 26 Margem Bruta do Milho

Milho Faturado		2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Quantidade faturada	Ton	345.691	484.912	40,3%	109.800	181.036	64,9%
Receita Líquida	R\$ Mil	164.514	152.733	-7,2%	58.583	62.591	6,8%
Resultado de hedge cambial	R\$ Mil	9.171	4.809	-47,6%	4.439	856	-80,7%
<i>Receita Líquida ajust. res. hedge cambial</i>	R\$ Mil	173.685	157.542	-9,3%	63.022	63.447	0,7%
Preço Unitário	R\$ / Ton	502	325	-35,3%	574	350	-39,0%
Custo Total	R\$ Mil	(106.401)	(128.920)	21,2%	(32.078)	(48.172)	50,2%
Custo Unitário	R\$ / Ton	(308)	(266)	-13,6%	(292)	(266)	-8,9%
Margem Unitária	R\$ / Ton	194	59	-69,6%	282	84	-70,2%

CUSTO DE PRODUÇÃO

Abaixo, demonstramos a composição percentual do nosso custo total de produção:

Tabela 27 Composição do Custo de Produção por Cultura

%	Algodão	Soja	Milho	Média 2017/18	Média 2016/17
Custos Variáveis	80,2	72,6	80,2	77,1	77,2
Sementes	9,5	15,4	22,8	13,4	12,5
Fertilizantes	17,6	17,8	31,6	19,3	18,9
Defensivos	26,5	21,1	9,5	22,3	24,7
Pulverização Aérea	2,0	1,6	2,2	1,8	1,7
Combustíveis e lubrificantes	4,1	4,7	4,6	4,4	4,2
Mão-de-obra	1,4	0,7	0,5	1,0	1,0
Beneficiamento	10,0	2,2	2,7	5,6	6,0
Manutenção de máquinas e implementos	4,4	5,6	4,5	4,9	4,7
Outros	4,8	3,6	1,8	4,0	3,7
Custos Fixos	19,8	27,4	19,8	22,9	22,8
Mão-de-obra	8,9	11,3	9,4	9,9	9,6
Depreciações e amortizações	4,5	8,0	4,8	6,0	6,0
Arrendamentos	4,3	5,3	3,3	4,6	4,8
Outros	2,0	2,8	2,3	2,4	2,4

A seguir demonstramos a posição atualizada de nossa estimativa de custo total de produção por hectare para o ano-safra 2017/18:

Tabela 28 Custo de Produção por Hectare

	A	B	C⁽¹⁾		
Total (R\$/ha)⁽²⁾	Orçado 2016/17	Realizado 2016/17	Orçado 2017/18	B/A	C/A
Algodão 1ª safra	7.155	7.187	6.811	0,4%	-4,8%
Algodão 2ª safra	6.164	6.177	6.023	0,2%	-2,3%
Soja	2.251	2.202	2.311	-2,2%	2,7%
Milho 2ª safra	1.781	1.734	1.814	-2,7%	1,9%
Custo médio total ⁽¹⁾	3.203	3.172	3.184	-1,0%	-0,6%

⁽¹⁾Conforme posição em 30 de setembro de 2017 (valores do orçamento). Os valores podem sofrer alteração até o final do beneficiamento do algodão e da comercialização dos grãos.⁽²⁾ Custo total médio ponderado pela área.

O custo de produção realizado na safra 2016/17 encerrou com queda em relação ao orçado de 1% mesmo com produtividades superiores ao previsto, reflexo da gestão constante de custos e busca por melhorias de eficiência.

O custo total de produção médio por hectare estimado para a safra 2017/18 apresenta estabilidade em relação ao orçado para a safra 2016/17, apesar da inflação de 2,5% entre os períodos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas apresentaram aumento de 17,9% no 4T17 quando comparada ao 4T16, devido ao maior volume faturado de algodão no período.

Encerramos o exercício com queda de 7,6%, devido ao menor volume de milho vendido com frete por conta da companhia. Com redução de 1,2p.p. na representatividade das despesas com vendas em relação a Receita Líquida.

Tabela 29 Despesas com Vendas

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Frete	52.353	43.839	-16,3%	22.825	24.215	6,1%
Armazenagem	18.515	21.157	14,3%	3.505	4.087	16,6%
Comissões	5.342	5.970	11,8%	704	2.041	189,9%
Classificação de Produtos	1.916	1.749	-8,7%	822	1.098	33,6%
Despesas com Exportação	15.988	16.420	2,7%	6.953	9.319	34,0%
Outros	3.475	1.071	-69,2%	227	554	144,1%
Total	97.589	90.206	-7,6%	35.036	41.314	17,9%
% Receita líquida	6,1%	4,9%	-1,2 p.p	6,1%	5,9%	-0,2 p.p

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No trimestre ocorreu aumento de 32,5%, principalmente na conta de Gastos com Pessoal (apropriação de pagamento baseado em ações para o management), Contribuições e doações (doação para melhoria de estradas na região do MT) e Honorários com Terceiros respectivo ao serviço de avaliação de terras não realizada em 2016 (realizado apenas para a SLC LancdCo) o que impactou a base comparativa.

Registramos no ano leve aumento, pouco acima da inflação, registrada no período. Encerrando o período com aumento de R\$1.938 mil, ou seja 4,5% superior a 2016.

Encerramos o exercício de 2017, com queda de 0,3p.p. na representatividade das despesas administrativas em relação a Receita Líquida, ou seja, 2,4% (2,7% em 2016).

Tabela 30 Despesas Gerais e Administrativas

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Gastos com pessoal	22.090	23.114	4,6%	4.313	5.853	35,7%
Honorários de terceiros	3.843	4.079	6,1%	888	1.180	32,9%
Depreciações e amortizações	2.088	1.160	-44,4%	347	313	-9,8%
Despesas com viagens	1.369	1.422	3,9%	257	399	55,3%
Manutenção de Software	3.585	3.694	3,0%	996	934	-6,2%
Propaganda e Publicidade	1.947	1.820	-6,5%	559	650	16,3%
Despesas de comunicação	2.357	2.472	4,9%	645	731	13,3%
Aluguéis	893	829	-7,2%	198	208	5,1%
Contingências Tributárias, Trabalhistas e Ambientais	832	1.018	22,4%	260	249	-4,2%
Energia Elétrica	147	136	-7,5%	34	37	8,8%
Impostos e Taxas Diversas	388	517	33,2%	54	111	105,6%
Contribuições e doações	997	1.781	78,6%	304	967	218,1%
Outros	2.358	2.790	18,3%	405	635	56,8%
Subtotal	42.894	44.832	4,5%	9.260	12.267	32,5%
% Receita líquida	2,7%	2,4%	-0,3 p.p	1,6%	1,7%	0,1 p.p
Participação nos Resultados	2.839	28.218	893,9%	1.175	9.554	713,1%
Total	45.733	73.050	59,7%	10.435	21.821	109,1%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO****Tabela 31 Resultado Financeiro Líquido**

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Ganhos (perdas) com derivativos	(127.608)	(19.995)	84,3%	(1.186)	1.624	n.m
Juros	(67.307)	(74.079)	10,1%	(22.483)	(19.683)	-12,5%
Variação monetária	(1.037)	(1.929)	86,0%	519	(531)	n.m
Variação cambial	93.487	10.754	88,5%	905	(12.691)	n.m
Outras receitas (despesas) financeiras	(12.011)	(7.214)	-39,9%	(4.154)	(693)	-83,3%
Total	(114.476)	(92.463)	-19,2%	(26.399)	(31.974)	21,1%
% Receita líquida	-7,1%	-5,0%	-2,1 p.p	-4,6%	-4,5%	-,1 p.p

Tabela 32 Ganhos e Perdas com Derivativos

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Swap de Dívida em Dólar para Real	(129.887)	(19.815)	84,7%	(1.186)	1.805	n.m.
Swap de Aplicação em Real para Dólar	-	-	-	-	-	-
Hedge de Commodities	13	(180)	n.m.	-	(181)	100,0%
Hedge Cambial (não enquadrado no <i>hedge accounting</i>)	2.266	-	-100,0%	-	-	-
Total	(127.608)	(19.995)	-84,3%	(1.186)	1.624	n.m.

Obs: Conforme Nota Explicativa nº22 da DF

Destacamos que, como parte da dívida em Dólar está “swapada” para Reais e outra parte está alocada como *hedge accounting* – de forma que os eventuais efeitos de variação cambial são registrados na conta de Receita de Vendas, e apenas quando realizados os pagamentos de principal – a variação cambial sobre a dívida em Dólar acaba por não impactar o Resultado Financeiro quando analisamos os números de forma agregada, pois eventuais ganhos e perdas sobre a dívida em dólar não alocada no *hedge accounting* são compensados por ganhos/perdas em igual proporção no respectivo *swap*.

Para melhor entendimento desse impacto, sugerimos observar a tabela 33, a seguir, com o Resultado Financeiro Líquido Ajustado.

Tabela 33 Resultado Financeiro Líquido Ajustado

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Juros	(94.903)	(93.061)	-1,9%	(26.648)	(27.283)	2,4%
Var. Cambial líquida de operações swapadas	(6.525)	9.742	n.m.	3.884	(3.467)	n.m.
Variação monetária	(1.037)	(1.929)	86,0%	519	(531)	n.m.
Outras receitas (despesas) financeiras	(12.011)	(7.214)	-39,9%	(4.154)	(692)	-83,3%
Total	(114.476)	(92.463)	-19,2%	(26.399)	(31.974)	21,1%
% Receita líquida	-7,1%	-5,0%	-2,1 p.p.	-4,6%	-4,5%	0,1 p.p.

No 4T17, a despesa financeira líquida ajustada, aumentou 21,1%, em relação ao 4T16, tendo como principal fator de contribuição à variação cambial líquida de operações swapadas, devido ao aumento da taxa de câmbio no trimestre, impactando títulos a pagar (fornecedores) fixados em dólar. Por sua vez, no ano, ocorre uma inversão, a variação cambial (líquida de operações swapadas) foi positiva em função da queda da taxa de câmbio durante parte do período, impactando títulos a pagar (fornecedores) fixados em dólar.

Em relação a queda das Outras receitas (despesas) financeiras, tanto no trimestre quanto no ano, tal variação é explicada pela não ocorrência de deságio na venda de ICMS, realizados em 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RESULTADO LÍQUIDO****Tabela 34 Resultado Líquido Consolidado**

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(4.161)	500.990	n.m.	157.500	162.165	3,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	19.802	(131.728)	n.m.	(43.452)	(25.537)	-41,2%
Lucro Líquido Consolidado do Período	15.641	369.262	n.m.	114.048	136.628	19,8%
<i>Atribuído a sócios da empresa controladora</i>	<i>29.945</i>	<i>356.341</i>	<i>n.m.</i>	<i>112.574</i>	<i>136.247</i>	<i>21,0%</i>
<i>Atribuído a sócios da empresa não controladores</i>	<i>(14.304)</i>	<i>12.921</i>	<i>n.m.</i>	<i>1.474</i>	<i>381</i>	<i>-74,2%</i>
% Receita líquida	1,0%	19,9%	18,9p.p	19,8%	19,4%	-0,4p.p.
Lucro Líquido Operação Agrícola	15.641	289.034	n.m.	114.048	56.400	-50,5%
Margem Líquida da Op. Agrícola	1,0%	15,6%	14,6p.p.	19,8%	8,0%	-11,8p.p
Lucro Líquido da Venda de Terras	-	80.228	100,0%	-	80.228	100,0%

Encerramos o ano de 2017 com excelente resultado, com recordes atingidos, para ambos períodos de análise (ano e trimestre). Em relação a 2016, nosso Resultado Líquido consolidado obteve aumento de R\$353.621 mil, com margem líquida de 19,9%, aumento de 18,9p.p. No trimestre, houve queda no lucro líquido da operação agrícola, em função da redução na apropriação dos ativos biológicos na receita e aumento da apropriação do ativo biológico no custo. Isso ocorreu uma vez que, em 2016, tivemos quebra de safra e por consequência valor apropriado de Ativos Biológicos bem inferiores.

Para contribuir para o melhor entendimento do Resultado Líquido, a seguir, explicaremos separadamente os resultados obtidos pela operação agrícola e pela venda de terras:

Resultado Líquido Consolidado - Operação Agrícola

A queda no resultado líquido da operação agrícola no 4T17 em relação ao 4T16 ocorreu em função da dinâmica de contabilização de ativos biológicos, combinada com a distribuição de faturamento por fazenda e de hedge cambial ao longo do ano, conforme exposto a seguir:

Ao longo do ano de 2016, a apropriação de ativos biológicos - que, cabe lembrar, ocorre na época da colheita e desconsidera os preços hedgeados pela Companhia - antecipou margens mais baixas do que aquelas que vieram a se efetivar quando do faturamento dos produtos, visto que os preços de hedge estavam acima dos preços de mercado quando da colheita. Além disso, ocorreu que a melhor “porção” da safra (produtos oriundos de fazendas com melhores produtividades), e também os melhores preços de venda (notadamente hedge cambial), ficaram majoritariamente concentrados no 4T16.

No ano de 2017, tal fenômeno não se repetiu: primeiramente, a apuração de ativos biológicos ao longo do ano ficou mais alinhada com os resultados efetivados, conduzindo a um resultado bruto, e líquido, mais baixo para o último trimestre, o que é esperado. Além disso, a distribuição de faturamento por fazenda, e de preços travados, foi mais uniforme ao longo do ano, evitando assim o “pico” de resultado ocorrido no 4T16.

Soma-se a isso o fato de que a variação do valor justo dos Ativos Biológicos (apurado em dezembro, antecipando as margens da nova safra) sofreu queda de R\$33.334 mil, entre o 4T16 e o 4T17, notadamente em função da queda no preço de mercado da soja entre os períodos.

Atingimos aumento de R\$273.393 mil no Resultado Líquido Consolidado da Operação Agrícola em relação a 2016. Esse crescimento se dá em função do maior Resultado Bruto realizado, reflexo das melhores produtividades e margens obtidas na safra 2016/17. Cabe destacar a produtividade recorde e o aumento do preço da cultura do algodão, somado a queda do custo unitário em todas as culturas, reflexo do ganho de produtividade associado à forte gestão de custos. A margem líquida da operação Agrícola, teve aumento de 14,6p.p, encerrando o período em 15,6%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado Líquido Consolidado - Venda de Terras

Em dezembro de 2017, efetuamos a venda de 11.604 hectares, pelo montante de R\$176.653,387,50, de acordo com a nossa estratégia que tem como um dos objetivos a realização de ganhos imobiliários. Obtivemos um resultado líquido consolidado na venda de terras de R\$80.228 mil, conforme a seguir demonstrado:

35 Reconciliação do Lucro Líquido Consolidado – Venda de Terras

(R\$ mil)	2016	2017	AH	4T16	4T17	AH
Valor da Venda de terras	-	176.653	100,0%	-	176.653	100,0%
(-) Baixa do Ativo Imobilizado	-	(84.536)	100,0%	-	(84.536)	100,0%
(-) PIS e COFINS s/ valor da venda	-	(6.448)	100,0%	-	(6.448)	100,0%
(-) IRPJ e CSLL	-	(5.441)	100,0%	-	(5.441)	100,0%
Lucro Líquido Consolidado - Venda de Terras	-	80.228	100,0%	-	80.228	100,0%

HEDGE CAMBIAL E DE COMMODITIES AGRÍCOLAS

As receitas de vendas da Companhia são geradas, principalmente, pela comercialização de commodities agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US* – ICE. Dessa forma, temos uma exposição ativa à variação da taxa de câmbio e aos preços dessas commodities. Com o objetivo de proteção contra a variação da taxa de câmbio são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de vendas e compras a termo de moeda – NDF (*Non Deliverable Forward*) e Contratos de Opções. Em linha com a Política de Gestão de Risco da Companhia – cujo objetivo é o alcance de uma margem EBITDA Ajustada pré-estabelecida com a conjunção dos fatores Preço, Câmbio e Custo – a maior parte dos instrumentos de proteção contra a variação dos preços das commodities é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes (*forward contracts*).

Além disso, são utilizados contratos de futuros e de opções, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de swaps e opções, com instituições financeiras.

As operações de futuros, *swaps* e opções têm sua marcação a mercado registrada no resultado financeiro. A seguir apresentamos nossa posição de hedge de commodities (em relação ao volume de total de faturamento estimado) e de câmbio (em relação à receita total em dólar estimada) – aberta em hedge comercial e hedge financeiro – em 26 de fevereiro de 2018:

Tabela 36 Posição de Hedge Cambial e de Commodities

Ano Civil	2018		2019	
Taxa de Câmbio ⁽¹⁾	Hedge (%)	R\$ / US\$	Hedge (%)	R\$ / US\$
Hedge de Câmbio	79,5	3,3924	9,1	3,4257
Compromissos ⁽¹⁾	2,3	1,9418	2,1	1,9418
Total	81,8	3,3513	11,2	1,9418
Algodão	Hedge (%)	US\$ / libra ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / libra ⁽²⁾
Hedge Comercial	93,9	77,94	34,0	77,93
Hedge Financeiro ⁽⁴⁾	4,0	77,93	-	-
Algodão - Hedge Total	97,9	77,94	34,0	77,93
Soja	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾
Hedge Comercial	63,9	10,49	26,7	10,72
Hedge Financeiro ⁽⁴⁾	-	-	-	-
Compromissos ⁽³⁾	4,9	-	8,9	-
Soja - Hedge Total	68,8	10,49	35,6	10,72
Milho	Hedge (%)	R\$/Saca ⁽⁵⁾	Hedge (%)	R\$/Saca ⁽⁵⁾
Hedge Comercial	48,0	19,47	-	-
Milho – Hedge Total	48,0	19,47	-	-

⁽¹⁾Compromissos com pagamentos de dívida em dólar. ⁽²⁾Base FOB Porto (os preços nas nossas unidades de produção são influenciados ainda por despesas de transporte e possíveis desconto de qualidade). ⁽³⁾Hedge natural com pagamentos de terras e arrendamentos em sacas de soja⁽⁴⁾Inclui operação de futuros, swaps e acumuladores. ⁽⁵⁾ Preço fazenda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

Os principais investimentos realizados no 4T17 foram:

- (i) Obras e instalações realizadas principalmente nas fazendas Palmares, Planeste e Planorte.
- (ii) Correção de solo e limpeza de solo realizada especialmente nas fazendas Parnaíba, Parceiro e Perdizes.

Tabela 37 CAPEX

CAPEX (R\$ mil)	2016	AV	2017	AV	4T17	AV
Máquinas, implementos e equipamentos	25.864	33,2%	38.001	27,7%	1.948	8,0%
Aquisição de terras	2	0,0%	4.387	3,2%	13	0,1%
Correção de solo	14.585	18,7%	25.581	18,7%	4.830	19,8%
Obras e instalações	17.903	23,0%	34.011	24,8%	10.304	42,2%
Usina de beneficiamento de algodão	1.015	1,3%	1.025	0,7%	240	1,0%
Armazém de Grãos	954	1,2%	12.396	9,0%	741	3,0%
Limpeza de solo	11.855	15,2%	6.337	4,6%	2.054	8,4%
Veículos	1.110	1,4%	3.438	2,5%	959	3,9%
Software	1.814	2,3%	7.867	5,7%	1.890	7,7%
Ativo biológico	-	0,0%	21	0,0%	21	0,1%
Outros	2.887	3,7%	4.009	2,9%	1.409	5,8%
Total	77.989		137.072		24.408	

DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA

A dívida líquida ajustada em relação a 2016 apresenta queda de 2,8% (R\$ 852.854 mil em 2016, contra R\$828.788 mil em 2017). Ao longo de 2017 trabalhamos para realizar o alongamento da dívida e para captar recursos com taxas mais atrativas, nesse sentido realizamos uma operação de CRA (certificados de recebíveis de agronegócio), com prazo de vencimento de 3 anos.

Tabela 38 Dívida Financeira Líquida

(R\$ mil)	Taxas médias anuais de juros (%)	Indexador	4T16	4T17	Consolidado 4T16	4T17
Aplicados no Imobilizado						
Finame – BNDES	Pré, TJLP ¹ e Cesta de Moedas		7,25%	5,58%	177.635	111.718
-	Pré		7,23%	-	6.980	-
Financiamento de Investimento	US\$ + Libor ³		6,38%	-	3.787	-
					188.401	111.718
Aplicados no Capital de Giro						
Crédito Rural	Pré		12,82%	8,07%	479.468	172.755
Fundos Constitucionais ²	Pré		10,50%	-	311.987	-
CRA	CDI		-	7,06%	-	201.161
Capital de Giro	Pré		-	7,58%	-	235.554
Capital de Giro	CDI		14,73%	7,91%	348.660	200.354
Financiamento à Exportação	Pré		-	9,00%	-	13.413
Financiamento à Exportação	CDI		14,82%	8,05%	416.010	571.412
Financiamento à Exportação	US\$, Libor ³ +Pré		5,50%	6,10%	156.718	82.808
Total do Endividamento			12,07%	7,57%	1.901.245	1.589.175
(+/-) Ganhos e perdas com derivativos vinculados a Aplicações e Dívidas					(16.115)	11.057
(=) Dívida Bruta (Ajustada)					1.917.360	1.578.117
(-) Caixa					1.064.506	749.328
(=) Dívida Líquida (Ajustada)					852.854	828.788
EBITDA dos últimos 12 meses					249.109	738.585
Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado					3,42x	1,12x
Dívida Líquida Ajustada/NAV					21,6%	18,9%

⁽¹⁾ Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ⁽²⁾ Para o cálculo do custo médio dos Fundos Constitucionais consideramos desconto de 15% relativo ao bônus de adimplência incidentes nessas operações. ⁽³⁾ London Interbank Offer Rate (Libor): Taxa de Juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional. ⁽⁴⁾ EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. ⁽⁵⁾ Operações com ganhos e perdas de Derivativos (nota 22 da DF).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A relação Dívida Líquida Ajustada/EBITDA Ajustado apresenta queda, passando de 3,42x no 4T16 para 1,12x no 4T17. Cabe destacar a redução expressiva nesse indicador de endividamento, reflexo da maior geração de caixa obtida (EBITDA Ajustado) e maior geração de caixa Livre.

Realizamos alongamento do endividamento, passando de 61,2% em 2016 para os atuais 54,22% da dívida tomada com perfil de Curto Prazo. A seguir apresentamos a distribuição do perfil do endividamento bruto e o cronograma de amortização da dívida líquida:

Figura 28 Perfil da Dívida Bruta no 4T16

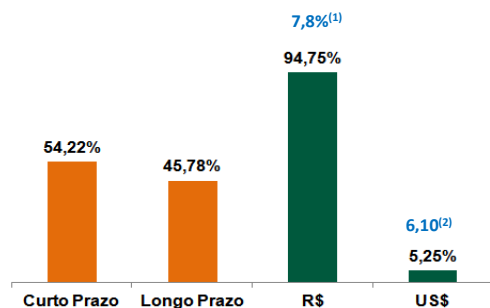
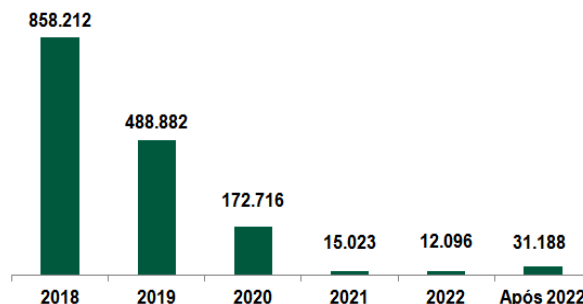


Figura 27 Cronograma de Amortização da Dívida Líquida (ajustada pelo swap)



⁽¹⁾ Taxa média ponderada da dívida em R\$

⁽²⁾ Taxa média ponderada da dívida em USD

DIVIDENDOS

Em setembro de 2017, divulgamos o pagamento de Dividendos Intercalares à conta de lucros remanescentes após as deduções legais e estatutárias, destinados à Reserva de Expansão da Companhia, apurados no último balanço divulgado, em 30/06/2017. O valor total pago em 10/10/2017 foi no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Reais), correspondendo a R\$ 2,06984255 por ação /ordinária, excluídas as ações em tesouraria.

Aprovamos em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data (07 de março de 2018), a Proposta da Administração a ser submetida à próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 25 de abril de 2018.

Para o exercício de 2017, de acordo com a legislação societária vigente e o estatuto social da companhia, a administração propôs a seguinte distribuição de resultados:

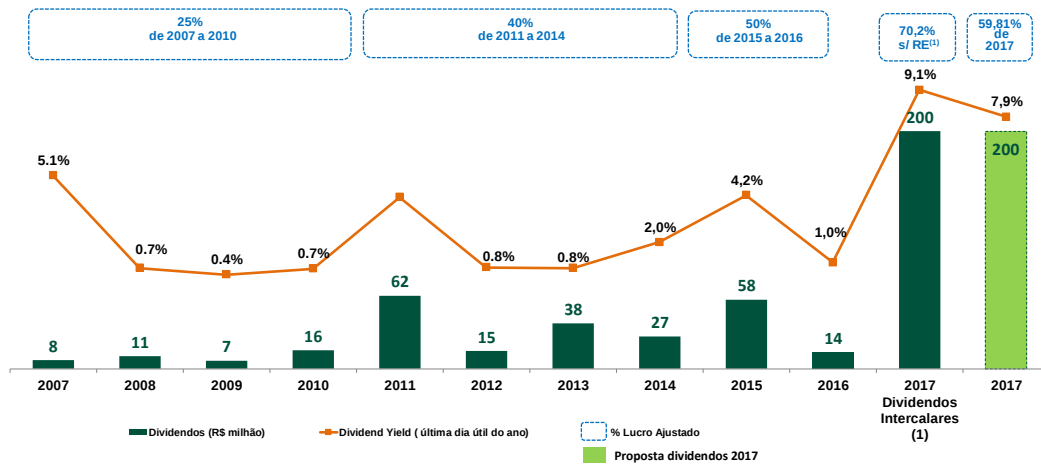
Tabela 39: Proposta Distribuição de Dividendos

(R\$)	2017	2016	2015
Lucro líquido do exercício da Controladora	356.341.316,61	29.944.844,33	122.527.790,25
Apropriação de Reserva de Subvenção	4.366.618,61	-	-
Apropriação da Reserva Legal	17.598.734,90	1.497.244,22	6.126.389,51
Base de cálculo dos dividendos	334.375.963,10	28.447.640,11	116.401.400,74
Dividendo mínimo obrigatório 25%	83.593.990,77	7.111.910,03	29.100.350,19
Dividendo adicional proposto 25% (2016 e 2015) 34,8% (2017)	116.406.009,23	7.111.910,03	29.100.350,19
Dividendos propostos	200.000.000,00	14.223.820,06	58.200.700,38
% sobre o Lucro líquido do exercício	59,81%	50%	50%
Saldo do Lucro Líquido para demais Reservas	134.375.963,10	14.223.820,06	58.200.700,38
Outros Resultados Abrangentes	46.594.668,59	7.213.158,92	8.471.624,19
Base de cálculo para a Reserva de Expansão	180.970.631,69	21.436.978,98	66.672.324,55
Apropriação da Reserva de Expansão	180.970.631,69	21.436.978,98	66.672.324,55

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir demonstramos o histórico de dividendos distribuídos pela Companhia:

Figura 29 Histórico e Proposta – Dividendos



⁽¹⁾ Dividendos Intercalares, tendo como base, conta de lucros remanescentes após as deduções legais e estatutárias, destinados à Reserva de Expansão da Companhia (RE), apurados no último balanço divulgado, em 30/06/2017.

MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia possui 98.897.500 mil ações emitidas, 48,7%, no *free float*, negociadas no segmento Novo Mercado na BM&FBOVESPA. Em 2017, conseguimos atingir preços de fechamento das ações (SLCE3) recordes, acreditamos que seja reflexo da consolidação de estratégia da companhia, dos retornos auferidos pelo negócio com geração de valor aos nossos acionistas.

No ano de 2017 as ações da SLC Agrícola (SLCE3), apresentaram valorização de 99% contra uma valorização de 28% do IBOVESPA, demonstrado na figura 30, a seguir:

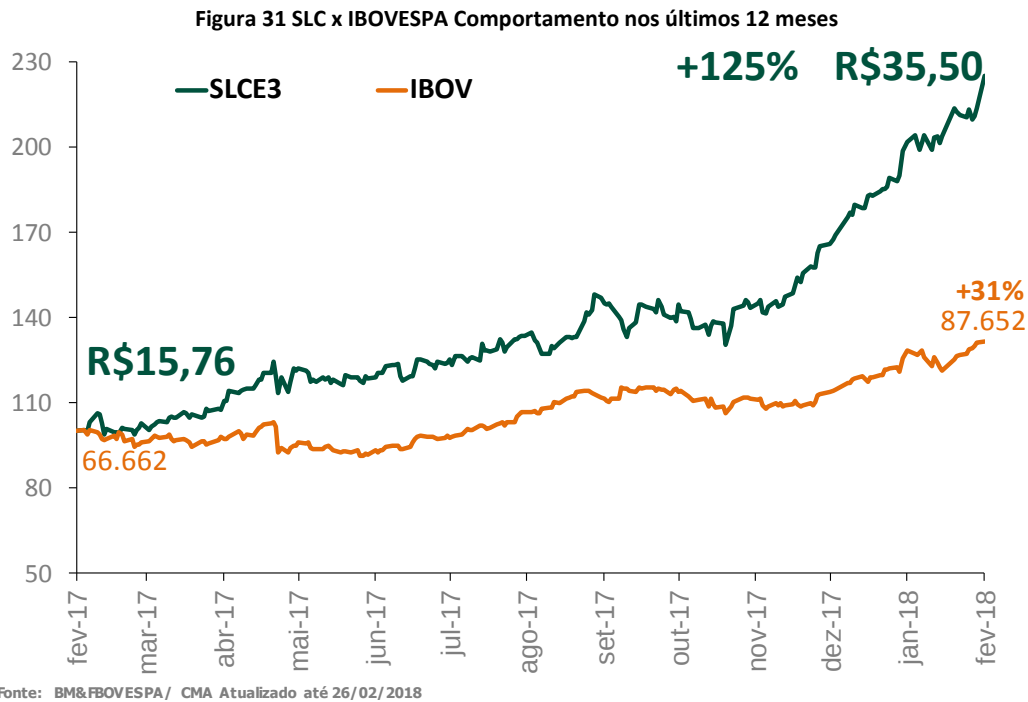
Figura 30 SLC X IBOVESPA Comportamento no ano de 2017



Fonte: BM&FBOVESPA/ CMA Atualizado até 31/12/2017

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nos últimos 12 meses, como podemos verificar na figura 31, a SCE3 apresenta valorização de 125% e o IBOVESPA 31%.



Nos últimos 7 anos a companhia tem sido reconhecida através da Revista *Institutional Investor* no segmento *Agribusiness – Small Cap*. Em 2017, fomos eleitos nos seguintes quesitos:

- *Best CEO*, segundo lugar na posição geral, primeiro lugar eleito pelo *sell-side*
- *Best investor Relations Team*, terceiro lugar na posição geral,;
- *Best investor Relations Program*, terceiro lugar na posição geral e eleito pelo buy side, primeiro lugar eleito pelo *sell-side*;
- *Best Analyst Days*, segundo lugar na posição geral;
- *Best website*, primeiro lugar, na posição geral.

INDICADORES

A Companhia entende que o cálculo de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Retorno sobre o Ativo Líquido e Retorno sobre o Capital Investido deve considerar, além do resultado líquido do período ou resultado operacional do período, também a apreciação anual líquida (com base no relatório de auditor independente realizado todos os anos) do valor de suas terras.

Tabela 40 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

(R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Lucro Líquido	59	160	38	97	70	121	16	289 ⁽⁴⁾
Apreciação de Terras Líquida SLC Agrícola ⁽¹⁾	-36	179	222	313	396	108	130	(24)
Apreciação de Terras Líquida LandCo ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	48	61	32	32	69	44
Subtotal	23	339	308	471	498	261	215	308
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	1.839	2.063	2.407	2.924	3.608	3.748	4.219	4.275
Retorno	1,3%	16,4%	12,8%	16,1%	13,8%	7,0%	5,1%	7,2%

⁽¹⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em junho/2017, valores líquidos de impostos.

⁽²⁾ Ajustado pela participação da SLC Agrícola na SLC LandCo é de 81,23%.

⁽³⁾ Ajustado pela apreciação de terras.

⁽⁴⁾ Lucro Líquido da Operação Agrícola.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tabela 41 Retorno sobre o Ativo Líquido

(R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Lucro Líquido	59	160	38	97	70	121	16	289 ⁽³⁾
Apreciação de Terras Líquida ⁽¹⁾	(36)	179	271	373	428	140	199	19
Subtotal	23	339	309	470	498	261	215	308
Ativo Líquido	2.598	3.196	3.635	4.113	4.696	5.017	4.857	5.074
Capital de Giro	395	504	626	641	733	739	561	613
Ativo Fixo ⁽²⁾	2.203	2.692	3.009	3.472	3.963	4.278	4.296	4.384
Retorno	0,9%	10,6%	8,5%	11,4%	10,6%	5,2%	4,4%	6,2%

⁽¹⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte) , atualizado em junho/2017, valores líquidos de impostos.

⁽²⁾ Ajustado pela apreciação de terras.

⁽³⁾ Lucro Líquido da Operação Agrícola.

Tabela 42 Retorno sobre o capital investido

(R\$ milhões)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Resultado Operacional	126	257	145	150	190	285	110	504 ⁽⁴⁾
IR Ajustado	(38)	(87)	(72)	(35)	(40)	(78)	20	(133)
Resultado Operacional Ajustado	88	170	73	116	150	207	130	371
Apreciação de Terras Líquida ⁽¹⁾	(36)	179	270	374	428	140	199	19
Resultado Operacional c/ Terras	52	349	343	490	578	347	329	391
Capital Investido	2.110	2.527	2.987	3.753	4.329	4.788	5.010	5.021
Dívida Bruta (CP e LP) ⁽²⁾	450	640	811	1.170	1.332	1.711	1.807	1.471
Caixa ⁽²⁾	110	131	157	376	355	671	1.016	725
Dívida Líquida ⁽²⁾	339	509	654	794	977	1.040	791	746
Patrimônio Líquido ⁽³⁾	1.771	2.018	2.333	2.781	3.352	3.748	4.219	4.275
Retorno sobre o Capital Investido	2,5%	13,8%	11,5%	13,0%	13,3%	7,2%	6,6%	7,8%

⁽¹⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte) , atualizado em junho/2017, valores líquidos de impostos.

⁽²⁾ Ajustado pela participação nas subsidiárias.

⁽³⁾ Ajustado pela apreciação de terras.

⁽⁴⁾ Resultado Operacional da Operação Agrícola.

Tabela 43 Valor Líquido dos Ativos - NAV

(R\$ milhões)	2017
Fazendas SLC Agrícola ⁽¹⁾	2.520
Fazendas SLC LandCo ⁽²⁾	682
Infraestrutura (excl. terras) ⁽³⁾	794
Contas a Receber (excl. derivativos) ⁽³⁾	333
Estoques ⁽³⁾	525
Ativos Biológicos ⁽³⁾	475
Caixa ⁽³⁾	725
Subtotal	6.055
Fornecedores ⁽³⁾	393
Dívida Bruta ajustada pelas operações de derivativos ⁽³⁾⁽⁴⁾	1.471
Dívidas relativas a compra de terras ⁽³⁾	18
Subtotal	1.882
Valor Líquido dos Ativos	4.174
Valor Líquido dos Ativos por Ação	42,2

⁽¹⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte) , atualizado em junho/2017, valores líquidos de impostos. ⁽²⁾ Baseado em laudo independente (Deloitte), atualizado em junho/2017, valores líquidos de impostos e ajustado pela participação da SLC Agrícola na subsidiária. ⁽³⁾ Ajustado pela participação da SLC Agrícola nas subsidiárias. ⁽⁴⁾ Dívida Bruta ajustada pelas operações de derivativos, e pela participação da SLC Agrícola nas subsidiárias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Tabela 44 Variação no Capital de Giro**

Variação no Capital de Giro (R\$ mil)	2013	2014	2015	2016	2017
Ativo					
Contas a Receber	85.334	143.759	228.024	185.538	351.858
<i>Hedge Accounting (Não-Caixa)</i>	<i>(5.278)</i>	<i>(8.936)</i>	<i>(26.639)</i>	<i>(99.963)</i>	<i>(47.140)</i>
Estoques	514.819	622.101	782.192	486.425	569.524
<i>Ativos Biológicos + Ajuste de Estoque (Não-Caixa)</i>	<i>(42.280)</i>	<i>(20.185)</i>	<i>(58.164)</i>	<i>(12.093)</i>	<i>(76.735)</i>
Tributos a Recuperar	78.361	98.566	89.321	66.727	45.908
Ativos Biológicos	378.481	374.372	423.705	521.174	522.997
<i>Ativos Biológicos (Não-Caixa)</i>	<i>(27.009)</i>	<i>(17.684)</i>	<i>(31.200)</i>	<i>(50.693)</i>	<i>(21.094)</i>
Despesas Antecipadas	3.793	2.712	5.469	7.721	8.354
Subtotal	986.221	1.194.705	1.412.708	1.104.836	1.353.672
Passivo					
Fornecedores	236.217	312.759	398.860	439.735	424.041
Obrigações Fiscais e Sociais	27.480	24.270	20.465	23.303	51.729
Outros	223.444	207.794	376.498	204.675	283.654
<i>Títulos a Pagar (terras)</i>	<i>(126.494)</i>	<i>(49.689)</i>	<i>(75.564)</i>	<i>(81.813)</i>	<i>(17.543)</i>
<i>Hedge Accounting (Não-Caixa)</i>	<i>(31.433)</i>	<i>(51.651)</i>	<i>(120.544)</i>	<i>(56.604)</i>	<i>(42.583)</i>
Provisões	16.187	17.724	20.415	15.022	41.832
Subtotal	345.401	461.207	620.130	544.318	741.130
Total	640.820	733.498	738.578	560.518	612.542
Variação WC	10.017	92.678	5.080	(178.060)	52.024

ADERERÊNCIA A CÂMARA DE ARBITRAGEM

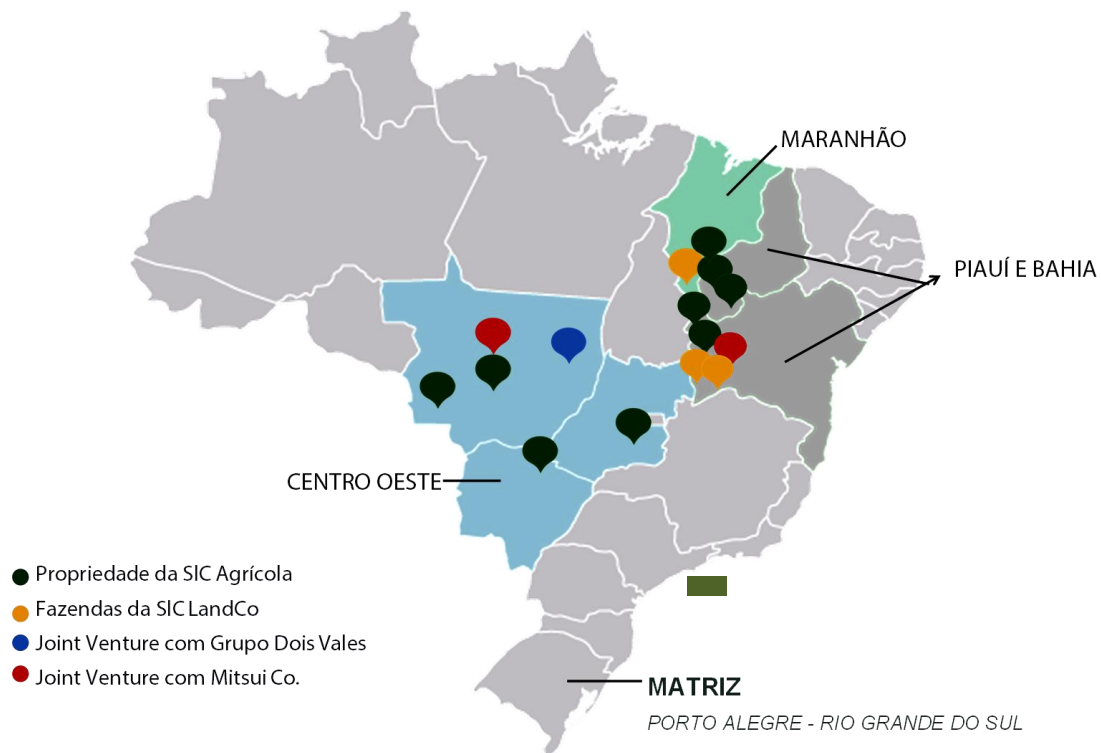
A companhia está vinculada a Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Estatuto Social.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S, foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2017, serviços não-relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES



AVISO LEGAL

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da nossa capacidade de controle ou previsão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ANEXO 1: PESOS E MEDIDAS USADOS NA AGRICULTURA**

1 tonelada	1.000 kg	
1 kg	2,20462 libras	
1 libra	0,45359 kg	
1 acre	0,40469 hectares	
1 acre	0,1840 alqueire	
1 hectare (ha)	2,47105 acres	
1 hectare (ha)	10.000 m ²	
1 alqueire	5,4363 acres	
Soja e Trigo		
1 bushel de soja	60 libras	27,2155 kg
1 saca de soja	60 kg	2,20462 bushels
1 bushel/acre	67,25 kg/ha	
1,00 US\$/bushel	2,2046 US\$/saca	
Milho		
1 bushel de milho	56 libras	25,4012 kg
1 saca de milho	60 kg	2,36210 bushels
1 bushel/acre	62,77 kg/ha	
1,00 US\$/bushel	2,3621 US\$/saca	
Algodão		
1 fardo	480 libras	217,72 kg
1 arroba	14,68 kg*	

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A SLC Agrícola S.A., fundada em 1977, a seguir denominada como “Controladora”, “SLC” ou “Companhia”, e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo” ou “Consolidado”). Possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil e tem como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades; aluguel de imóveis próprios.

Em 1º de setembro de 2017, a Companhia iniciou o cultivo da safra 2017/18, operando com quatorze unidades de produção, com uma área plantada total de 403,7 mil hectares, entre áreas próprias e arrendadas de terceiros, localizadas em seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Piauí e Maranhão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e também conforme os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”).

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Ressaltamos, ainda que, as políticas contábeis consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 07 de março de 2018.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos, não classificados como plantas portadoras, mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de mercado, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer a partir da pré-colheita;
- Propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo;
- Transações de pagamento baseado em ações, mensuradas a valor justo na data de outorga.

c) Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio de moeda funcional em vigor na data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida.

Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. No entanto, em sua maioria, o momento da transferência de riscos e benefícios ocorre na entrega das mercadorias ao comprador.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques e mensurados pela média ponderada dos valores justos da colheita.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, embalagens e material de acondicionamento, peças de reposição e outros estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

A provisão para ajuste de estoque a valor de mercado, dos produtos agrícolas, é constituída quando o valor justo registrado no estoque for superior ao valor de realização. O valor de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios menos os custos estimados necessários para vendê-lo.

c) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem substancialmente ao cultivo e plantio de soja, milho, algodão e outras de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, utilizando a abordagem de preços de mercado dessas *commodities*, deduzido das despesas com vendas e custos a incorrer, a partir da pré-colheita.

Os ativos biológicos são mantidos pelos gastos incorridos com a formação das safras até a pré-colheita, quando são avaliados pelo valor justo. A Companhia entende que nesse momento existe uma transformação biológica significativa, a qual pode ser verificada com segurança, e então o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço é material.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preços, custos necessários para colocação em condição de venda, plano de colheita da cultura e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os preços dos ativos biológicos são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.

Os gastos com plantio das plantas não portadoras referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

d) Investimentos (Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18(R2) (IAS28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

e) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Imobilizado--Continuação

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terras e terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício, corrente e comparativos, são as seguintes:

Descrição	Vida útil média
Correção e desenvolvimento do solo	13,1 anos
Prédios e benfeitorias	34,4 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos e instalações de escritório	7,5 anos
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	15 anos
Veículos	11 anos
Plantas portadoras	6 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a existência de indicadores que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável--Continuação

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Os Governos dos Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso concederam incentivos para diferimento de débitos de ICMS nos termos do Regulamento do ICMS dos respectivos Estados. Os Estados permitem optar pelo regime de diferimento ou pelo regime de não diferimento. No regime de diferimento a empresa fica impedida de apropriar créditos de ICMS pela aquisição dos insumos, matérias primas e ativo imobilizado. No regime de não diferimento é permitida a apropriação de créditos pelas aquisições, porém as saídas são tributadas. As fazendas Planalto, Paiaguás e Planorte fizeram opção pelo regime de diferimento. As fazendas Perdizes e Pioneira fizeram opção pelo regime de não diferimento.

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.716/99, de Mato Grosso, por intermédio da Lei 6883/97 e de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Paiaguás e Planorte ao PROALMAT e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

h) Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural é de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

h) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos sobre vendas

Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural	2,85%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos--Continuação

O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores, contratos de mútuos e arrendamentos com partes relacionadas, títulos a pagar e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80 % a 125%. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge--Continuação

Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedged) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Arrendamentos mercantis

Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

l) Pagamento baseado em ações

A Companhia possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10(R1) (IFRS 2). Detalhamentos dos programas da Companhia se encontram na nota explicativa 24.

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

m) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variação monetária de dívidas indexadas pela cotação da saca de soja, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n) Lucro por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 19.i).

o) Benefícios a empregados

Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Informação por segmento

A Companhia concentra suas atividades na produção e comercialização de produtos agrícolas (soja, milho, trigo, algodão, cana-de-açúcar, girassol, sorgo e soja semente) e na aquisição e desenvolvimento de terras para agricultura, desta forma está organizada em dois segmentos de negócio: produção agrícola e investimentos em terras. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho.

Os produtos da Companhia não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Não existem outros segmentos ou qualquer agregação de segmentos operacionais.

q) Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7), utilizando o método indireto.

r) Normas novas ou revisadas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicadas pela primeira vez em 2017

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB e CPC, com efeito, a partir de 1º. de janeiro de 2017 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Normas emitidas mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão abaixo representadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigência.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Normas novas ou revisadas--Continuação

Alterações à IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações (Vigência a partir de 01/01/2018)

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que as alterações não produzirão impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 / CPC 48 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório.

A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação do impacto dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando então passará a adotar a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo na adoção desta norma.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Normas novas ou revisadas--Continuação

IFRS 15 / CPC 47 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. A Companhia realizou uma avaliação da IFRS 15 de forma mais detalhada em 2017.

A Companhia atua no cultivo e comercialização de soja, milho, algodão e outras de menor relevância, cujos produtos agrícolas são vendidos a terceiros, através de contratos com os clientes, configurando-se como uma única obrigação de desempenho.

A Companhia entende que a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia para estas operações. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra no momento em que o controle do bem é transferido para o cliente, geralmente por ocasião da entrega dos bens.

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos somente de curto prazo de seus clientes. Eles são apresentados como adiantamentos de clientes na rubrica do passivo circulante. De acordo com a IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. Contudo, as análises efetuadas pela Companhia apontam que os efeitos de componentes de financiamento não são significativos nos contratos, pois o período entre a transferência do grupo de um bem ou serviço prometido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é normalmente inferior a 30 dias.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Normas novas ou revisadas--Continuação

IFRS 16 / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (Vigência a partir de 01/01/2019)

A IFRS 16 (CPC - 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil) foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia avaliou de forma preliminar e entende que a norma deve gerar impactos em suas demonstrações financeiras. A avaliação quantitativa do efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras será realizada durante o ano de 2018.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Atividade principal	Empresas	Diretas %	Indiretas %	Localização
Cultura de soja e milho.	Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,0	-	Mato Grosso - MT
Cultura de algodão e soja.	SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.	50,1	-	Rio Grande do Sul - RS
Cultura de soja e milho.	Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	50,1	Mato Grosso - MT
Participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais e imobiliários.	SLC Investimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Maranhão - MA
	Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda	100,0	-	Mato Grosso - MT
	Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC Paiaguas Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas S.A.	100,0	-	Mato Grosso - MT
	SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	SOPER Agrícola Ltda	-	81,2	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda.	-	100,0	Rio Grande do Sul - RS
	Fazenda Paineira Empreendimentos Agrícolas Ltda.	6,1	93,9	Rio Grande do Sul - RS

O exercício das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A controlada indireta Catuaí Norte Participações S.A. foi incorporada pela controlada SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas Ltda. em 1º de novembro de 2017, conforme detalhado na nota 11.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	-	264	419	454	494
CDB-DI	99,55% do CDI*	283.612	205.563	286.175	232.070
Operação compromissada	99,68% do CDI*	183.821	684.278	307.779	824.872
Letra Arrendamento Mercantil	100,18% do CDI*	140.293	-	154.326	-
Outras aplicações	60,23 % do CDI*	594	5.953	594	7.070
		608.584	896.213	749.328	1.064.506
Caixa e equivalentes de caixa		484.616	767.009	611.539	888.740
Aplicações financeiras de curto prazo		123.968	129.204	137.789	175.766

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2017.

As operações financeiras contratadas pela Companhia estão representadas por aplicação em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e letras de arrendamento mercantil, a preços e taxas de mercado, atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro de 2017, não excedendo o valor de negociação.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por CDB's, operações compromissadas e letra de arrendamento mercantil com prazo superior a 90 dias e carência para resgate em dezembro de 2017, além de títulos de capitalização e CDBs com prazo de resgate inferior a 365 dias e vinculados à reciprocidade de manutenção de saldos em contrapartida de liberação de empréstimos.

A exposição do grupo a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 22.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	20.004	38.026	22.816	39.889
Mercado externo	138.674	33.503	145.312	33.503
Total	158.678	71.529	168.128	73.392

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e suas controladas não possuíam títulos cujo recebimento fosse considerado incerto e que estivessem vencidos e, portanto, não constituíram qualquer provisão para devedores duvidosos.

A exposição do grupo a risco de crédito e moeda relacionados a contas a receber de clientes são divulgados na nota explicativa 22.

Notas Explicativas

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos agrícolas	236.523	175.057	263.413	165.276
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	235.165	245.756	279.771	289.717
Embalagens e material de acondicionamento	3.768	5.117	4.434	5.544
Peças de reposição	6.758	7.287	7.763	8.200
Adiantamentos a fornecedores	2.482	4.248	2.783	5.672
Outros estoques	9.647	11.062	11.360	12.512
Provisões para ajuste de estoque	-	(496)	-	(496)
	494.343	448.031	569.524	486.425

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a necessidade de registrar provisão para ajuste a valor de mercado dos seus produtos agrícolas.

8. Ativo biológico

	Controladora				
	Soja	Algodão	Milho	Outras Culturas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	282.524	147.786	30.685	9.218	470.213
Gastos com plantio	436.407	571.581	108.299	30.919	1.147.206
Variação do valor justo	108.007	221.278	(2.754)	2.917	329.448
Colheita do produto agrícola	(561.844)	(786.590)	(102.530)	(27.651)	(1.478.615)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	265.094	154.055	33.700	15.403	468.252
Ativo biológico - custos de formação	244.695	154.055	33.700	15.428	447.878
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	20.399	-	-	(25)	20.374

	Consolidado				
	Soja	Algodão	Milho	Outras Culturas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	330.231	148.702	32.904	9.337	521.174
Gastos com plantio	732.939	626.700	141.139	31.599	1.532.377
Variação do valor justo	126.312	248.831	(16.213)	2.917	361.847
Colheita do produto agrícola	(879.260)	(864.938)	(120.471)	(27.732)	(1.892.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	310.222	159.295	37.359	16.121	522.997
Ativo biológico - custos de formação	289.103	159.295	37.359	16.146	501.903
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	21.119	-	-	(25)	21.094

Os saldos de culturas em formação estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas.

Notas Explicativas**8. Ativo biológico--Continuação**

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos a Companhia adota o “Nível 3”.

As culturas de soja, milho e algodão ocorrem nos seguintes períodos:

Unidade	Localização	Culturas		
		Soja	Algodão	Milho
Fazenda Pamplona	Cristalina-GO	15/10 a 15/04	05/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Planalto	Costa Rica-MS	20/09 a 25/03	05/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Planorte	Sapezal-MT	20/09 a 15/03	15/12 a 30/08	15/01 a 10/07
Fazenda Paiaguás	Diamantino-MT	20/09 a 15/03	10/12 a 30/08	15/01 a 15/07
Fazenda Perdizes	Porto dos Gaúchos - MT	20/09 a 15/03	20/12 a 30/08	25/01 a 10/07
Fazenda Pioneira	Querência - MT	15/10 a 25/03	Não planta	25/01 a 15/07
Fazenda Panorama	Correntina-BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta
Fazenda Paladino	São Desidério - BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	Não planta
Fazenda Piratini	Jaborandi-BA	25/10 a 30/04	20/11 a 30/08	25/10 a 15/05
Fazenda Palmares	Barreiras-BA	15/10 a 30/04	20/11 a 30/08	15/10 a 15/07
Fazenda Parceiro	Formosa do Rio Preto -BA	15/10 a 30/04	Não planta	Não planta
Fazenda Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	15/10 a 15/04	15/12 a 30/08	01/12 a 15/07
Fazenda Planeste	Balsas-MA	15/10 a 15/04	20/12 a 30/08	01/12 a 15/07
Fazenda Parnaguá	Santa Filomena-PI	01/11 a 15/04	Não planta	Não planta

Para o ano safra 2017/18, estão previstas as seguintes áreas para plantio:

Culturas	Área	Área plantada 2017/18	Área plantada 2016/17
Algodão	ha	95.173	87.440
Soja	ha	230.164	230.127
Milho	ha	76.088	71.790
Outras culturas *	ha	2.342	4.185
		403.767	393.542

(*) As outras culturas compreendem as culturas de trigo, milho semente, sorgo, girassol e cana-de-açúcar.

Notas Explicativas

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	1.215	9.320	2.755	11.422
Contribuição social	57	1.450	355	1.513
ICMS	55.874	47.242	75.243	61.268
COFINS	9.133	12.822	20.660	27.239
PIS	1.876	4.791	4.371	7.794
IRRF a recuperar	1.579	10.349	4.657	12.688
Outros	431	57	708	637
	70.165	86.031	108.749	122.561
Parcela classificada no ativo circulante	31.542	51.224	45.908	66.727
Parcela classificada no ativo não circulante	38.623	34.807	62.841	55.834

Imposto de renda e contribuição social

Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão realizadas mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

ICMS, PIS e COFINS a compensar/recuperar

Referem-se a créditos gerados nas operações normais da Companhia e de suas controladas, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

A estimativa de realização dos impostos sobre as vendas ICMS, PIS e COFINS é avaliada pela Administração com base em projeções estimadas de vendas de produtos agrícolas, comercialização de créditos tributários de ICMS e em ressarcimento ou compensação de PIS e COFINS com outros impostos gerados pela operação do grupo. Os prazos estimados de realização desses ativos estão descritos abaixo:

Ano de Vencimento	Controladora			Consolidado		
	ICMS	COFINS	PIS	ICMS	COFINS	PIS
2018	21.052	5.934	1.274	24.025	11.088	2.320
2019	19.800	3.199	602	21.200	7.339	1.544
2020	15.022	-	-	21.450	-	-
2021	-	-	-	8.568	2.233	507
	55.874	9.133	1.876	75.243	20.660	4.371

IRRF a recuperar

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

Notas Explicativas

10. Títulos a receber

Saldo substancialmente representado pela venda de 11.604 hectares a terceiros em 20 de dezembro de 2017, através de suas controladas Fazenda Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parceiro Empreendimentos Agrícolas Ltda. pelo montante de R\$176.654. As áreas alienadas foram as seguintes:

- Parcela da Fazenda Paiaguás, no estado do Mato Grosso, no total de 6.176 hectares; e
- Parcela da Fazenda Parceiro, no estado do Piauí, no total de 5.428 hectares.

O contrato prevê ainda que algumas formalizações documentais como transferência de reservas, registros em cartório de imóveis com os desdobramentos de suas matrículas e liberação de hipotecas, além da própria liquidação financeira, devem ser cumpridas nos próximos 12 meses a contar da assinatura do contrato.

O pagamento pela aquisição das terras foi dividido em duas parcelas, sendo a primeira, no montante de R\$52.996, correspondente a 30% do valor total e recebida no dia 28 de dezembro de 2017. O saldo remanescente, no valor de R\$123.658, foi depositado em uma conta garantida ("Escrow Account"), os quais permanecerão aplicados em títulos lastreados em Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e liberados quando todas as transferências e formalizações forem plenamente atendidas.

Na mesma data, a Companhia assinou contrato de arrendamento destas terras, que continuarão sendo operadas pela Companhia (operação de "venda e *leaseback*"), com pagamento de arrendamento a valor de mercado, pelo prazo de 10 anos, com término previsto para 30 de agosto de 2027.

A receita pela venda das terras, assim como a baixa do custo dos ativos, foi reconhecida na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado, gerando na transação um ganho no valor de R\$ 80.228, líquido de efeitos tributários.

A movimentação do saldo de títulos a receber durante o exercício de 2017 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.948	7.948
Vendas de terras	-	176.674
Recebimentos	(565)	(53.561)
Variação monetária e juros	(5.839)	(5.860)
Outros	(1.544)	(1.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	123.657

Notas Explicativas**11. Investimentos (Controladora)**

O total de investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é composto pelo seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas	2.163.400	1.998.838
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas (*)	6.080	-
	2.169.480	1.998.838

(*) O saldo em 31 de dezembro de 2017 é composto por valores adiantados à Fazenda Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., no montante de R\$3.500, e Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda., no montante de R\$2.580.

Os investimentos relevantes em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão demonstrados no quadro a seguir:

Investimento	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro não realizado no patrimônio líquido em operações com partes relacionadas	Lucro líquido do exercício	Lucro (perda) não realizado no resultado do exercício em operações com partes relacionadas	Ações ordinárias/quotas possuídas	Percentual de participação direta	Resultado da equivalência patrimonial	Total do investimento em 31/12/2017
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	20.488	218.153	(11.444)	5.871	(10.832)	20.488	100,00%	(4.961)	206.709
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	57.050	184.769	(6.514)	6.041	(2.133)	57.050	100,00%	3.908	178.255
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	91.672	60.960	-	(260)	-	45.836	50,00%	(130)	30.480
SLC-MIT Emp. Agr. S.A	109.934	105.059	(101)	19.100	(6)	55.077	50,10%	9.566	52.584
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	272.534	733.958	(2.370)	54.129	10.807	272.534	100,00%	64.936	731.588
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	31.766	161.900	(3.519)	5.845	(927)	31.766	100,00%	4.918	158.381
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	9.137	227.455	(5.790)	9.038	597	9.137	100,00%	9.635	221.665
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	109.800	163.642	(2.801)	5.356	611	109.800	100,00%	5.967	160.841
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	29.211	47.326	(423)	715	(110)	29.211	100,00%	605	46.903
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	73.985	126.960	-	9.211	-	4.500	6,082%	560	7.722
SLC Paiguás Emp. Agr. Ltda.	20.347	295.789	(5.634)	61.558	1.864	20.347	100,00%	63.422	290.155
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	71.263	80.547	(2.430)	2.461	242	71.263	100,00%	2.703	78.117
								161.129	2.163.400

Notas Explicativas**11. Investimentos (Controladora)--Continuação**

As principais movimentações nos investimentos em participações societárias permanentes diretas, em 31 de dezembro de 2017, são como segue:

Investimento	Saldos em 31/12/2016	Integralização de capital	Dividendos distribuídos ou juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Ganhos (perdas) não realizados com instrumentos de hedge	Outros resultados abrangentes			Saldos em 31/12/2017
						Alteração de critério de tributação sobre ativos imobilizados (impostos diferidos) - Nota 17	Ajuste sobre valor justo atribuído a propriedade para investimento	Outros ajustes	
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	167.574	-	(12.004)	(4.961)	-	55.601	-	499	206.709
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	184.138	9	(9.800)	3.908	-	-	-	-	178.255
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A. ¹	31.459	-	-	(130)	(849)	-	-	-	30.480
SLC-MIT Emp. Agr. S.A. ¹	44.319	-	-	9.566	(1.300)	-	-	(1)	52.584
SLC Invest. Agrícolas Ltda.	661.361	5.791	(500)	64.936	-	-	-	-	731.588
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda.	160.776	-	(7.313)	4.918	-	-	-	-	158.381
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	223.430	-	(11.400)	9.635	-	-	-	-	221.665
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda.	158.393	-	(6.500)	5.967	-	-	2.981	-	160.841
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	43.797	2.501	-	605	-	-	-	-	46.903
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	7.162	-	-	560	-	-	-	-	7.722
SLC Paiaguás Emp. Agr. Ltda.	241.015	-	(15.549)	63.422	-	-	1.267	-	290.155
SLC Perdizes Emp. Agr. Ltda.	75.414	-	-	2.703	-	-	-	-	78.117
	1.998.838	8.301	(63.066)	161.129	(2.149)	55.601	4.248	498	2.163.400

(1) A Companhia possui controle sobre a Fazenda Pioneira Empreendimentos Agrícolas S.A. e SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. por ser a responsável pela gestão das atividades relevantes destas empresas, estando exposta aos retornos variáveis do investimento em função de seu poder sobre ele.

Notas Explicativas**11. Investimentos (Controladora)--Continuação**

A seguir apresentamos as principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes, em 31 de dezembro de 2017:

Controladas Diretas e Indiretas							
Empresas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas
Fazenda Planorte Emp. Agr. Ltda.	35	231.910	2.110	45.066	184.769	11.909	5.868
Fazenda Pioneira Emp. Agr. S.A.	61.321	132.916	100.597	32.681	60.959	87.113	87.373
SLC-MIT Emp. Agr. S.A.	166.391	103.202	140.548	23.986	105.059	198.785	179.685
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	188	745.873	11.574	529	733.958	54.580	451
Fazenda Pamplona Emp. Agr. Ltda	29	166.713	160	4.682	161.900	7.428	1.583
Fazenda Planalto Emp. Agr. Ltda.	87	234.925	245	7.312	227.455	11.708	2.670
Fazenda Palmares Emp. Agr. Ltda	2.285	163.459	308	1.794	163.642	9.643	4.287
Fazenda Parnaguá Emp. Agr. Ltda.	71	50.542	244	3.043	47.326	2.354	1.639
Fazenda Parnaíba Emp. Agr. Ltda.	80	228.139	1.887	8.179	218.153	12.364	6.493
SLC Paiaguás Emp. Agrícolas Ltda.	114.176	195.942	5.489	8.840	295.789	127.749	66.191
SLC Perdizes Emp. Agrícolas Ltda.	715	90.159	6.633	3.694	80.547	7.180	4.719
SLC LandCo Emp. Agrícolas S.A.	49.526	516.044	1.938	-	563.632	24.943	6.172
Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.	3.803	136.011	195	3.709	135.910	9.886	2.326
Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda	2.425	116.562	49	2.140	116.798	4.253	990
Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.	5.249	116.362	128	2.055	119.428	7.246	1.957
SOPER Agrícola Ltda	392	2.116	3	7	2.498	209	57
Fazenda Parceiro Emp. Agr. Ltda.	62.643	88.465	2.937	1.350	146.821	61.045	31.199
Fazenda Paineira Emp. Agr. Ltda.	5.467	128.608	5.550	1.564	126.961	10.242	1.030

Incorporação de controlada

Em 01 de novembro de 2017, a controlada Catuaí Norte Participações S.A. foi incorporada pela SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S.A., sua controladora integral, a valores de livros, não acarretando em alteração do capital social tampouco em impactos no resultado do exercício.

A reestruturação societária visa maior eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como na redução dos custos operacionais dessas sociedades, atendendo aos interesses dos sócios.

A tabela abaixo resume os ativos e passivos em 01 de novembro de 2017, data da incorporação:

	Catuaí Norte Participações S.A
Investimentos	2.465
Demais ativos	10
Passivos	(21)
Total dos ativos identificáveis, líquido	2.454

Notas Explicativas

12. Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Controladora					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Transferências	Reclassificação (*)	
Correção e desenvolvimento do solo	334.343	23.004	(42)	-	-	357.305
Prédios e benfeitorias	133.110	243	(60)	24.100	-	157.393
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	601.283	32.609	(18.703)	6.740	(2.350)	619.579
Veículos	32.254	2.891	(1.046)	14	(270)	33.843
Móveis e utensílios	12.424	780	(431)	444	-	13.217
Equipamentos e instalações de escritório	10.353	1.719	(352)	-	-	11.720
Outros	2.070	177	(201)	-	-	2.046
Obras em andamento	36.960	43.511	(91)	(31.298)	-	49.082
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	4.239
Total	1.167.036	104.934	(20.926)	-	(2.620)	1.248.424

(*) Reclassificação para bens disponíveis para venda

Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Correção e desenvolvimento do solo	240.637	18.015	-	-	-	258.652
Prédios e benfeitorias	24.646	5.045	-	-	-	29.691
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	309.297	41.165	(15.492)	-	-	334.970
Veículos	14.791	2.062	(833)	-	(255)	15.765
Móveis e utensílios	5.237	835	(241)	-	-	5.831
Equipamentos e instalações de escritório	6.819	1.342	(345)	-	-	7.816
Plantas portadoras	2.119	1.414	-	-	-	3.533
Total	603.546	69.878	(16.911)	-	(255)	656.258

Valor residual líquido	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
Correção e desenvolvimento do solo	93.706	98.653
Prédios e benfeitorias	108.464	127.702
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	291.985	284.609
Veículos	17.464	18.078
Móveis e utensílios	7.187	7.386
Equipamentos e instalações de escritório	3.534	3.904
Outros	2.070	2.046
Obras em andamento	36.960	49.082
Plantas portadoras	2.120	706
Total	563.490	592.166

Notas Explicativas**12. Imobilizado--Continuação**

Custo do imobilizado bruto	Consolidado					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação (*)	
Terras de cultura	1.820.821	4.400	(84.536)	-	16.881	1.757.566
Correção e desenvolvimento do solo	520.035	32.027	(219)	-	-	551.843
Prédios e benfeitorias	287.893	1.779	(847)	29.239	182	318.246
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	688.931	37.060	(18.645)	6.740	(2.350)	711.736
Veículos	39.008	3.440	(1.165)	14	(270)	41.027
Móveis e utensílios	14.163	987	(584)	444	-	15.010
Equipamentos e instalações de escritório	15.447	1.907	(523)	-	-	16.831
Outros	5.700	213	(128)	-	-	5.785
Obras em andamento	48.139	48.641	(96)	(36.437)	(182)	60.065
Plantas portadoras	4.239	-	-	-	-	4.239
Total	3.444.376	130.454	(106.743)	-	14.261	3.482.348

(*) Reclassificação de propriedade para investimentos no montante de R\$ 16.881 e reclassificação para bens disponíveis para venda no montante de R\$2.620

Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Correção e desenvolvimento do solo	334.991	28.939	(44)	-	-	363.886
Prédios e benfeitorias	63.242	9.829	-	-	-	73.071
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	326.641	48.466	(15.593)	-	-	359.514
Veículos	17.577	2.260	(911)	-	(255)	18.671
Móveis e utensílios	5.540	983	(281)	-	-	6.242
Equipamentos e instalações de escritório	7.894	1.626	(374)	-	-	9.146
Outros	308	-	-	-	-	308
Plantas portadoras	2.119	1.414	-	-	-	3.533
Total	758.312	93.517	(17.203)	-	(255)	834.371

Valor residual líquido	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2017
Terras de cultura	1.820.821	1.757.566
Correção e desenvolvimento do solo	185.044	187.957
Prédios e benfeitorias	224.651	245.175
Equipamentos agrícolas e instalações industriais	362.290	352.222
Veículos	21.431	22.356
Móveis e utensílios	8.623	8.768
Equipamentos e instalações de escritório	7.553	7.685
Outros	5.392	5.477
Obras em andamento	48.139	60.065
Plantas portadoras	2.120	706
Total	2.686.064	2.647.977

Notas Explicativas

12. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 as obras em andamento estavam substancialmente representadas pela construção de alojamentos, depósitos, oficinas, refeitórios, abrigos, assim como, na realização de terraplenagem e na perfuração de poços de irrigação no valor de R\$ 37.823. As construções e melhorias na unidade de armazenamento de grãos nas fazendas Paiaguás, Paladino e Pamplona representa R\$ 17.126. Construções e melhorias na algodoeira das fazendas Pamplona, Planeste, Planorte e Paiaguás representam R\$ 5.116. O valor de juros que foram capitalizados às obras em andamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 3.359 (R\$ 5.315 em 31 de dezembro de 2016). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de aproximadamente 8,34% a.a.

As baixas de terras de cultura no consolidado se referem a vendas de terras, conforme comentado na nota 10.

Em 31 de dezembro de 2017, existiam bens do ativo imobilizados dados em garantia à empréstimos bancários e processos judiciais no valor de R\$ 625.167 (R\$ 533.604 em 31 de dezembro de 2016).

13. Propriedades para investimento

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reclassificações (*)	Ajuste sobre o valor justo atribuído a propriedade para investimento
Terras de cultura	109.528	-	(16.881)	-
Prédios e benfeitorias	2.015	-	-	-
Correção e desenvolvimento do solo	10.783	254	(83)	-
Ganho no valor justo	88.318	-	-	8.309
Total	210.644	254	(16.964)	8.309
Ajuste de valor justo – resultado do exercício				5.234
Ajuste de valor justo – patrimônio líquido				3.075

(*) Reclassificação de propriedade para investimentos para imobilizado, no montante de R\$16.964.

Propriedades para investimentos incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes e que são arrendadas para terceiros.

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes, em 24 de outubro de 2017. A Companhia realiza anualmente, a avaliação do valor justo dos bens registrados como propriedades para investimento.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes. Nesse método, ajustes são procedidos através da utilização de fatores que visam corrigir eventuais diferenças entre os bens disponíveis no mercado e o bem objeto da avaliação. Para determinação do valor justo das propriedades para investimento a Companhia adota o “Nível 3”.

Notas Explicativas**13. Propriedades para investimento**Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de alugueis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. No exercício de 2017 a receita de aluguel totalizou R\$3.613 (R\$3.343 em 2016).

14. Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos e as transações da Controladora com partes relacionadas são os seguintes:

a) Saldos com partes relacionadas

Saldos a receber com partes relacionadas:

	Outras contas a receber	
	31/12/2017	31/12/2016
Controladas diretamente		
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	810	-
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	61	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	3	179
SLC Investimentos Agrícolas Ltda	6	5
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A	156	2
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	12	5
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	6	5
Fazenda Parnaguá Empr. Agr. Ltda	248	823
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	6	5
SLC Paiaguas Empr. Agr. Ltda	12	5
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda	6	5
Controladas indiretamente		
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	45	1.884
SLC LandCo Emp. Agr. S.A.	-	44
SLC - MIT Empr. Agr. S.A	490	-
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda	5.173	5.172
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	66	5
Outras partes relacionadas	-	3
Total	7.100	8.142

Notas Explicativas**14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação****a) Saldos com partes relacionadas--Continuação***Saldos a pagar com partes relacionadas:*

	Arrendamentos a pagar		Outras contas a pagar		Total a pagar	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas diretamente						
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda	2.821	3.921	-	-	2.821	3.921
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda	3.066	4.331	-	-	3.066	4.331
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda	1.901	2.637	-	-	1.901	2.637
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda	2.277	4.306	-	-	2.277	4.306
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A	300	-	-	-	300	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda	1.300	1.255	-	-	1.300	1.255
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda	-	71	-	-	-	71
SLC Paiguas Empr. Agr. Ltda	1.700	6.001	-	-	1.700	6.001
Controladas indiretamente						
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda	3.207	2.952	-	-	3.207	2.952
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda	2.298	2.114	-	-	2.298	2.114
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda	1.352	1.352	-	-	1.352	1.352
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda	146	-	-	-	146	-
SLC - MIT Empr. Agr. S.A	-	-	-	466	-	466
Soper Agrícola Ltda.	66	56	-	-	66	56
SLC Landco Empr. Agr. S.A.	77	105	-	-	77	105
Fazenda Paineira Empr. Agr. Ltda	2.376	-	-	-	2.376	-
Controladora						
SLC Participações S.A.	-	-	245	863	245	863
Outras partes relacionadas						
SLC Alimentos S.A.	-	-	8	33	8	33
Outras Partes Relacionadas	-	-	-	54	-	54
Total	22.887	29.101	253	1.416	23.140	30.517

A SLC Participações S.A. é o controlador final da Companhia. Não há transações relevantes com o controlador, exceto pagamento de dividendos.

Notas Explicativas

14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Transações com partes relacionadas

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado/Prestação de Serviço	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Aluguéis/TT corporativa	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Fee de garantia
Fazenda Planorte Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	11.896	-	-	-
Total em 31/12/2016	140	4.916	13	1.460	-
Fazenda Parnaíba Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	12.330	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	18.905	-	-	-
Fazenda Parnagua Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	1.317	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	773	-	-	-
Fazenda Perdizes Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	3.628	-	214	-	-
Total em 31/12/2016	4.315	-	132	-	-
Fazenda Pamplona Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	7.377	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	8.532	-	-	-
Fazenda Planalto Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	11.625	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	13.583	-	-	-
SLC Paiaguás Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	13.563	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	20.423	-	-	-
Fazenda Palmares Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	6.007	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	9.206	-	-	-
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	4.273	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	7.100	-	-	-
Fazenda Panorama Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	4.730	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	6.188	-	-	-

Notas Explicativas

14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Transações com partes relacionadas--Continuação

	Vendas de Mercadorias/ Produtos/ Imobilizado/Prestação de Serviço	Custos de Arrendamentos	Compras de Mercadorias/ Produtos/Aluguéis/Tratamento corporativa	Receitas Financeiras - Juros e Variação Monetária	Despesas Financeiras - Fee de garantia
Fazenda Planeste Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	6.605	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	8.543	-	-	-
Fazenda Piratini Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	3.024	-	-	-
Total em 31/12/2016	160	3.749	-	-	-
Fazenda Parceiro Empr. Agr. Ltda					
Total em 31/12/2017	-	812	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	1.154	-	-	-
Fazenda Pioneira Empr. Agr. S.A					
Total em 31/12/2017	3.025	-	820	-	-
Total em 31/12/2016	1.352	-	-	-	-
SLC-MIT Empr. Agr. S.A					
Total em 31/12/2017	4.712	-	1.595	-	223
Total em 31/12/2016	2.930	-	786	-	-
SLC Landco Empr. Agr. S.A.					
Total em 31/12/2017	-	1.826	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	1.231	-	-	-
SOPER Agrícola Ltda.					
Total em 31/12/2017	-	112	-	-	-
Total em 31/12/2016	-	162	-	-	-
Outras Empresas					
Total em 31/12/2017	-	-	2.240	-	661
Total em 31/12/2016	-	-	321	-	-
Total					
Total em 31/12/2017	11.365	85.497	4.869	-	884
Total em 31/12/2016	8.897	104.465	1.252	1.460	-

Notas Explicativas

14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Contratos de arrendamento a pagar

O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e outras culturas em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento.

A partir de 02 de janeiro de 2011, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada SLC Empreendimentos e Agricultura Ltda e suas controladas. Com a cisão ocorrida em 02 de janeiro de 2014 os direitos e obrigações foram transferidos para as novas empresas constituídas, sendo elas: Fazenda Parnaguá Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Pamplona Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Planalto Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Perdizes Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Paiaguás Empreendimentos Agrícolas Ltda., Fazenda Palmares Empreendimentos Agrícolas Ltda., SLC Investimentos Agrícolas Ltda. O contrato de arrendamento tem como prazo mínimo de 20 anos, sendo que a renovação depende da vontade das partes, no entanto os arrendatários possuem preferência.

A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indireta) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. e suas controladas, por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 01 de setembro de 2013, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado entre a controlada (indireta) SOPER Agrícola Ltda e a Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda. Em 01 de setembro de 2015 ocorreu a cisão parcial da Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., passando esse contrato a vigorar com a SLC Agrícola S.A.

A partir de 01 de setembro de 2015, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada (indireta) SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A., por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 18 de novembro de 2015, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., por um prazo mínimo de 20 anos.

A partir de 19 de setembro de 2016, passou a vigorar contrato de arrendamento rural celebrado com a controlada Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda., por um prazo mínimo de 20 anos.

Notas Explicativas**14. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação****c) Contratos de arrendamento a pagar--Continuação**

Em 31 de dezembro de 2017, o preço anual do arrendamento, no valor de R\$94.452, referente à safra 2017/18, pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Moeda	Valor	
		2017	2016
Fazenda Planalto	R\$	13.426	12.883
Fazenda Pamplona	R\$	8.082	7.890
Fazenda Planeste	R\$	9.594	8.831
Fazenda Panorama	R\$	6.864	6.324
Fazenda Piratini	R\$	4.044	4.044
Fazenda Palmares	R\$	8.421	9.015
Fazenda Paiaguás	R\$	11.862	17.954
Fazenda Parceiro	R\$	162	1.136
Fazenda Perdizes	R\$	5.326	6.274
Fazenda Parnaíba	R\$	12.614	14.124
Fazenda Parnaguá	R\$	1.420	1.054
Fazenda Planorte	R\$	12.637	14.708
Total		94.452	104.237

O preço do arrendamento é pago anualmente, pelo seu valor em reais, convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação.

d) Honorários da administração

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (Estatutários).

Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica na demonstração do resultado e está detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pró-labore	5.299	5.114	5.975	5.753
Gratificações	2.527	2.586	2.681	2.933
Encargos	2.267	2.117	2.479	2.319
Plano de opções de ações	1.335	1.945	1.582	2.301
Outros benefícios	266	41	269	48
Total	11.694	11.803	12.986	13.354

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos

		Taxas médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
	Indexador	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Aplicados no Imobilizado</u>							
Finame – BNDES	Pré, TJLP* e Cesta de Moedas	5,58%	7,08%	67.104	124.141	111.718	177.635
Fundos constitucionais	Pré	-	7,23%	-	6.980	-	6.980
Financiamento de investimento	US\$ e Libor**	-	6,50%	-	3.787	-	3.787
				67.104	134.908	111.718	188.402
<u>Aplicados no Capital de giro</u>							
Crédito rural	Pré	8,07%	12,82%	103.092	388.441	172.755	479.468
Fundos constitucionais**	Pré	-	10,50%	-	271.799	-	311.987
CRA	CDI	7,06%	-	201.161	-	201.161	-
Capital de giro	Pré	7,57%	-	176.098	-	235.554	-
Financiamento à exportação	Pré	9,00%	-	-	-	13.413	-
Financiamento à exportação	CDI	8,05%	13,30%	544.704	416.010	571.411	416.010
Financiamento à exportação	US\$, Libor	6,10%	5,62%	82.807	156.718	82.808	156.718
Financiamento à exportação	Swap US\$/CDI, Pré	3,45%	3,52%	200.354	313.243	200.354	348.660
				1.308.216	1.546.211	1.477.456	1.712.843
				1.375.320	1.681.119	1.589.174	1.901.245
Parcela classificada no circulante				703.723	978.891	860.976	1.155.641
Parcela classificada no não circulante				671.597	702.228	728.198	745.604

(*) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

(**) Libor (*London Interbank Offered Rate*): Taxa de juros cobrados pelos bancos de Londres, que serve como referência para a maioria dos empréstimos do sistema financeiro internacional.

Finame – BNDES – Linhas de investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da Companhia e da SLC Participações S.A. (controladora). As amortizações são realizadas em base mensal, anual e semestral, após o período de carência, e se darão entre os períodos de 15/01/2018 a 15/05/2032.

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Crédito Rural – Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. São garantidos por aval da Companhia, e, em algumas operações, pelo penhor da safra. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimentos entre os períodos de 27/09/2018 e 16/11/2018.

Financiamento à Exportação – Financiamento das exportações com linhas de curto e longo-prazo captado em reais ou dólar indexado a Libor 6 meses (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré fixada ou somente taxa pré fixada: ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio), NCE (Nota de Crédito de Exportação) e PPE (Pré Pagamento de Exportação). A periodicidade das suas amortizações é anual, semestral ou conforme prazo negociado, com vencimentos entre os períodos de 12/01/2018 e 14/08/2020. São garantidos por aval da Companhia ou da SLC Participações S.A. (controladora) com hipoteca de terras ou “*clean*”. Estes contratos preveem o cumprimento de certos compromissos (“*covenants*”) aprovados pela Companhia (Liquidez Corrente, Participação de Capital de Terceiros, Dívida Financeira Líquida sobre o Ebitda e Liquidez de Caixa), conforme demonstrado abaixo.

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Títulos de renda fixa, emitidos pela securitizadora Cibrasec em nome da SLC Agrícola, lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. É garantido por hipoteca de terras. A periodicidade da sua amortização é de três anos, com juros semestrais, e pagamento no principal na data de vencimento, no dia 30/11/2020.

Capital de Giro – Linha em dólar, de curto prazo, com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 13/08/2018 e 23/11/2018. Lastreado em estoque ou produção. A amortização do principal é realizada ao final do contrato.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

Anos de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	978.891	-	1.155.641
2018	703.723	385.721	860.976	393.994
2019	476.650	252.732	493.028	258.779
2020	160.626	18.980	176.862	24.760
2021	9.546	16.094	15.023	21.602
2022	7.169	10.702	12.096	15.340
Após 2022	17.606	17.999	31.189	31.129
	1.375.320	1.681.119	1.589.174	1.901.245

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 22.

Cláusulas contratuais de compromissos financeiros (Covenants)

Os contratos classificados como “Financiamentos a Exportação” prevêm o cumprimento de compromissos financeiros (*Covenants*) das datas base de encerramento de cada exercício social aplicáveis à Companhia, conforme segue:

- (i) Índice de liquidez corrente (AC/PC): ativo circulante dividido pelo passivo circulante consolidado, igual ou superior a 1,2x (um vírgula duas vezes);
- (ii) Passivo total consolidado/ patrimônio líquido tangível: passivo total dividido pelo patrimônio líquido menos os ativos intangíveis do consolidado, igual ou inferior a 1,5x (um vírgula cinco vezes);
- (iii) Alavancagem líquida consolidado (dívida líquida financeira total consolidado/EBITDA consolidado): empréstimos e financiamentos totais, menos a posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa", menos os investimentos de curto prazo, dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização dos últimos 12 (doze) meses, igual ou inferior a 4,0x (quatro vezes);
- (iv) Liquidez de caixa consolidado: posição de caixa, bancos e "equivalentes de caixa" mais aplicações de curto prazo, igual ou superior a R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais).

O não cumprimento das cláusulas contratuais de compromissos financeiros pode ocasionar o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos.

A Companhia está em conformidade com todas as cláusulas de compromisso em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

16. Provisão para riscos tributários, ambientais e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, foi registrada provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$1.890 na controladora e R\$2.116 no consolidado (R\$1.974 em 31 de dezembro de 2016 na controladora e R\$2.086 no consolidado). Referem-se a ações judiciais movidas por ex-funcionários, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. O valor referente a processos trabalhistas cuja perda foi classificada como possível e portanto, nenhuma provisão foi constituída, totalizava R\$1.079 na controladora e R\$1.377 no consolidado (R\$ 929 e R\$ 964, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia registrou provisão para processos ambientais no valor de R\$330 (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2017, cuja probabilidade de perda foi apontada como provável por nossa assessoria jurídica. A Companhia identifica ainda a existência de processos ambientais cujo risco de perda, de acordo com sua assessoria jurídica, é possível para o valor de aproximadamente R\$814 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.917 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há provisão contabilizada. Estes processos referem-se a ações movidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA e Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado do Goiás – SECIMA.

O valor referente a processos tributários cuja perda foi considerada como possível pela assessoria jurídica e, conseqüentemente, nenhuma provisão para estas ações foi registrada, foi de R\$17.519 na controladora e de R\$20.261 no consolidado (R\$ 8.929 e R\$ 17.638, respectivamente em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia respeita e procura atender a todas as questões ambientais, legais, e faz do respeito ao meio ambiente, colaboradores e demais partes interessadas um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas modernas com a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade. Estas ações tomam proporções maiores que o mero cumprimento da legislação, reforçadas através do processo atual de implantação de um Sistema de Gestão Integrado - SGI, balizado nas normas ISO 14001 (Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Gestão da Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR 16001 (Gestão da Responsabilidade Social).

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos.

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados a seguinte natureza:

Descrição	Controladora					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para ajuste de estoque	-	-	-	124	45	169
Provisão para participação nos resultados	5.969	2.149	8.118	611	220	831
Operações com derivativos	25.636	9.229	34.865	15.485	5.575	21.060
Provisão para Senar	2.493	897	3.390	2.372	854	3.226
Outras	2.021	729	2.750	1.712	616	2.328
Prejuízos fiscais e base negativa	2.602	1.320	3.922	30.281	11.049	41.330
	38.721	14.324	53.045	50.585	18.359	68.944
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	69.625	25.065	94.690	68.407	24.627	93.034
Ganho em aquisição de participação societária	5.647	2.033	7.680	5.647	2.033	7.680
Custo atribuído ativo imobilizado	18.935	6.817	25.752	17.924	6.453	24.377
Valor justo ativos biológicos	21.331	7.679	29.010	15.935	5.736	21.671
	115.538	41.594	157.132	107.913	38.849	146.762
Total líquido	(76.817)	(27.270)	(104.087)	(57.328)	(20.490)	(77.818)

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Descrição	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para ajuste de estoque	-	-	-	124	45	169
Provisão para participação nos resultados.	6.736	2.425	9.161	677	244	921
Provisão para perdas tributárias			-	32	12	44
Operações com derivativos	26.065	9.383	35.448	17.516	6.306	23.822
Provisão para Senar	2.493	897	3.390	2.372	854	3.226
Outras	2.726	1.006	3.732	1.862	670	2.532
Prejuízos fiscais e base negativa	48.175	17.727	65.902	77.256	27.960	105.216
	86.195	31.438	117.633	99.839	36.091	135.930
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	99.297	35.670	134.967	98.745	35.450	134.195
Ganho em aquisição de participação societária	5.539	1.994	7.533	5.539	1.994	7.533
Custo atribuído ativo imobilizado	69.875	28.659	98.534	114.748	44.316	159.064
Valor justo propriedades para investimento	1.933	1.043	2.976	1.767	954	2.721
Valor justo ativos biológicos	24.634	8.868	33.502	16.351	5.886	22.237
Outras	5.797	2.539	8.336	-	-	-
	207.075	78.773	285.848	237.150	88.600	325.750
Total líquido	(120.880)	(47.335)	(168.215)	(137.311)	(52.509)	(189.820)
Classificado no ativo não circulante	13.794	4.966	18.760	19.312	6.953	26.265
Classificado no passivo não circulante	(134.674)	(52.301)	(186.975)	(156.623)	(59.462)	(216.085)

Em 01 de Setembro de 2015, motivado pela reorganização societária do Grupo, a controlada “Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda.” que detinha terras de cultura no montante de R\$ 179.804 foi cindida parcialmente e incorporada pela Companhia. No exercício subsequente à incorporação, a Companhia e a controlada entenderam como adequado a manutenção da opção de tributação “Lucro Real”. Durante o exercício atual, alinhado ao planejamento tributário do Grupo, elegeu-se a tributação pelo lucro presumido, regime de caixa, tendo como motivo principal a potencial redução de tributos, visto o objeto social da controlada (venda de terras de cultura e arrendamento de terras).

Em função da alteração na forma de tributação sobre o lucro, a estimativa sobre a realização dos tributos diferidos também foi alterada. Os impostos diferidos foram recalculados tendo como base de presunção de lucro um percentual de 3,08% para Imposto sobre a renda (IR) e para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O impacto da mudança de estimativa afetou exclusivamente o montante de tributos diferidos alocados à atribuição de mais valia do imobilizado, decorrentes da adoção do deemed cost em 01 de janeiro de 2009, resultando na redução de R\$ 55.601 no imposto de renda e contribuição social diferidos (Passivo) e um aumento no mesmo montante em ajustes de avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido).

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

A mudança nas estimativas de tributos diferidos, não afetaram os componentes de resultados do período, considerando que no momento da adoção inicial do deemed cost e os correspondentes valores de tributos diferidos foram contabilizados diretamente em Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Essa mudança de estimativa não teve qualquer efeito nos fluxos de caixa da Companhia ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas, baseadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. O estudo técnico considera os investimentos e os incentivos de redução de imposto de renda de até 75% sobre o lucro da exploração das fazendas localizadas em regiões incentivadas.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	62.551	-	67.001
2018	52.319	6.393	63.908	19.180
2019	726	-	10.490	11.173
2020	-	-	4.676	11.956
2021	-	-	4.251	9.155
2022	-	-	4.532	4.300
2023	-	-	4.825	3.548
2024	-	-	5.117	3.548
2025	-	-	6.137	3.548
2026	-	-	4.792	2.521
2027	-	-	8.905	-
	53.045	68.944	117.633	135.930

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

Conciliação da alíquota efetiva da Controladora:

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	457.505	457.505	6.299	6.299
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(114.376)	(41.175)	(1.575)	(567)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	40.282	14.502	21.729	7.823
Adições e exclusões permanentes	(1.664)	(336)	(3.342)	(1.203)
Outros	1.584	19	517	264
Valor registrado no resultado	(74.174)	(26.990)	17.329	6.317
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(101.164)		23.646
Impostos diferidos		(41.516)		27.558
Impostos correntes		(59.648)		(3.912)
Taxa efetiva		22,1%		-375,4%

Conciliação da alíquota efetiva do consolidado:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	500.990	500.990	(4.161)	(4.161)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(125.248)	(45.089)	1.040	374
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Adições e exclusões permanentes	(1.753)	(354)	(10.990)	(3.956)
Imposto de renda e contribuição social em controladas tributadas pelo regime de lucro presumido	28.979	9.769	26.164	9.345
Eliminação lucro não realizado	32	12	(2.539)	(913)
Outros	1.908	16	1.043	233
Valor registrado no resultado	(96.082)	(35.646)	14.718	5.083
Total dos impostos e contribuições sobre a renda		(131.728)		19.801
Impostos diferidos		(54.567)		46.863
Impostos correntes		(77.161)		(27.061)
Taxa efetiva		26,3%		475,9%

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:

Controladora					
Descrição	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação	Reconhecidos no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2017
Provisão para ajuste de estoque	169	-	(169)	-	-
Provisão para participação nos resultados	831	-	7.287	-	8.118
Operações com derivativos	21.060	-	(1.985)	15.790	34.865
Provisão para Senar	3.226	-	164	-	3.390
Outras	2.328	-	422	-	2.750
Prejuízos fiscais e base negativa	41.330	(856)	(36.552)	-	3.922
Depreciação incentivada atividade rural	(93.034)	-	(1.656)	-	(94.690)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.680)	-	-	-	(7.680)
Custo atribuído ativo imobilizado	(24.377)	313	(1.688)	-	(25.752)
Valor justo ativos biológicos	(21.671)	-	(7.339)	-	(29.010)
Total	(77.818)	(543)	(41.516)	15.790	(104.087)
Passivo não circulante	77.818		-		104.087

Consolidado					
Descrição	Saldo em 31/12/2016	Reclassificação	Reconhecidos no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2017
Provisão para ajuste de estoque	169	-	(169)	-	-
Provisão para participação nos resultados	921	-	8.240	-	9.161
Provisão para perdas tributárias	44	-	(44)	-	-
Operações com derivativos	23.822	-	(6.375)	18.001	35.448
Provisão para Senar	3.226	-	164	-	3.390
Outras	2.532	-	1.200	-	3.732
Prejuízos fiscais e base negativa	105.216	-	(39.314)	-	65.902
Depreciação incentivada atividade rural	(134.195)	-	(772)	-	(134.967)
Ganho em aquisição de participação societária	(7.533)	-	-	-	(7.533)
Custo atribuído ativo imobilizado	(159.064)	899	2.265	57.366	(98.534)
Valor justo propriedades para investimento	(2.721)	-	(161)	(94)	(2.976)
Valor justo ativos biológicos	(22.237)	-	(11.265)	-	(33.502)
Outras	-	-	(8.336)	-	(8.336)
Total	(189.820)	899	(54.567)	75.273	(168.215)
Ativo não circulante	26.265				18.760
Passivo não circulante	(216.085)				(186.975)

Notas Explicativas**17. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**Programa de regularização tributária

Em 29 de setembro de 2017, a Companhia e suas controladas Fazenda Planorte Empreendimentos Agrícolas Ltda. e Fazenda Parnaíba Empreendimentos Agrícolas Ltda., aderiram ao programa de regularização tributária, denominado PERT, conforme MP 783, de 31 de maio de 2017. Neste programa, a Companhia e suas controladas regularizaram débitos fiscais no total de R\$1.304, com a utilização de prejuízo fiscal no montante de R\$ 859, correspondente a 66% do total dos débitos e o restante, no montante de R\$ 445, será pago pela compensação com saldo negativo de períodos anteriores. Esse montante será quitado no mês de janeiro de 2018, de acordo com a MP 783, de 31 de maio de 2017.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem contabilizado R\$ 445 e R\$ 1.304, na controladora e consolidado, respectivamente, referente ao principal, multa e juros pela adesão a este programa. Esse valor está contabilizado na rubrica de "obrigações Sociais".

18. Títulos a pagar (Consolidado)

A Companhia, por meio de suas controladas, possui contratos referentes à compra de terras, para seu uso e exploração. Estas aquisições são indexadas pela cotação da saca de soja na região em que o imóvel foi adquirido ou pelo IGP-M. Desta forma, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidades de sacas de soja, na data de cada balanço.

A seguir demonstramos a movimentação desta rubrica:

	Indexados em Sacas de Soja	Preço Fixo	Indexados em IGP-M	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.234	25.256	33.323	81.813
Pagamentos	(10.570)	(21.825)	(35.583)	(67.978)
Variação monetária	(1.096)	-	-	(1.096)
Juros/Despesas	-	2.544	2.260	4.804
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.568	5.975	-	17.543

19. Patrimônio líquidoa) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o Capital Social subscrito, no valor de R\$947.522 está representado por 98.897.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas**19. Patrimônio Líquido--Continuação****a) Capital social - continuação**

A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Acionista	Número de Ações	
	31/12/2017	31/12/2016
SLC Participações S.A.	50.469.371	50.469.371
Administradores e pessoas vinculadas	69.477	29.203
Ações em tesouraria	2.866.778	1.742.293
Outros	45.491.874	46.656.633
Total ações do capital integralizado	98.897.500	98.897.500
(-) Ações em tesouraria	(2.866.778)	(1.742.293)
Total de ações em circulação – excluindo ações em tesouraria	96.030.722	97.155.207

b) Reserva de capital - Ágio na emissão de ações

Representada pelos ágios recebidos nas ofertas públicas de ações ocorridas em junho de 2007 e junho de 2008 e pelo ágio nas vendas de ações em tesouraria realizadas em conexão com os planos de opções de ações, deduzido dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas), líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (R1) (IFRS 2).

c) Ações em tesouraria

A Companhia adquiriu ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior utilização no Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa 24), conforme deliberação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 29 de outubro de 2008.

O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 é de R\$60.596 e está composto por 2.866.778 ações (R\$30.652 em 31 de dezembro de 2016, composto por 1.742.293 ações).

O valor de mercado das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa, anterior à data de encerramento do exercício social foi de R\$76.457(R\$26,67 por ação) em 31 de dezembro de 2017 e R\$25.385 (R\$14,57 por ação) em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

19. Patrimônio Líquido--Continuação

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício limitada a 20% do capital social. Conforme previsão do Estatuto Social em seu artigo 35, alínea a, no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia constituiu reserva de legal de R\$ 17.600.

e) Reserva para expansão

De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva para Expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do capital social.

Em reunião realizada em 15 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$200.000 apurados na data de 30 de junho de 2017, à conta de reserva de lucros ("reserva para expansão"), correspondente a R\$ 2,06984255 por ação ordinária, excluídas as ações em tesouraria, com pagamento ocorrido no dia 10 de outubro de 2017.

A distribuição visa adequar o tamanho da reserva de expansão da Companhia, baseado no bom resultado corrente e na sua excessividade neste momento, justificando, assim, a distribuição dos dividendos intercalares.

f) Reserva de retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 refere-se ao saldo remanescente de resultados acumulados do exercício de 2007, que foi retido como reserva de retenção de lucros para a realização de novos investimentos, previstos em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 196 de Lei 6.404/76.

Notas Explicativas**19. Patrimônio líquido--Continuação****g) Reserva de investimento incentivada**

Corresponde a benefícios fiscais concedidos pelos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e de Goiás, pela redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75%, na forma de crédito presumido, para as operações de algodão, caroço de algodão e milho.

h) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Em 26 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor total de R\$14.223, equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, correspondendo a R\$ 0,14647 por cada ação ordinária, sendo R\$7.112 como dividendo mínimo obrigatório e R\$7.111 como dividendo adicional sobre o exercício de 2016, tendo como base o número total de ações (98.897.500) subtraído do número total de ações em tesouraria (1.742.293). O pagamento dos dividendos ocorreu em 10 de maio de 2017.

A composição dos cálculos dos dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ficou assim distribuído:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	356.341	29.945
Apropriação da reserva legal	(17.600)	(1.497)
Apropriação da reserva investimento incentivada	(4.367)	-
Base de cálculo dos dividendos propostos	334.374	28.448
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	83.595	7.112
Dividendo adicional proposto - 35% (a)	116.405	7.112
Dividendos propostos	200.000	14.224
% sobre o lucro líquido	60%	50%

(a) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em abril de 2018.

Notas Explicativas**19. Patrimônio Líquido--Continuação****i) Resultado por ação**

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício do consolidado e da controladora com os valores usados para calcular o lucro líquido (prejuízo) por ação básico e diluído.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações aprovadas a partir de 2007.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício dos planos de opções de ações.

	31/12/2017	31/12/2016
<i>Numerador</i>		
Lucro líquido do exercício (a)	356.341	29.945
<i>Denominador</i>		
Média ponderada do número de ações ordinárias (b)	95.939.133	97.091.249
Média ponderada do número de ações ordinárias, considerando efeitos dilutivos (c)	96.513.720	97.256.704
Lucro básico por ação ordinária (a/b)	3,71424	0,30842
Lucro diluído por ação ordinária (a/c)	3,69213	0,30790

j) Outros resultados abrangentes

Os outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, são compostos como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
<i>Hedge accounting</i>	(31.733)	3.214
Custo atribuído de ativo imobilizado e ajuste a valor justo de propriedades para investimento	1.116.556	1.100.662
Ganho em diluição de capital de controladas	25.909	25.909
Total de outros resultados abrangentes	1.110.732	1.129.785

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(117.217)	(123.813)	(142.366)	(148.648)
Variação cambial	(57.944)	(108.659)	(69.358)	(129.600)
Variação monetária	(5.660)	(12.153)	(7.516)	(19.257)
Perdas com operações de derivativos	(45.979)	(176.491)	(49.368)	(199.634)
Outras	(5.768)	(13.885)	(7.540)	(16.993)
	(232.568)	(435.001)	(276.148)	(514.132)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	54.026	61.545	68.287	81.341
Variação cambial	64.193	187.860	80.112	223.087
Variação monetária	3.501	11.510	5.587	18.220
Ganhos com operações de derivativos	28.922	65.364	29.373	72.026
Outras	142	4.208	326	4.982
	150.784	330.487	183.685	399.656
Resultado financeiro	(81.784)	(104.514)	(92.463)	(114.476)

21. Compromissos

21.1. Contratos de venda para entrega futura

A Companhia e suas controladas têm contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 16/17					
Milho	Jan/18	418.863	5	sc	R\$ 24,40
Algodão em Pluma	Jan/2018 - Maio/2018	13.372	16	ton	\$1.728,63
Safra 17/18					
Algodão em Pluma	Ago/2018 - Jun/2019	95.150	20	ton	\$1.735,02
Soja	Jun/2018 - Maio/2018	6.181.613	59	sc	\$18,62
Milho	Jan/2018 - Dez/2018	3.791.667	19	sc	R\$ 20,73
Consolidado					
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Preço
Safra 16/17					
Milho	Jan/18	418.863	5	sc	R\$ 24,40
Algodão em Pluma	Jan/2018 - Maio/2018	14.472	18	ton	\$1.725,10
Safra 17/18					
Algodão em Pluma	Ago/2018 - Jun/2019	103.400	24	ton	\$1.728,41
Soja	Jun/2018 - Maio/2018	7.321.132	67	sc	\$18,49
Milho	Jan/2018 - Dez/2018	4.118.333	21	sc	\$20,35

Notas Explicativas**21. Compromissos--Continuação****21.2. Contratos de arrendamentos de terceiros**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem contratados 136.446 hectares de arrendamento de terceiros, assim distribuídos:

Unidade	Localização	Área arrendada (em ha)	Vencimentos dos contratos	Valores (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo do arrendamento
Pamplona	Cristalina-GO	6.752	2023	8,75	Operacional
Planalto	Costa Rica-MS	1.603	2019	17,58	Operacional
Planeste	Balsas-MA	16.890	2027	8,35	Operacional
Panorama	Correntina-BA	14.404	2023	11	Operacional
Palmares	Barreiras-BA	15.249	2023	10,75	Operacional
Parnaíba	Tasso Fragoso-MA	27.408	2026	5,46	Operacional
Paiguás	Diamantino-MT	24.141	2027	9,2	Operacional
Parceiro	Formosa do Rio Preto-BA	10.644	2027	5,63	Operacional
Paladino	São Desidério - BA	19.355	2023	5	Operacional
Total		136.446			

Os compromissos futuros relacionados a esses contratos estão fixados em sacas de soja de acordo com o preço médio, na região de cada unidade, na data do seu respectivo pagamento.

Além do arrendamento de terras de culturas, a Companhia possui contratos de alugueis operacionais de unidade de beneficiamento de algodão na Fazenda Palmares (em Barreiras-BA, por R\$1.850 por ano, até 31 de agosto de 2023) e na Fazenda Paladino (em São Desidério-BA, por R\$ 1.000 por ano, até 31 de agosto de 2021).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos e alugueis mercantis operacionais, em Reais, da Companhia, são assim resumidos:

	Moeda	Controladora	Moeda	Consolidado
Pagamentos em até 1 ano	R\$	61.635	R\$	78.990
Pagamentos em mais de 1 ano e até 5 anos	R\$	207.500	R\$	288.297
Pagamentos em mais de 5 anos	R\$	69.705	R\$	154.112
Total de pagamentos mínimos futuros de arrendamentos	R\$	338.840	R\$	521.399

Notas Explicativas

21. Compromissos--Continuação

21.2. Contratos de arrendamentos de terceiros--Continuação

Cabe destacar que os contratos de arrendamento com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção. Por este motivo, os valores futuros mínimos serão normalmente estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data de cada balanço. Os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja.

Em relação aos contratos de arrendamento com terceiros informamos também que: (i) não temos cláusulas de pagamento contingente; (ii) não há termos de renovação ou de opções de compra, exceto para o contrato da Fazenda Planalto, relativo à 1.603 ha, o qual tem renovação anual; (iii) nossos contratos são indexados à variação do preço da saca de soja, conforme divulgado acima, não existindo outras cláusulas de reajustamento; (iv) não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As receitas de vendas da Companhia e de suas controladas são geradas principalmente pela comercialização de *commodities* agrícolas como algodão, soja e milho; produtos que são cotados em dólares nas bolsas internacionais *Chicago Board of Trade - CBOT* e *Intercontinental Exchange Futures US - ICE*. Desta forma, a volatilidade do preço internacional da *commodity* e da taxa de câmbio são riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contratam operações de financiamentos no mercado financeiro com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Portanto, a Companhia apresenta um risco à variação das taxas de juros no endividamento contratado com taxas de juros pós-fixadas.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2017, era, respectivamente, R\$639.894, e R\$690.284, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, e pode ser comparado com o valor contábil de R\$671.597 e R\$728.198 (nota explicativa 15).

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente, foi realizada utilizando o seguinte critério:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em base recorrente:

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

	Controladora			
	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 2 31/12/2017	Nível 2 31/12/2016
Ativos				
<u>Valor justo através do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	484.616	767.009	484.616	767.009
Aplicações financeiras curto prazo	123.968	129.204	123.968	129.204
Subtotal	608.584	896.213	608.584	896.213
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Contas a receber de clientes	158.678	71.529	158.678	71.529
Créditos com partes relacionadas	7.100	8.142	7.100	8.142
Títulos a receber	-	7.948	-	6.341
Subtotal	165.778	87.619	165.778	86.012
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	69.273	143.890	69.273	143.890
Subtotal	69.273	143.890	69.273	143.890
Total Ativos	843.635	1.127.722	843.635	1.126.115
Passivos				
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	1.375.320	1.681.119	1.345.355	1.636.127
Fornecedores	361.236	369.887	361.236	369.887
Débitos com partes relacionadas	23.140	30.517	23.140	30.517
Outras contas a pagar	213.901	61.506	213.901	61.506
Subtotal	1.973.597	2.143.029	1.943.632	2.098.037
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	54.875	68.626	54.875	68.626
Subtotal	54.875	68.626	54.875	68.626
Total Passivos	2.028.472	2.211.655	1.998.507	2.166.663

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	Nível 2 31/12/2017	Nível 2 31/12/2016
Ativos				
<u>Valor justo através do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	611.539	888.740	611.539	888.740
Aplicações financeiras curto prazo	137.789	175.766	137.789	175.766
Subtotal	749.328	1.064.506	749.328	1.064.506
<u>Empréstimos e recebíveis</u>				
Contas a receber de clientes	168.128	73.392	168.128	73.392
Títulos a receber	123.657	7.948	123.657	6.341
Subtotal	291.785	81.340	291.785	79.733
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	70.906	148.611	70.906	148.611
Subtotal	70.906	148.611	70.906	148.611
Total Ativos	1.112.019	1.294.457	1.112.019	1.292.850
Passivos				
<u>Passivos pelo custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	1.589.174	1.901.245	1.553.952	1.844.704
Fornecedores	424.041	439.735	424.041	439.735
Outras contas a pagar	223.609	66.337	223.609	66.337
Títulos a pagar	17.543	81.813	17.543	82.274
Subtotal	2.254.367	2.489.130	2.219.145	2.433.050
<u>Valor justo de instrumentos hedge</u>				
Operações com derivativos	56.955	80.950	56.955	80.950
Subtotal	56.955	80.950	56.955	80.950
Total Passivos	2.311.322	2.570.080	2.276.100	2.514.000

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Política de utilização, objetivos e estratégias

O objetivo da utilização de instrumentos de derivativos financeiros pela Companhia e suas controladas é a proteção das margens operacionais (EBITDA). A Companhia criou um Comitê Executivo de Gestão de Riscos em julho de 2008 e aprovou a Política de Gestão de Riscos na reunião do Conselho de Administração de 29 de outubro de 2008. O Comitê Executivo de Gestão de Riscos é o órgão de ligação entre o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia. Sua missão envolve o apoio cotidiano às decisões da Diretoria, o monitoramento da obediência aos limites de risco estabelecidos e, quando o caso, a análise e avaliação preliminares de propostas de ajustes ou reformulação de políticas ou limites de risco para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração.

As operações de derivativos financeiros são realizadas com instituições financeiras de primeira linha (instituições do país com “*Rating*” de no mínimo “A” em pelo menos uma das três principais agências internacionais classificadoras de risco a saber: Moody’s, S&P e/ou Fitch), observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, de *commodities* e juros de suas contrapartes, regularmente.

b) Ganhos (perdas) em instrumentos financeiros no patrimônio líquido da controladora e consolidado

As operações de contratos a termo (NDF), operação de NCE (vide nota 22.c) e swaps de *commodities*, são fixadas visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar. Além disso, as operações de swap de dívidas visam proteger a variação cambial futura dos empréstimos em dólar. Essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), em conformidade com o CPC 38. A Companhia registra em conta específica do patrimônio líquido os efeitos ainda não realizados destes instrumentos contratados para operações próprias ou contratadas no âmbito consolidado para cobertura de vendas futuras.

c) Risco de câmbio

Com o objetivo de proteção das receitas de vendas, da Companhia e suas controladas, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, são utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - NDF (*Non Deliverable Forward*).

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio--Continuação

Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas se dá somente na data da liquidação dos contratos. Entretanto, deve-se considerar que a liquidação destas operações financeiras está associada ao recebimento das vendas, as quais estão igualmente associadas à variação cambial, portanto, compensando eventuais ganhos ou perdas nos instrumentos de derivativos de proteção devido a variações na taxa de câmbio.

Para análise da exposição ao risco da taxa de câmbio é atualizado constantemente o *Business Plan*, considerando as seguintes premissas: (I) projeção de área plantada; (II) produtividade esperada; (III) preços das commodities, que são cotados na moeda dólar, considerando a média ponderada por volume dos preços das vendas realizadas e os preços de mercado do volume a vender; e, (IV) a distribuição das vendas nos períodos analisados. Após a definição do *Business Plan* e a mensuração dos itens anteriormente expostos, chega-se na exposição cambial total.

Com base no custo já formado com a compra antecipada dos principais insumos (fertilizantes, defensivos e sementes) e estimativa de custos fixos, é determinada a margem operacional esperada. Desta forma, o comitê de gestão de riscos executa os parâmetros descritos na política de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir o desvio padrão da margem operacional definida como meta.

No quadro abaixo demonstramos as posições, da Companhia e suas controladas, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Valor de referência (notional)			Valor Justo (MTM)			Valor na Curva (Accrual)		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
Contratos a Termo (NDF):									
Moeda estrangeira - Posição Vendida									
Vencimento em 2017	USD	-	231.223		-	80.881		-	77.230
Vencimento em 2018	USD	312.412	31.870	R\$	17.698	6.571	R\$	10.270	5.779
Vencimento em 2019	USD	28.481	-	R\$	267	-	R\$	(116)	-
TOTAL	USD	340.893	263.093	R\$	17.965	87.452	R\$	10.154	83.009

Notas Explicativas**22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****c) Risco de câmbio--Continuação**

A seguir segue detalhamento da dívida em moeda estrangeira, a qual também está incluída na estrutura de hedge accounting da Companhia:

Contraparte	Tipo	Taxa Contratação	Notional	Fair Value 31/12/2017	Variação Cambial (*)	Valor Contábil
Banco Itaú BBA S/A	NCE	R\$1,9418	USD 25.000	R\$ 82.700	R\$ (34.155)	R\$ 82.808
Total			USD 25.000	R\$ 82.700	R\$ (34.155)	R\$ 82.808

(*) Valor diferido no patrimônio líquido ("hedge accounting"), em contrapartida às contas no grupo de empréstimos e financiamentos.

A seguir segue detalhamento com o cronograma de vencimento das operações de derivativos e variação cambial diferida, que estão enquadradas na metodologia de "hedge accounting":

Vencimento	Moeda	Contratos a Termo (NDF)	Cédula de Crédito à Exportação (NCE) (*)	Total
Até 31/03/2018	R\$	7.177	-	7.177
Até 30/06/2018	R\$	6.297	-	6.297
Até 30/09/2018	R\$	881	-	881
Até 31/12/2018	R\$	3.344	-	3.344
Até 31/03/2019	R\$	231	-	231
Até 30/06/2019	R\$	35	(34.155)	(34.120)
TOTAL	R\$	17.965	(34.155)	(16.190)

(*) Valores referentes variação cambial classificado como *hedge accounting*. O valor de referência (Nocional) tem seu vencimento apresentado na nota explicativa 15.

Notas Explicativas**22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****c) Risco de câmbio--Continuação**

No quadro abaixo demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte (da Companhia e suas controladas):

Descrição	Valor de Referência (notional)			Valor Justo		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
Banco Itaú BBA S/A	USD	25.843	17.597	R\$	1.028	3.574
Citibank S/A	USD	2.700	10.506	R\$	113	9.664
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	USD	51.317	-	R\$	(1.976)	-
Banco Bradesco S/A	USD	-	63.590	R\$	-	34.330
Banco Votorantim S/A	USD	54.406	4.950	R\$	487	353
Morgan Stanley S/A	USD	42.634	13.730	R\$	66	3.125
Banco J.P. Morgan S/A	USD	37.980	66.895	R\$	5.795	9.798
Banco Santander Brasil S/A	USD	58.230	66.800	R\$	8.878	21.360
Banco ABC Brasil S.A.	USD	9.028	7.900	R\$	(102)	1.357
Rabobank International Brasil S.A.	USD	58.755	11.125	R\$	3.676	3.891
Total	USD	340.893	263.093	R\$	17.965	87.452

Para determinação do valor justo das operações foram utilizados os seguintes critérios:

- Contratos a Termo (NDF) - foi considerada a curva futura do dólar publicada pela BM&F (www.bmf.com.br) no fechamento de cada exercício. Com base nesta informação, o ajuste projetado no vencimento de cada operação é descontado pela curva de juros entre a Ptax de fechamento do exercício e a cotação futura no vencimento do derivativo publicado pela BM&F.

Notas Explicativas**22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****c) Risco de câmbio--Continuação***Riscos da variação da taxa de câmbio*

A Companhia projetou o impacto potencial das operações destinadas à proteção cambial e do endividamento em dólares em 5 cenários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no relatório FOCUS (BACEN) divulgado no dia 29 de dezembro de 2017, definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 3,3400 variando a partir da Ptax do dia 29 de dezembro de 2017 de R\$ 3,3080.
- Queda de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 2,5050, equivalente a 25% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Queda de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 1,6700, equivalente a 50% inferior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 25% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 4,1750, equivalente a 25% superior à cotação do Cenário Provável.
- Aumento de 50% da taxa de câmbio: neste cenário as operações seriam liquidadas pela cotação R\$ 5,0100, equivalente a 50% superior à cotação do Cenário Provável.

A seguir demonstramos o resumo dos impactos consolidados em cada cenário projetado:

Controladora

Descrição	Cenário Remoto Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Provável Cotação R\$	Cenário Possível Cotação R\$	Cenário Remoto Cotação R\$
Exercício 2018	1,6700	2,5050	3,3400	4,1750	5,0100
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(711.221)	(355.611)	(13.628)	355.611	711.221
Estimativa de compromissos em USD (2)	159.012	79.506	3.047	(79.506)	(159.012)
Contratos a Termo (NDF) (3)	291.315	145.657	5.582	(145.657)	(291.315)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(240.019)	(120.010)	(4.599)	120.010	240.019
Exercício 2019					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(757.338)	(378.669)	(14.512)	378.669	757.338
Estimativa de compromissos em USD (2)	29.933	14.967	574	(14.967)	(29.933)
Contratos a Termo (NDF) (3)	13.527	6.764	259	(6.764)	(13.527)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(693.003)	(346.500)	(13.279)	346.500	693.003
Total	(933.022)	(466.510)	(17.878)	466.510	933.022

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de câmbio--Continuação*Riscos da variação da taxa de câmbio*--Continuação**Consolidado**

	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	<i>Cotação R\$</i>	<i>Cotação R\$</i>	<i>Cotação R\$</i>	<i>Cotação R\$</i>	<i>Cotação R\$</i>
Descrição	1,6700	2,5050	3,3400	4,1750	5,0100
Exercício 2017					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(862.243)	(431.121)	(16.522)	431.121	862.243
Estimativa de compromissos em USD (2)	187.887	93.943	3.600	(93.943)	(187.887)
Contratos a Termo (NDF) (3)	333.841	166.921	6.397	(166.921)	(333.841)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(319.640)	(159.819)	(6.125)	159.819	319.640
Exercício 2018					
Estimativa de receita altamente provável em USD (1)	(844.001)	(422.001)	(16.172)	422.001	844.001
Estimativa de compromissos em USD (2)	34.036	17.018	652	(17.018)	(34.036)
Contratos a Termo (NDF) (3)	13.527	6.764	259	(6.764)	(13.527)
Trade Finance (endividamento em dólar) (4)	20.875	10.438	400	(10.438)	(20.875)
Exposição líquida em USD (1)-(2)-(3)-(4)	(775.563)	(387.781)	(14.861)	387.781	775.563
Total	(1.095.203)	(547.600)	(20.986)	547.600	1.095.203

A seguir demonstramos a exposição líquida de câmbio:

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	(R\$)	(USD mil)	(R\$)	(USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	138.674	41.921	33.503	10.280
Fornecedores	(132.870)	(40.166)	(99.109)	(30.410)
Trade finance (endividamento em dólar)	(82.700)	(25.000)	(158.532)	(48.643)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(76.896)	(23.245)	(224.138)	(68.773)

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	(R\$)	(USD mil)	(R\$)	(USD mil)
Contas a receber de clientes (nota explicativa 6)	145.312	43.927	33.503	10.280
Fornecedores	(156.658)	(47.357)	(118.899)	(36.482)
Trade finance (endividamento em dólar)	(82.700)	(25.000)	(158.532)	(48.643)
Exposição líquida do balanço patrimonial	(94.046)	(28.430)	(243.928)	(74.845)

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente com nossos clientes com entrega física futura (*forward contracts*). Além disso, também são utilizados contratos de futuros, negociados em ambiente de bolsa, e operações financeiras de contratos de *swaps*, com instituições financeiras no mercado de balcão. Estas operações são negociadas com referência em preços das *commodities* cotados no mercado futuro. Todas as operações estão relacionadas à exposição líquida da produção da Companhia e de suas controladas, de modo que toda operação tem seu lastro em produto físico. As operações realizadas em ambiente de bolsa têm a necessidade da disponibilização de margens iniciais e os ajustes são realizados diariamente, de acordo com a variação do preço referencial. Já as operações realizadas com instituições financeiras não necessitam de margens iniciais, pois estas operações são amparadas por limite de crédito pré-aprovado pelas instituições financeiras.

Na tabela abaixo, demonstramos os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção contra variação do preço das *commodities*, cujos efeitos estão registrados no patrimônio líquido por estarem registradas na forma de *hedge accounting*.

Descrição	Valor de Referência (nacional)			Valor Justo		
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	Moeda	31/12/2017	31/12/2016
Com vencimentos em 2017						
Operações Financeiras						
Commodities - Algodão	USD	-	79.315	-	-	(435)
Commodities - Milho	USD	-	1.641	-	-	96
Subtotal		-	80.956		-	(339)
Com vencimentos em 2018						
Operações Financeiras						
Commodities - Algodão	USD	42.672	-	R\$	(14.250)	-
Subtotal	USD	42.672	-	R\$	(14.250)	-
Com vencimentos em 2019						
Operações Financeiras						
Commodities - Algodão	USD	4.073	-	R\$	(821)	-
Subtotal	USD	4.073	-	R\$	(821)	-
Total geral	USD	46.745	80.956	R\$	(15.071)	(339)

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço--Continuação

Riscos da variação dos preços das commodities

A Companhia projetou o impacto potencial da variação dos preços da soja e do algodão em 5 cenários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme segue:

- Cenário Provável: Com base no preço de fechamento de 29/12/2017 do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Queda de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 25% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- Aumento de 50% no preço do contrato futuro de referência na bolsa no qual a produção é precificada.
- A avaliação de sensibilidade de preços considera como exposição a totalidade da receita estimada (receita de venda altamente provável) e a totalidade de instrumentos de proteção contratados, geralmente representados por vendas futuras de produtos agrícolas, em relação à exposição desses mesmos itens vendidos (receita altamente provável protegida).

A seguir demonstramos o resumo dos impactos em cada cenário projetado convertido em R\$ pelo PTAX venda de fechamento de 29/12/2017:

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de preço--Continuação

Variação da Receita altamente provável com cenários de preços					
Descrição	Cenário Remoto -50%	Cenário Possível -25%	Cenário Provável	Cenário Possível +25%	Cenário Remoto +50%
Algodão - 2017					
Receita altamente provável	765.407	765.407	765.407	765.407	765.407
Receita altamente provável protegida	765.407	765.407	765.407	765.407	765.407
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
Soja - 2017					
Receita altamente provável	952.969	952.969	952.969	952.969	952.969
Receita altamente provável protegida	952.969	952.969	952.969	952.969	952.969
Exposição líquida	-	-	-	-	-
Variação da Exposição líquida	-	-	-	-	-
Algodão - 2018					
Receita altamente provável	799.234	817.693	836.154	854.613	873.072
Receita altamente provável protegida	762.314	762.314	762.314	762.314	762.312
Exposição líquida	36.920	55.379	73.840	92.299	110.760
Variação da Exposição líquida	(36.920)	(18.459)	-	18.459	36.920
Soja - 2018					
Receita altamente provável	708.008	781.220	854.432	927.644	1.000.856
Receita altamente provável protegida	561.584	561.584	561.584	561.584	561.584
Exposição líquida	146.424	219.636	292.848	366.060	439.272
Variação da Exposição líquida	(146.424)	(73.212)	-	73.212	146.424

A Companhia detém saldo de R\$ 17.543 de títulos a pagar, atrelados a contrato de compra de terras e indexados pela cotação da saca de soja, conforme descrito na nota 18. A Companhia considera que potenciais ganhos ou perdas referentes a variação da saca de soja para 2018 não são significativos, considerando a sensibilidade em cenários possíveis e remotos e as potenciais vendas de soja futura, que anulariam esses potenciais efeitos no resultado.

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

e) Risco de juros

Uma parcela do endividamento da Companhia está vinculada a taxas de juros pós-fixadas. As taxas de juros pós-fixadas do nosso endividamento são a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), presente nas operações de financiamento do BNDES e a Libor (*London Interbank Offered Rate*), que é a taxa de juros utilizada em empréstimos internacionais.

Para proteção contra a variação cambial de operações de empréstimos, financiamentos e fornecedores no mercado externo, a Companhia realiza operações de hedge através de operações de *swap* com instituições financeiras de primeira linha. Estas operações consistem em uma troca de variação cambial e taxas de juros pré-fixada por taxa de juros em CDI mais Taxa Pré-fixada (posição passiva). O valor do principal (nacional) e vencimentos da operação de swap é idêntico ao fluxo da dívida, objeto do hedge. Desta forma, elimina-se o risco de flutuação do câmbio. Todas essas operações são documentadas para registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 38.

A seguir segue detalhamento da operação de swap de moeda e taxas de juros:

<u>Contraparte</u>	<u>Instrumento de Hedge</u>	<u>Objeto Hedgeado</u>	<u>Ajuste</u>
Tokio-Mitsubishi	Swap de R\$ 106MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 40MM a juros de 3,12% aa.	26.199
Rabobank	Swap de R\$ 78MM (Ativo VC / Passivo CDI+Pré)	Dívida de USD 20MM a juros de 4,10% aa.	(15.138)
Itau	Swap juros R\$8.5MM (Ativo Pré / Passivo CDI+1%aa.	Dívida R\$8.5MM a juros de 7,5% aa.	(4)
Total			11.057

Riscos da variação das taxas de juros

Com o objetivo de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas da Companhia, com base na posição de 31 de dezembro de 2017, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS (Bacen) de 29 de dezembro de 2017 definimos os índices para o CDI e Câmbio, já para a taxa Libor consideramos a curva futura da BM&F também de 29 de dezembro de 2017 e para a TJLP foi considerada a taxa válida na data de encerramento do exercício. Com base nestas informações definimos o Cenário Provável para a análise e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi considerada a despesa financeira ou receita financeira bruta, não considerando incidência de tributos e o fluxo de vencimentos das dívidas e resgates das aplicações financeiras programadas para 2017. A data base da carteira foi 31 de dezembro de 2017 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas**22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****e) Risco de juros--Continuação**

A seguir demonstramos o resumo dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

Riscos da variação das taxas de juros--Continuação

	Taxa de Juros*	Saldo em 31/12/2017	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dívidas em Reais Taxa Pré-Fixada							
Crédito Rural	8,07%	172.755	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDES	5,28%	100.825	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Capital de Giro	7,57%	235.554	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Financiamento à Exportação	9,00%	13.413	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Dívidas em Reais Taxa Pós-Fixada							
BNDES	TJLP	3.454	(254)	(314)	(375)	(435)	(496)
BNDES	UMBDES	7.415	(348)	(431)	(514)	(598)	(681)
BNDES	SELIC	24	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Financiamento à Exportação	CDI + 1,00%	571.411	(25.896)	(35.738)	(45.581)	(55.423)	(65.266)
CRA	7,06%	201.161	-	-	-	-	-
Dívidas em Dólares							
NCE	Libor 6M + 4,14% a.a.	82.808	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
CCE	4,10% a.a.	67.896	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
PPE	3,12% a.a.	132.458	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Swaps - Dívidas em Dólares							
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 3,12% a.a. Passivo: CDI + 0,921% a.a.	26.199	(1.144)	(1.595)	(2.046)	(2.498)	(2.949)
Swap VC x CDI + PRÉ**	Ativo: 4,10 % a.a. Passivo: CDI + 1%	(15.138)	673	934	1.194	1.455	1.716
Aplicações Financeiras							
CDB e Debêntures	99,70% CDI	748.874	25.721	38.582	51.442	64.303	77.164

(*) Taxas médias anuais

(**) Valores referente apuração do ajuste da operação em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas**22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****f) Risco de crédito**

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados: *trading companies* e companhias de tecelagem entre outros que usualmente adquirem grandes volumes para garantia de negociação local e internacional. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

Em função do mencionado acima, o risco de crédito assumido não é relevante. A companhia considera o saldo de contas a receber de clientes, como exposto a este risco. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$158.678 na controladora e R\$168.128 no consolidado (R\$71.529 na controladora e de R\$73.392 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

g) Risco de liquidez

Os fluxos brutos de saídas, divulgados abaixo representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionadas com passivos financeiros derivativos e não derivativos detidos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivativos de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

		Controladora						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
31 de dezembro de 2017								
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	1.375.320	1.476.984	729.142	519.412	182.058	11.730	9.283	25.359
Fornecedores	361.236	361.236	361.236	-	-	-	-	-
	1.736.556	1.838.220	1.090.378	519.412	182.058	11.730	9.283	25.359
Derivativos								
Operações com derivativos	(14.398)	(14.398)	(5.775)	(8.623)	-	-	-	-
	1.722.158	1.823.822	1.084.603	510.789	182.058	11.730	9.283	25.359

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

g) Risco de liquidez--Continuação

31 de Dezembro de 2017	Consolidado							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	acima de 5 anos
Passivos financeiros								
Não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	1.589.174	1.707.986	892.699	537.587	201.379	18.237	15.405	42.679
Fornecedores	424.041	424.041	424.041	-	-	-	-	-
Títulos a pagar	17.543	17.543	17.543	-	-	-	-	-
	2.030.758	2.149.570	1.334.283	537.587	201.379	18.237	15.405	42.679
Derivativos								
Operações com derivativos	(13.951)	(13.951)	(5.387)	(8.564)	-	-	-	-
	2.016.807	2.135.619	1.328.896	529.023	201.379	18.237	15.405	42.679

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

h) Resumo das operações de derivativos em aberto

A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia consolidados e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

Descrição	Valor de referência (notional)			Moeda	Valor justo registrado no ativo		Valor justo registrado no passivo	
	Moeda	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Proteção Cambial								
Contratos NDF - 22.c	USD	340.893	263.093	R\$	24.882	87.489	6.917	37
Contratos Trade Finance* - 22.c	USD	25.000	48.643	R\$	-	-	34.155	65.550
Subtotal	USD	365.893	311.736	R\$	24.882	87.489	41.072	65.587
Operações de Proteção dos Produtos- Operações financeiras								
Algodão - 22.d	USD	46.745	79.315	R\$	2.220	4.286	17.291	4.721
Milho - 22.d	USD	-	1.641	R\$	-	116	-	20
Subtotal	USD	46.745	80.956	R\$	2.220	4.402	17.291	4.741
Operações de Proteção Cambial								
Swap VC+Pré x CDI+Pré	USD	60.000	104.836	R\$	43.804	56.720	32.747	72.836
Swap VC+Pré x CDI	USD	-	25.837	R\$	-	-	-	3.336
Subtotal	USD	60.000	130.673	R\$	43.804	56.720	32.747	76.172
Total	USD	472.638	523.365	R\$	70.906	148.611	91.110	146.500
Parcela classificada no circulante				R\$	47.140	99.963	42.583	56.604
Parcela classificada no não circulante				R\$	23.766	48.648	48.527	89.896

(*) Valor diferido no patrimônio líquido ("hedge accounting"), em contrapartida a conta de ACC, NCE e PPE, no grupo de empréstimos

Notas Explicativas

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

i) Resultado financeiro com operações de derivativos

A seguir estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas consolidados no exercício, agrupados pelas principais categorias de riscos:

Descrição	Moeda	Ganhos e perdas registradas no resultado				Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido (sem efeito de impostos diferidos)	
		Alocado na receita bruta em		Alocado no resultado financeiro em		31/12/2017	31/12/2016
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016		
Operações de Proteção Cambial							
Contratos NDF	R\$	142.526	35.289	-	2.266	18.119	87.452
Contratos Trade Finance	R\$	(28.472)	(57.149)	-	-	(34.155)	(65.550)
Sub-total	R\$	114.054	(21.860)	-	2.266	(16.036)	21.902
Operações de Proteção de Commodities							
Swap de Commodities Agrícolas							
Algodão	R\$	(2.900)	(2.278)	(180)	13	(16.185)	264
Milho	R\$	-	2.899	-	-	-	95
Sub-total	R\$	(2.900)	621	(180)	13	(16.185)	359
Operações de Proteção de Câmbio							
Swap VC+Pré x Pré	R\$	-	-	-	(4.237)	-	-
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	(19.815)	(99.519)	(15.860)	(17.382)
Swap VC+Pré x CDI	R\$	-	-	-	(26.131)	1	(9)
Sub-total	R\$	-	-	(19.815)	(129.887)	(15.859)	(17.391)
TOTAL	R\$	111.154	(21.239)	(19.995)	(127.608)	(48.080)	4.870

j) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

Notas Explicativas**22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação****j) Gestão do capital social--Continuação**

Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	1.375.320	1.681.119	1.589.174	1.901.245
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo	(608.584)	(896.213)	(749.328)	(1.064.506)
Ganhos e perdas com derivativos vinculados a dívidas	11.061	(4.417)	11.057	(16.115)
Dívida líquida ajustada	755.675	789.323	828.789	852.854
Patrimônio líquido	2.513.199	2.451.035	2.701.827	2.628.886
Índice de alavancagem financeira	30,06%	32,20%	30,67%	32,44%

23. Programa de participação nos resultados

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas têm um programa de participação nos resultados, extensivo a todos os seus colaboradores.

O valor a ser distribuído a título de participação nos resultados é calculado com base no lucro líquido consolidado da Companhia, sendo parte do valor distribuído livremente aos beneficiários e parte vinculado a metas estabelecidas para cada unidade de produção.

A participação é calculada aplicando-se 9% ao resultado líquido da controladora. Sobre este valor, 60% serão distribuídos aos beneficiários e 40% dependerão do atendimento das metas estabelecidas para cada unidade de produção. O valor das metas é limitado a 2 (dois) salários nominais para cada funcionário beneficiário do plano.

A seguir o valor provisionado no resultado do exercício, no grupo despesas administrativas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação nos resultados	24.108	2.443	27.221	2.704

Notas Explicativas**24. Pagamento baseado em ações****a) Plano de opções de ações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, a vigorar a partir de 15 de junho de 2007, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O plano de opção de ações está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 3% do capital social da Companhia na data de criação de cada Programa Anual. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Opções de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga. O período de carência (*vesting*) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do Termo de Exercício de Opção de Ações.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de novembro de 2010, 09 de novembro de 2011, 13 de novembro de 2012, 13 de novembro 2013, 06 de maio de 2015, 11 de novembro de 2015, 08 de novembro de 2016 e 08 de novembro de 2017, foram aprovados os Programas Anuais dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 com outorga de 805.000, 899.000, 809.000, 933.000, 770.000, 393.000, 363.500 e 373.000 opções de compras de ações, respectivamente.

As movimentações das ações outorgadas no Programa Anual de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 os respectivos preços de exercício, em reais, estão apresentados como segue:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2011	R\$ 16,24	480.600	-	-	-	480.600
2012	R\$ 17,09	662.000	-	-	(662.000)	-
2013	R\$ 17,32	763.000	-	-	(761.100)	1.900
2015	R\$ 12,31	640.400	-	(19.200)	(361.800)	259.400
2015	R\$ 13,79	374.500	-	(19.600)	(110.300)	244.600
2016	R\$ 11,64	363.500	-	(28.000)	(4.950)	330.550
2017	R\$ 18,02	-	373.000	-	-	373.000
		3.284.000	373.000	(66.800)	(1.900.150)	1.690.050

Notas Explicativas**24. Pagamento baseado em ações--Continuação**a) Plano de opções de ações--Continuação

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2016
		Saldo em 31/12/2015	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2011	R\$ 16,24	522.600	-	(15.000)	(27.000)	480.600
2012	R\$ 17,09	698.000	-	(36.000)	-	662.000
2013	R\$ 17,32	849.000	-	(86.000)	-	763.000
2015	R\$ 12,31	750.000	-	(65.500)	(44.100)	640.400
2015	R\$ 13,79	393.000	-	(15.500)	(3.000)	374.500
2016	R\$ 11,64	-	363.500	-	-	363.500
		3.212.600	363.500	(218.000)	(74.100)	3.284.000

O preço do exercício dos Programas anuais de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 foram fixados com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, com desconto de 20%,15% e 20%, respectivamente.

O preço do exercício do Programa anual de 2011, também foi fixado com base na média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na Bovespa, anteriores à aprovação do plano, porém sem desconto.

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de – 09/11/2012	3%	46.800
A partir de – 12/11/2012	3%	46.800
A partir de – 08/11/2013	8%	127.000
A partir de – 11/11/2013	8%	127.000
A partir de – 13/11/2013	8%	131.000
A partir de – 10/11/2014	25%	430.600
A partir de – 13/11/2014	28%	480.600
A partir de – 13/11/2015	28%	480.600
A partir de – 06/05/2016	28%	481.400
A partir de – 10/11/2016	29%	496.750
A partir de – 13/11/2016	30%	498.650
A partir de – 08/05/2017	30%	510.350
A partir de – 11/11/2017	41%	700.700
A partir de – 07/05/2018	56%	947.600
A partir de – 08/11/2018	77%	1.294.750
A partir de – 08/11/2019	91%	1.540.850
A partir de – 08/11/2020	100%	1.690.050

Notas Explicativas**24. Pagamento baseado em ações--Continuação****a) Plano de opções de ações--Continuação**

A Companhia reconhece o custo com o plano de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o de Black-Scholes para os planos de 2015 e 2017. O plano de 2016 foi pelo modelo Binomiais. Para a determinação do valor justo dos planos de opções a Companhia adota a técnica de avaliação de "Nível 3".

O valor justo médio ponderado, os prêmios considerados e as premissas econômicas utilizadas para o cálculo no modelo são apresentados a seguir:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Valor justo médio ponderado	R\$ 21,75	R\$ 23,66	R\$ 24,47	R\$ 19,94	R\$ 21,36	R\$ 17,20	R\$ 18,02
Prêmios	R\$ 5,51	R\$ 6,57	R\$ 7,15	R\$ 7,63	R\$ 7,57	R\$ 5,56	6,93
Dividendo	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Volatilidade do preço da ação	39,90%	36,56%	31,05%	31,80%	33,44%	32,39%	32,39%
Taxa de retorno Livre de Risco							
1º Vencimento	9,98%	7,31%	10,78%	13,70%	15,41%	12,27%	7,12%
2º Vencimento	10,16%	7,90%	11,64%	13,41%	15,72%	11,49%	8,30%
3º Vencimento	10,46%	8,38%	11,95%	13,20%	15,78%	11,27%	9,18%
Período esperado até o vencimento							
1º Vencimento	365	365	365	366	366	366	365
2º Vencimento	730	730	730	733	731	731	730
3º Vencimento	1.097	1.095	1.096	1.097	1.096	1.096	1.095

Reconciliação de opções de ações em circulação

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Em circulação em 1º de janeiro	R\$17,36	3.284.000	R\$16,75	3.212.600
Outorgadas durante o exercício	R\$18,02	373.000	R\$11,64	363.500
Exercidas durante o exercício	R\$16,07	(1.900.150)	R\$13,80	(74.100)
Canceladas durante o exercício	R\$12,46	(66.800)	R\$15,45	(218.000)
Em circulação	R\$19,65	1.690.050	R\$17,36	3.284.000
Exercíveis	R\$15,16	700.700	R\$16,46	2.180.250

As opções em aberto em 31 de dezembro de 2017 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$18,02 a R\$11,64 (R\$16,24 a R\$11,64 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

24. Pagamento baseado em ações--Continuação

a) Plano de opções de ações--Continuação

A média ponderada de preços de ações na data de exercício para opções de compra de ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$16,07 (R\$13,80 em 31 de dezembro de 2016).

b) Plano de Ações Restritas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de ações restritas, a vigorar a partir de 11 de novembro de 2015, para diretores e gerentes da Companhia. O plano é administrado pelo Comitê Gestor, criado pelo Conselho de Administração em 23 de maio de 2007.

O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas anualmente no âmbito do Plano, no somatório de todos os Programas ativos, não excederá a 1% (um por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia.

Os beneficiários do Plano de Ações Restritas adquirirão os direitos às Ações Restritas na medida em que permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas especificadas. O período de carência (vesting) é de até 3 anos, com liberações de 30% a partir do primeiro aniversário, 60% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

Enquanto os direitos às Ações Restritas não forem plenamente adquiridos, conforme condições estabelecidas acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as Ações Restritas. Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a obtenção da autorização da Comissão de Valores Mobiliários para transferência privada de ações, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o beneficiário.

Notas Explicativas**24. Pagamento baseado em ações--Continuação****b) Plano de Ações Restritas--Continuação**

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11 de novembro de 2015, 08 de novembro de 2016 e 08 de novembro de 2017 foram aprovados os Programas de Outorga de Ações Restritas de 2015, 2016 e 2017, com outorga de 98.250, 90.875 e 93.375 ações.

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Quantidade de ações				Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	
2015	R\$ 17,79	66.667	-	(4.200)	(25.608)	36.859
2016	R\$ 15,10	90.875	-	(5.750)	(25.157)	59.968
2017	R\$ 18,02	-	93.375	-	-	93.375
		157.542	93.375	(9.950)	(50.765)	190.202

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de ações restritas em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. Em contrapartida no passivo circulante, em conta específica de obrigações trabalhistas, os valores de INSS e FGTS (despesa), conforme apresentados abaixo:

	Plano de Ações Restritas	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesa	R\$ 1.203	R\$ 945
Despesa INSS	R\$ 299	R\$ 78
Despesa FGTS	R\$ 225	R\$ 60

Em atendimento ao CPC 10 (R1), tomando-se por base os prazos de carência apresentados, foram reconhecidos no resultado os valores com plano de opções stock options e plano de ações restritas, em função do decurso do prazo do período de *vesting*, com contrapartida no patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital, o valor de R\$4.294 (despesa) em 31 de dezembro de 2017 (R\$4.906 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

25. Subvenção e assistência governamentais

a) Diferimento e crédito presumido de ICMS

A Companhia possui incentivos para diferimento de débitos de ICMS nas operações com soja, milho e caroço de algodão através da adesão da Fazenda Planalto ao programa Fundersul (Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul) e das Fazendas Planorte, Paiaguás ao programa FETHAB (Fundo de Transporte e Habitação). Para usufruir ao incentivo do diferimento a Companhia precisa fazer requerimento às Secretarias Estaduais, renunciar aos créditos de ICMS nas entradas a que teria direito e recolher ao estado do Mato do Grosso do Sul o Fundersul e ao estado do Mato Grosso o FETHAB e o FACS (Fundo de Apoio a Cultura da Soja).

Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul e de Goiás, por intermédio do Decreto nº 9.716/99, de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul) e da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fibrilha. Ao optar por estes programas a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado.

Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGro ao Estado do Mato Grosso do Sul e Fialgo no Estado de Goiás.

Os créditos presumidos são registrados no resultado a crédito na rubrica de impostos sobre vendas, em contrapartida à rubrica de impostos a recolher. No exercício de 2017, foram reconhecidos R\$ 4.366 de crédito presumido de ICMS na controladora e no consolidado. Este valor foi reconhecido em reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

a) Incentivo de redução de IRPJ

Até 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía incentivo na controlada Planorte, localizada no Estado Mato Grosso, que goza de incentivo fiscal de IRPJ concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O incentivo consiste na redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis. A Fazenda Planorte gozou do incentivo até o limite de produção e comercialização de 13.478 toneladas de algodão em pluma e 18.533 toneladas de caroço de algodão por ano.

Os valores apurados a título de incentivo de redução de IRPJ foram contabilizados a débito na conta de IRPJ a Recolher, no passivo circulante, e a crédito na rubrica de impostos correntes, no resultado do exercício. O valor do incentivo de redução de IRPJ não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do incentivo foi transferido da rubrica de resultado acumulado para a reserva de capital, no Patrimônio Líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos.

Notas Explicativas**26. Cobertura de seguros**

O detalhamento dos seguros contratados e as coberturas são demonstrados como segue:

Apólice	Natureza	Vigência	Cobertura
33.31.17807076.0	Veículos da SLC Agrícola	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17807079.0	Veículos da Fazenda Planorte	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17806509.0	Veículos da Fazenda Perdizes	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17807077.0	Veículos da Fazenda Pioneira	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
33.31.17807067.0	Veículos da SLC-Mit	10/10/17 à 10/10/18	Contra terceiros
1004130000007	Máquinas e Equipamentos - Penhor Multirisco ¹	09/10/17 à 09/10/18	R\$ 359.712.521,20
9600128411	Benfeitorias - Fazendas	11/01/17 à 11/01/18	R\$ 36.751.131,39
28522017005115900000000	Drones	07/12/17 a 07/12/18	R\$ 225.000,00
87372017010118000000	Administração	12/01/17 à 12/01/18	R\$ 2.822.000,00
46692018100103500000000	Responsabilidade Civil Geral	02/12/17 à 02/12/18	R\$ 5.000.000,00
9600128498	Estoques de Grãos e Algodão - inclusive a céu aberto	24/03/17 à 24/03/18	R\$ 61.500.000,00
100 0000004009	Responsabilidade Civil Diretores - SLC Agrícola	28/06/17 à 28/06/18	R\$ 30.000.000,00
100 0000004009	Responsabilidade Civil Diretores - Fazenda Pioneira ²	28/06/17 à 28/06/18	R\$ 30.000.000,00
100.10.00004008	Responsabilidade Civil Diretores - Landco	28/06/17 à 28/06/18	R\$ 30.000.000,00

¹ Valor total coberto. Cada máquina/equipamento tem seu limite máximo de indenização corresponde ao seu valor segurado.

² Incluído na apólice da SLC Agrícola.

27. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta	1.700.906	1.425.928	1.928.157	1.703.981
Venda de produtos	1.599.719	1.446.195	1.817.003	1.725.220
Resultado com operações de <i>hedge</i>	101.187	(20.267)	111.154	(21.239)
Deduções, impostos e contribuições	(59.660)	(78.654)	(70.103)	(102.036)
Receita operacional líquida	1.641.246	1.347.274	1.858.054	1.601.945

Notas Explicativas**28. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	1.437.233	1.260.125	1.542.605	1.413.181
Despesas com vendas	80.033	75.548	90.206	97.589
Despesas gerais e administrativas	65.304	39.839	73.050	45.733
Outras despesas operacionais	10.109	7.538	98.108	10.280
	1.592.679	1.383.050	1.803.969	1.566.783
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	69.150	77.313	91.506	104.242
Despesas com pessoal	196.206	169.196	223.581	203.535
Matéria prima e materiais	969.682	989.572	1.016.140	1.113.475
Variação ativo biológico CPV	306.449	89.804	327.300	84.933
Fretes	41.083	43.083	43.839	52.353
Custo da venda de parcela das Fazendas Paiaguás e Parceiro	-	-	84.536	-
Outras despesas	10.109	14.082	17.067	8.245
	1.592.679	1.383.050	1.803.969	1.566.783

29. Informações por segmento

O Grupo possui dois segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. As unidades de negócio estratégicas oferecem diferentes produtos e serviços, para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração analisa os relatórios internos ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Segmento de produção agrícola: cultivo, principalmente, das culturas de algodão, soja e milho.
- Segmento de portfólio de terras: aquisição e desenvolvimento de terras para a agricultura.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos que são analisados pela Administração do Grupo. O lucro do segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a gerência acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados dos segmentos.

Notas Explicativas

29. Informações por segmento--Continuação

Informações sobre segmentos reportáveis

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita dos produtos e arrendamentos	1.858.054	1.625.822	110.225	102.737	(110.225)	(126.614)	1.858.054	1.601.945
Variação do valor justo dos ativos biológicos	361.847	57.704	-	-	-	-	361.847	57.704
Custos dos produtos	(1.628.103)	(1.507.884)	(10.657)	(10.842)	96.155	105.545	(1.542.605)	(1.413.181)
Resultado bruto	591.798	175.642	99.568	91.895	(14.070)	(21.069)	677.296	246.468
Despesas / receitas operacionais	(178.847)	(160.069)	87.476	17.087	7.528	6.829	(83.843)	(136.153)
Despesas com vendas	(90.206)	(97.589)	-	-	-	-	(90.206)	(97.589)
Despesas gerais e administrativas	(78.629)	(50.885)	(2.172)	(1.938)	7.751	7.090	(73.050)	(45.733)
Honorários da administração	(11.856)	(11.951)	(1.130)	(1.403)	-	-	(12.986)	(13.354)
Outras receitas (despesas) Operacionais	1.844	356	90.778	20.428	(223)	(261)	92.399	20.523
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	412.951	15.573	187.044	108.982	(6.542)	(14.240)	593.453	110.315
Resultado financeiro líquido	(97.708)	(124.313)	5.022	5.751	223	4.086	(92.463)	(114.476)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	315.243	(108.740)	192.066	114.733	(6.319)	(10.154)	500.990	(4.161)
Imposto de renda e contribuição social	(110.907)	35.458	(20.806)	(16.751)	(15)	1.095	(131.728)	19.802
Lucro (prejuízo) consolidado do exercício	204.336	(73.282)	171.260	97.982	(6.334)	(9.059)	369.262	15.641

	Produção Agrícola		Terras		Eliminações		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante	2.060.115	2.282.606	247.169	104.702	(56.945)	(55.140)	2.250.339	2.332.168
Ativo não circulante	3.122.062	2.952.431	2.112.360	2.199.703	(2.191.076)	(2.030.926)	3.043.346	3.121.208
Ativo total	5.182.177	5.235.037	2.359.529	2.304.405	(2.248.021)	(2.086.066)	5.293.685	5.453.376
Passivo circulante	1.656.222	1.784.684	38.532	94.772	(32.522)	(41.080)	1.662.232	1.838.376
Passivo não circulante	846.738	847.849	93.964	143.277	(11.076)	(5.012)	929.626	986.114
Patrimônio líquido	2.679.217	2.602.504	2.227.033	2.066.356	(2.204.423)	(2.039.974)	2.701.827	2.628.886
Passivo total	5.182.177	5.235.037	2.359.529	2.304.405	(2.248.021)	(2.086.066)	5.293.685	5.453.376

O Grupo comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil.

Notas Explicativas**29. Informações por segmento--Continuação**Informações sobre segmentos reportáveis--Continuação

As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Mercado interno	529.336	625.470
Venda de produtos	418.182	646.709
Resultado com operações de hedge	111.154	(21.239)
Mercado externo	1.398.821	1.078.511
Venda de produtos - exportação indireta	705.125	456.647
Venda de produtos - exportação direta	693.696	621.864
Receita operacional bruta	1.928.157	1.703.981
Deduções, impostos e contribuições	(70.103)	(102.036)
Receita operacional líquida	1.858.054	1.601.945

As informações de vendas brutas de produtos, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita e podem ser assim apresentadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Ásia	627.483	612.894
África	-	3.396
América	-	3.334
Europa	66.213	2.240
	693.696	621.864

A Companhia possui os clientes Cargill Agrícola S.A. e Amaggi LD Commodities S.A. como clientes responsáveis por mais de 39,7% da receita líquida. O montante da receita proveniente destes clientes, correspondendo a vendas de milho e soja, sendo assim representada, Cargill Agrícola S.A. no valor de R\$ 513.247 (27,6%) e Amaggi LD Commodities S.A. no valor de R\$224.365 (12,1%).

30. Eventos Subsequentes

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de março de 2018, foi deliberado o cancelamento de 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em função do cancelamento das ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R\$ 947.522, passa a ser dividido em 95.297.500 (noventa e cinco milhões, duzentas e noventa e sete mil e quinhentas) ações ordinárias. Será oportunamente convocada Assembleia Geral Extraordinária para ajustar o número de ações em que se divide o capital social constante do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista o cancelamento de ações ora aprovado.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**MANUTENÇÃO DE PROJEÇÕES**

Informamos as alterações nas projeções divulgadas através de Fato Relevante, em 28 de novembro de 2017:

ÁREA PLANTADA POR CULTURA (Hectares)

	Área plantada 2016/17 ----- ha -----	Área Plantada 2017/18 ⁽¹⁾	Participação 2017/18 %	
Mix de culturas				Δ%
Algodão	87.440	95.173	23,6	8,8
Algodão 1ª safra	58.886	57.821	14,3	-1,8
Algodão 2ª safra	28.554	37.352	9,3	30,8
Soja (Comercial + Semente)	230.127	230.164	57,0	0,0
Milho 2ª safra	71.790	76.088	18,8	6,0
Outras culturas ⁽²⁾	3.564	2.342	0,6	-34,3
Área Total	392.921	403.767	100,0	2,8

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Trigo, milho semente e cana-de-açúcar.

ÁREA PLANTADA POR PROPRIEDADE DA TERRA (Hectares)

	Área plantada 2016/17 ----- ha -----	Área Plantada 2017/18 ⁽¹⁾	Participação 2017/18 %	
Mix de áreas				Δ%
Área de 1ª Safra	291.114	288.617	71,5	-0,9
Área Própria	118.552	108.526	26,9	-8,5
Área Arrendada	97.929	106.559	26,4	+8,8
Área de Sociedades ⁽²⁾	39.523	38.879	9,6	-1,6
Área LandCo	35.110	34.653	8,6	-1,3
Área de 2ª Safra	101.807	115.150	28,5	+13,1
Área Própria	58.723	61.228	15,2	+4,3
Área Arrendada	24.130	35.134	8,7	+45,6
Área de Sociedades ⁽²⁾	8.511	6.983	1,7	-18,0
Área LandCo	10.443	11.805	2,9	+13,0
Área Total	392.921	403.767	100,0	+2,8

⁽¹⁾ Fatores climáticos poderão afetar a projeção de área plantada.

⁽²⁾ Áreas pertencentes ao Grupo Dois Vales e Mitsui.

⁽³⁾ A SLC Agrícola detém participação de 81,23% na SLC LandCo.

PRODUTIVIDADE (kg/ha)

	(a) Previsão Inicial 2016/17	(b) Previsão Inicial 2017/18	Δ% Previsão b/a
Produtividade (kg/ha)			
Algodão em pluma 1ª safra	1.619	1.699	4,9%
Algodão em pluma 2ª safra	1.570	1.628	3,7%
Caroço de algodão	2.055	2.142	4,2%
Soja	3.077	3.360	9,2%
Milho 2ª safra	6.877	6.912	0,5%

CUSTO DE PRODUÇÃO (R\$/ha)

	A Orçado 2016/17	B Realizado 2016/17	C ⁽¹⁾ Orçado 2017/18	B/A	C/A
Total (R\$/ha) ⁽²⁾					
Algodão 1ª safra	7.155	7.187	6.811	0,4%	-4,8%
Algodão 2ª safra	6.164	6.177	6.023	0,2%	-2,3%
Soja	2.251	2.202	2.311	-2,2%	2,7%
Milho 2ª safra	1.781	1.734	1.814	-2,6%	1,9%
Custo médio total ⁽¹⁾	3.203	3.172	3.184	-1,0%	-0,6%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

POSIÇÃO DE HEDGE

Ano Civil	2018		2019	
Taxa de Câmbio ⁽¹⁾	Hedge (%)	R\$ / US\$	Hedge (%)	R\$ / US\$
Hedge de Câmbio	79,5	3,3924	9,1	3,4257
Compromissos ⁽¹⁾	2,3	1,9418	2,1	1,9418
Total	81,8	3,3513	11,2	1,9418
Algodão	Hedge (%)	US\$ / libra ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / libra ⁽²⁾
Hedge Comercial	93,9	77,94	34,0	77,93
Hedge Financeiro ⁽⁴⁾	4,0	77,93	-	-
Algodão - Hedge Total	97,9	77,94	34,0	77,93
Soja	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾
Hedge Comercial	63,9	10,49	26,7	10,72
Hedge Financeiro ⁽⁴⁾	-	-	-	-
Compromissos ⁽³⁾	4,9	-	8,9	-
Soja - Hedge Total	68,8	10,49	35,6	10,72
Milho	Hedge (%)	R\$/Saca ⁽⁵⁾	Hedge (%)	R\$/Saca ⁽⁵⁾
Hedge Comercial	48,0	19,47	-	-
Milho - Hedge Total	48,0	19,47	-	-

⁽¹⁾ Compromissos com pagamentos de dívida em dólar. ⁽²⁾ Base FOB Porto (os preços nas nossas unidades de produção são influenciados ainda por despesas de transporte e possíveis desconto de qualidade). ⁽³⁾ Hedge natural com pagamentos de terras e arrendamentos em sacas de soja ⁽⁴⁾ Inclui operação de futuros, swaps e acumuladores ⁽⁵⁾ Preço fazenda.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

PROJECTIONS MAINTENANCE

The publicized change projections though Relevant Fact, in 2017 , November 28 , as you can see below:

PLANTED AREA BY CROP (HECTARE)

Crop Mix	Planted Area 2016/17 ----- ha -----	Planted Area 2017/18 ⁽¹⁾ -----	Shares 2017/18 %	Δ%
Cotton	87,440	95,173	23.6	8.8
Cotton 1 st crop	58,886	57,821	14.3	-1.8
Cotton 2 nd crop	28,554	37,352	9.3	30.8
Soybean (Commercial + Seeds)	230,127	230,164	57.0	0.0
Corn 2 nd crop	71,790	76,088	18.8	6.0
Other crops ⁽²⁾	3,564	2,342	0.6	-34.3
Total Area	392,921	403,767	100.0	2.8

⁽¹⁾ Weather factors may affect the planted area forecast.

⁽²⁾ Wheat, corn 1st crop, corn seed and sugarcane.

PLANTED AREA BY LAND OWNERSHIP (HECTARES)

Area Mix	Planted Area 2016/17 ----- ha -----	Planted Area 2017/18 ⁽¹⁾ -----	Shares 2017/18 %	Δ%
1st Crop Area	291,114	288,617	71.5	-0.9
Owned Land	118,552	108,526	26.9	-8.5
Leased Land	97,929	106,559	26.4	8.8
Joint Ventures Area ⁽²⁾	39,523	38,879	9.6	-1.6
SLC LandCo Area	35,110	34,653	8.6	-1.3
2nd Crop Area	101,807	115,150	28.5	13.1
Owned Land	58,723	61,228	15.2	4.3
Leased Land	24,130	35,134	8.7	45.6
Joint Ventures Area ⁽²⁾	8,511	6,983	1.7	-18.0
SLC LandCo Area	10,443	11,805	2.9	13.0
Total Area	392,921	403,767	100.0	2.8

⁽¹⁾ Weather factors may affect the planted area forecast.

⁽²⁾ Areas owned by Grupo Roncador and Mitsui.

⁽³⁾ A SLC Agrícola holds an interest of 81.23% in SLC LandCo.

YIELDS (KG/HECTARE)

Total (R\$/ha) ⁽²⁾	A Budget 2016/17	B Achieved 2016/17	C ⁽¹⁾ Budget 2017/18	B/A	C/A
Cotton 1 st crop	7,155	7,187	6,811	0.4%	-4.8%
Cotton 2 nd crop	6,164	6,177	6,023	0.2%	-2.3%
Soybean	2,251	2,202	2,311	-2.2%	2.7%
Corn 2 nd crop	1,781	1,734	1,814	-2.6%	1.9%
Average Total Cost⁽¹⁾	3,203	3,172	3,184	-1.0%	-0.6%

⁽¹⁾ According to the position on September 30, 2017 (budget amounts). Figures may suffer changes by the end of cotton processing and the sale of grains. ⁽²⁾ Total average cost weighted by area.

PRODUCTION COST PER HECTARE

Total (R\$/ha) ⁽²⁾	A Budget 2016/17	B Achieved 2016/17	C ⁽¹⁾ Budget 2017/18	B/A	C/A
Cotton 1 st crop	7,155	7,187	6,811	0.4%	-4.8%
Cotton 2 nd crop	6,164	6,177	6,023	0.2%	-2.3%
Soybean	2,251	2,202	2,311	-2.2%	2.7%
Corn 2 nd crop	1,781	1,734	1,814	-2.6%	1.9%
Average Total Cost⁽¹⁾	3,203	3,172	3,184	-1.0%	-0.6%

⁽¹⁾ According to the position on September 30, 2017 (budget amounts). Figures may suffer changes by the end of cotton processing and the sale of grains. ⁽²⁾ Total average cost weighted by area.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

CURRENCY AND AGRICULTURAL COMMODITY HEDGE

Fiscal Year	2018		2019	
FX Rate ⁽¹⁾	Hedge (%)	R\$ / US\$	Hedge (%)	R\$ / US\$
FX Hedge	79.5	3.3924	9.1	3.4257
Commitments ⁽¹⁾	2.3	1.9418	2.1	1.9418
Total	81.8	3.3513	11.2	1.9418
Cotton	Hedge (%)	US¢ / pound ⁽²⁾	Hedge (%)	US¢ / pound ⁽²⁾
Commercial Hedge	93.9	77.94	34.0	77.93
Financial Hedge ⁽⁴⁾	4.0	77.93	-	-
Cotton – Total Hedge	97.9	77.94	34.0	77.93
Soybean	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾	Hedge (%)	US\$ / bushel ⁽²⁾
Commercial Hedge	63.9	10.49	26.7	10.72
Financial Hedge ⁽⁴⁾	-	-	-	-
Commitments ⁽³⁾	4.9	-	8.9	-
Soybean – Total Hedge	68.8	10.49	35.6	10.72
Corn	Hedge (%)	R\$/bag ⁽⁵⁾	Hedge (%)	R\$/bag ⁽⁵⁾
Commercial Hedge	48.0	19.47	-	-
Corn – Total Hedge	48.0	19.47	-	-

⁽¹⁾ Commitments with debt payments in U.S. dollar. ⁽²⁾ Based on FOB Port (prices at our production units are also influenced by transport expenses and possible quality discounts). ⁽³⁾ Natural hedge with payments related to land acquisitions and leasing agreements in soybean bags. ⁽⁴⁾ Includes transactions involving futures, swaps and accumulators. ⁽⁵⁾ Farm price.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em: 31/12/2017						
Acionista	Quantidade de ações Ordinárias (em unidade)	%	Quantidade de ações Preferencias (em unidade)	%	Quantidade total de ações (em unidade)	%
Controlador	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
SLC Participações S.A.	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
Administradores e Pessoas Vinculadas	69.477	0,07%	-	-	69.477	0,07%
Conselho de Administração	6.902	0,01%	-	-	6.902	0,01%
Diretoria	51.575	0,05%	-	-	51.575	0,05%
Conselho Fiscal	11.000	0,01%	-	-	11.000	0,01%
Acionistas com mais de 5%	5.098.953	5,16%	-	-	5.098.953	5,16%
Odey Asset Management LLP						
Kopemik Global Investors, LLC	5.098.953	5,16%	-	-	5.098.953	5,16%
Ações em Tesouraria	2.866.778	2,90%	-	-	2.866.778	2,90%
Outros Acionistas	40.392.921	40,84%	-	-	40.392.921	40,84%
Total	98.897.500	100,00%	-	-	98.897.500	100,00%
Ações em circulação	45.491.874	46,00%	-	-	45.491.874	46,00%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em: 30/09/2017						
Acionista	Quantidade de ações Ordinárias (em unidade)	%	Quantidade de ações Preferencias (em unidade)	%	Quantidade total de ações (em unidade)	%
Controlador	50.476.273	51,04%	-	-	50.476.273	51,04%
SLC Participações S.A.	50.476.273	51,03%	-	-	50.476.273	51,03%
Administradores e Pessoas Vinculadas	18.400	0,02%	-	-	18.400	0,02%
Conselho de Administração	0	0,00%	-	-	0	0,00%
Diretoria	8.400	0,01%	-	-	8.400	0,01%
Conselho Fiscal	10.000	0,01%	-	-	10.000	0,01%
Acionistas com mais de 5%	9.850.067	9,96%	-	-	9.850.067	9,96%
Odey	4.751.113	4,80%	-	-	4.751.113	4,80%
Kopemik Global Investors, LLC	5.098.954	5,16%	-	-	5.098.954	5,16%
Ações em Tesouraria	2.271.793	2,30%	-	-	2.271.793	2,30%
Outros Acionistas	36.280.967	36,69%	-	-	36.280.967	36,69%
Total	98.897.500	100,00%	-	-	98.897.500	100,00%
Ações em circulação	46.131.034	46,65%	-	-	46.131.034	46,65%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em: 30/06/2017						
Acionista	Quantidade de ações Ordinárias (em unidade)	%	Quantidade de ações Preferencias (em unidade)	%	Quantidade total de ações (em unidade)	%
Controlador	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
SLC Participações S.A.	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
Administradores e Pessoas Vinculadas	46.303	0,05%	-	-	46.303	0,05%
Conselho de Administração	6.903	0,01%	-	-	6.903	0,01%
Diretoria	29.400	0,03%	-	-	29.400	0,03%
Conselho Fiscal	10.000	0,01%	-	-	10.000	0,01%
Acionistas com mais de 5%	14.335.600	14,50%	-	-	14.335.600	14,50%
Odey	9.236.646	9,34%	-	-	9.236.646	9,34%
Kopemik Global Investors, LLC	5.098.954	5,16%	-	-	5.098.954	5,16%
Ações em Tesouraria	1.510.043	1,53%	-	-	1.510.043	1,53%
Outros Acionistas	32.536.183	32,90%	-	-	32.536.183	32,90%
Total	98.897.500	100,00%	-	-	98.897.500	100,00%
Ações em circulação	46.871.783	47,39%	-	-	46.871.783	47,39%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em: 31/03/2017						
Acionista	Quantidade de ações Ordinárias (em unidade)	%	Quantidade de ações Preferencias (em unidade)	%	Quantidade total de ações (em unidade)	%
Controlador	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
SLC Participações S.A.	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
Administradores e Pessoas Vinculadas	33.903	0,03%	-	-	33.903	0,03%
Conselho de Administração	6.903	0,01%	-	-	6.903	0,01%
Diretoria	17.000	0,02%	-	-	17.000	0,02%
Conselho Fiscal	10.000	0,01%	-	-	10.000	0,01%
Acionistas com mais de 5%	14.335.600	14,50%	-	-	14.335.600	14,50%
Odey	9.236.646	9,34%	-	-	9.236.646	9,34%
Kopemik Global Investors, LLC	5.098.954	5,16%	-	-	5.098.954	5,16%
Ações em Tesouraria	1.750.643	1,77%	-	-	1.750.643	1,77%
Outros Acionistas	32.307.983	32,67%	-	-	32.307.983	32,67%
Total	98.897.500	100,00%	-	-	98.897.500	100,00%
Ações em circulação	46.643.583	47,16%	-	-	46.643.583	47,16%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em: 31/12/2016						
Acionista	Quantidade de ações Ordinárias (em unidade)	%	Quantidade de ações Preferencias (em unidade)	%	Quantidade total de ações (em unidade)	%
Controlador	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
SLC Participações S.A.	50.469.371	51,03%	-	-	50.469.371	51,03%
Administradores e Pessoas Vinculadas	29.203	0,03%	-	-	29.203	0,03%
Conselho de Administração	6.903	0,01%	-	-	6.903	0,01%
Diretoria	12.300	0,01%	-	-	12.300	0,01%
Conselho Fiscal	10.000	0,01%	-	-	10.000	0,01%
Acionistas com mais de 5%	5.098.953	5,16%	-	-	5.098.953	5,16%
Kopemik Global Investors, LLC	5.098.953	5,16%	-	-	5.098.953	5,16%
Ações em Tesouraria	1.742.293	1,76%	-	-	1.742.293	1,76%
Outros Acionistas	41.557.680	42,02%	-	-	41.557.680	42,02%
Total	98.897.500	100,00%	-	-	98.897.500	100,00%
Ações em circulação	46.656.633	47,18%	-	-	46.656.633	47,18%

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
SLC Agrícola S.A.
Porto Alegre-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SLC Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração dos ativos biológicos

Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia e suas controladas mensuraram seus ativos biológicos, que correspondem principalmente ao cultivo dos produtos agrícolas, principalmente soja, milho e algodão com base no seu valor justo a partir da fase de pré-colheita. Essa mensuração é uma estimativa significativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela administração da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas ao preço de mercado ativo, à produtividade esperada e validação das áreas plantadas, dentre outras. Realizamos, também, verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício. Examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto. Nos procedimentos realizados identificamos ajuste de auditoria em decorrência da não aplicação de determinadas premissas no modelo de cálculo que não foi ajustada em razão de sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia e inspeção física por amostragem de áreas plantadas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas. Adicionalmente avaliamos as premissas relacionadas a preços de mercado ativo, à produtividade esperada e validação das áreas plantadas, dentre outras. Realizamos, também, verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício. Examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto. Nos procedimentos realizados identificamos ajuste de auditoria em decorrência da não aplicação de determinadas premissas no modelo de cálculo que não foi ajustada em razão de sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As deficiências identificadas no modelo de cálculo utilizado pela Companhia na valorização dos seus ativos biológicos e que resultaram no ajuste identificado pela auditoria acima mencionado, ampliaram a extensão de nossos procedimentos planejados para obter evidências de auditoria suficientes e adequadas referentes à valorização dos ativos biológicos da Companhia a valor justo.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Conforme descrito na nota explicativa 22, a Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para proteção aos riscos de variação de câmbio e instrumentos financeiros derivativos para proteção ao risco de variação do preço dos produtos agrícolas, em relação às receitas futuras consideradas de alta probabilidade de ocorrência, sendo registrados conforme uma estrutura de contabilidade de hedge (hedge accounting). Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía um montante, líquido de impostos diferidos, de R\$31.733 mil registrado no patrimônio líquido (individual e consolidado).

A designação dos instrumentos financeiros como contabilidade de hedge e a mensuração de sua efetividade requerem o cumprimento de certas obrigações formais e incluem a necessidade de uso de estimativas significativas sobre as projeções de receitas futuras prováveis. Em função da grande quantidade de operações contratadas, da complexidade na mensuração do valor justo das operações e no cálculo da efetividade, além do potencial impacto que alterações nas projeções de receita futura podem ter sobre o resultado e fluxos de caixa da Companhia, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: entendimento do desenho do processo de gerenciamento de riscos e da estrutura de contabilidade de hedge, incluindo a análise da política aplicada pela Companhia; recálculo da mensuração do valor justo das operações, com o envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros derivativos para nos auxiliar na elaboração de cálculo independente de valorização, confronto do valor registrado pela Companhia com as informações fornecidas pelas instituições financeiras através de procedimentos de envio de cartas de confirmação às respectivas contrapartes nas operações; exame da documentação de designação das operações e os testes de efetividade retrospectivos e prospectivos preparados pela administração; análise das projeções de receitas futuras prováveis, com base na análise dos contratos firmes de venda e nas estimativas de vendas; e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nos procedimentos realizados identificamos ajuste de auditoria na valorização de determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, em função do método de cálculo aplicado pela Companhia, o qual não foi ajustado em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de contabilidade de hedge da Companhia derivadas dos instrumentos financeiros derivativos mantidos para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transação de venda e leaseback de terras

Conforme mencionado na nota explicativa 10, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$80.228 mil líquido de efeitos tributários no resultado do exercício referente ao ganho na venda de propriedades agrícolas que faziam parte de duas fazendas, assinando na mesma data, contratos de arrendamento destas áreas alienadas com o comprador (operação de venda e leaseback). O reconhecimento da venda de fazenda é feito à medida em que são transferidos os riscos e benefícios das propriedades aos compradores.

O processo do reconhecimento da venda de terras envolve uma análise sobre os dados contratuais e condições precedentes existentes, além de avaliações da capacidade de pagamento do comprador. Os riscos associados a essas análises incluem a determinação do período correto de reconhecimento, atualização do saldo a receber e os controles internos relacionados e envolvem julgamento significativo por parte da Administração da Companhia.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria conforme as razões expostas acima e ainda em função do risco do reconhecimento antecipado da venda e da atualização dos saldos com base nos indexadores contratados, sua magnitude sobre o resultado do exercício e o risco de reconhecimento de venda por valor diferente da transação bem como ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração no reconhecimento da receita relacionado a tais vendas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a análise dos contratos de venda juntamente com as evidências e análises da transferência significativa de riscos de benefícios, incluindo a análise de crédito referente ao comprador e análise do risco de cumprimento de condições precedentes; teste do valor justo na data da transação, considerando os prazos de vencimento e taxas de desconto; análise de recuperação do saldo do contas a receber e teste sobre a atualização do saldo com base nos indexadores negociados; e envio de cartas de confirmação à contraparte sobre o saldo de contas a receber para confirmação da existência da transação. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração do registro de transação de venda e leaseback pela Companhia para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 15 de março de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 07 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da SLC Agrícola S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP -controladora e consolidada da SLC Agrícola S.A. elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da ERNST & YOUNG Auditores Independentes, datado de 07 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 07 de março de 2018.

João Carlos Sfreddo
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Kruse
Conselheiro

Mauricio Rocha Alves de Carvalho
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Porto Alegre, 07 de março de 2018.

Aurélio Pavinato
Diretor Presidente

Ivo Brum
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo Macedo Lunardi
Diretor de Produção

Aldo Roberto Tisott
Diretor de Vendas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, datado em 07 de março de 2018, relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Porto Alegre, 07 de março de 2018.

Aurélio Pavinato
Diretor Presidente

Ivo Brum
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo Macedo Lunardi
Diretor de Produção

Aldo Roberto Tisott
Diretor de Vendas